



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**O TURISMO NA REGIÃO TRINACIONAL DO IGUASSU COMO FATOR DE
INTEGRAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DA FRONTEIRA**

ARACELLI BIANCHIN

Foz do Iguaçu
2018



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**O TURISMO NA REGIÃO TRINACIONAL DO IGUASSU COMO FATOR DE
INTEGRAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DA FRONTEIRA**

ARACELLI BIANCHIN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Roberto França da Silva Junior

Foz do Iguaçu
2018

B577

Bianchin, Aracelli.

O turismo na região trinacional do Iguassu como fator de integração e fragmentação do território da fronteira / Aracelli Bianchin. - Foz do Iguaçu - PR, 2019. 130 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu-PR, 2019.

Orientador: Roberto França da Silva Junior.

1. Turismo - Tríplice fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai). 2. Integração latino-americana. I. Silva Junior, Roberto França da. II. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. III. Título.

CDU 338.48(1-04)

ARACELLI BIANCHIN

**O TURISMO NA REGIÃO TRINACIONAL DO IGUASSU COMO FATOR DE
INTEGRAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DA FRONTEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Roberto França da Silva Junior
UNILA

Prof. Dr. André Luis André
UNILA

Prof. Dr. Marcelino Teixeira Lisboa
UNILA

Prof. Dra. Andressa Szekut
UNIOESTE

Foz do Iguaçu, 08 de junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito a espiritualidade que me acompanha, aos meus pais, Antoninho Luiz Bianchin e Solange T. da Silva Bianchin, que me deram a vida, amor e me ensinaram a ter resiliência e garra. Ao meu companheiro, Herbert de Sousa Junior, pelo amor e suporte nessa fase. A minha irmã pelo apoio. A minha querida amiga, Daniela Schogel, que me inspirou a buscar pelo mestrado do ICAL. Aos amigos que entenderam minha ausência em diversos momentos e sempre emanaram energias positivas.

Gratidão aos professores do ICAL, cada qual com sua peculiaridade, que em diferentes momentos somaram para construção desta pesquisa, bem como ao meu orientador e aos professores da banca.

Agradeço ao Instituto Polo Internacional Iguassu pelo acesso aos documentos, ao Parque Tecnológico Itaipu pela minha inserção no curso de formação de integração do BID, ao Ministério de Turismo de Misiones (Argentina) e Secretaria Nacional de Turismo do Paraguai (SENATUR), ambos pela atenção e por enviar os dados disponíveis.

“Se os motivos são justos e nobres, o êxito será inevitável”.
P.S. Sarkar

RESUMO

Avançar na integração regional implica entender como elementos da escala global como contextos geopolíticos, internacionalização do capital e sistemas de governos, interferem e se manifestam na escala local e alteram o ordenamento do território. Pensar este processo nas zonas de fronteiras é a proposta desta pesquisa que tem como objetivo analisar a dinâmica territorial da Fronteira Trinacional do Iguaçu a partir do turismo e as suas implicações para a integração. Para isso, a pesquisa apresenta um debate sobre o papel da fronteira na integração regional e analisa três fatores históricos de intersecção entre os países: a formação do polo comercial em Ciudad del Este; a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu e criação do Parque Nacional do Iguaçu, com a intenção de identificar os efeitos desses no território e na integração, entrelaçando esses fatores com a atividade turística. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório construída por meio de revisão bibliográfica, documentos, entrevistas semiestruturadas e participação em eventos estratégicos de integração realizados na referida localidade. Os resultados apontam que o turismo influenciou a formação urbana das três cidades motivado principalmente por demandas externas. Há uma dinâmica própria e interdependente na Fronteira Trinacional do Iguaçu, onde o turismo, apesar de atuar na geração de emprego, reforça assimetrias e fortalece a alienação e fragmentação do território. A atividade turística pode promover melhores resultados se estiver conectada com políticas públicas e objetivos comuns dos três países.

Palavras-chave: fronteiras, integração e turismo.

RESUMEN

Avanzar en la integración regional implica entender como elementos de la escala global como contextos geopolíticos, internacionalización del capital y sistemas de gobiernos, interfieren y se manifiestan a escala local y alteran el ordenamiento del territorio. Pensar este proceso en las zonas de fronteras es la propuesta de esta investigación que tiene como objetivo analizar la dinámica territorial de la Frontera Trinacional del Iguazú a partir del turismo y sus implicaciones para la integración. Para ello, la investigación presenta un debate sobre el papel de la frontera en la integración regional y analiza tres factores históricos de intersección entre los países: la formación del polo comercial en Ciudad del Este; la construcción de la Planta Hidroeléctrica de Itaipú y la creación del Parque Nacional del Iguazú, con la intención de identificar los efectos de esos en el territorio y en la integración, entrelazando esos factores con la actividad turística.

Se trata de una investigación cualitativa de carácter exploratorio construida por medio de revisión bibliográfica, documentos, entrevistas semiestructuradas y participación en eventos estratégicos de integración realizados en dicha localidad. Los resultados apuntan que el turismo influyó la formación urbana de las tres ciudades motivado principalmente por demandas externas. Hay una dinámica propia e interdependiente en la Frontera Trinacional del Iguazú, donde el turismo, a pesar de actuar en la generación de empleo, refuerza asimetrías y fortalece la alienación y fragmentación del territorio. La actividad turística puede promover mejores resultados si está conectado con políticas públicas y objetivos comunes de los tres países.

Palabras clave: fronteras, integración y turismo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Terceira zona- mistura dos dois Estados.....	25
Figura 2- Fronteira como ponto de equilíbrio (Ancel).....	27
Figura 3- Padrões de interações espaciais.....	36
Figura 4- Interação tipo sinapse.	37
Figura 7- Fatores de interseção na Fronteira Trinacional do Iguazu.....	56
Figura 9- Ponte da Amizade em 1965 (após inauguração) e em 2015.....	67
Figura 10- Imagem da Avenida San Blas na década de 70 e na atualidade.....	67
Figura 11- Figura 12 – Imagem do centro comercial Monalisa.	67
Figura 12- Howard Johnson Hotel, Hotel Rio Bourbon e futura instalação do Hilton Garden Inn.....	71
Figura 14- Mapa da cadeia do turismo em Misiones (AR).	84
Figura 17- Localização dos equipamentos turísticos na década de 90.	90
Figura 18- Localização dos equipamentos turísticos em 2017.	91
Figura 21- Aeroportos fronteiriços com voos regulares (2014) e perspectiva de voos (2013-2032).....	93
Figura 22- Imagem área de Puerto Iguazu na década 1980, 1990 e 2010.....	95
Figura 23 - Imagem área da ocupação urbana - Bupas.....	101
Figura 24- Comunidade Fortin M'Borore.....	107
Figura 25 - Divulgação da comunidade em site de turismo.	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Ações da pesquisa.....	19
Tabela 2- Comparativo do IDH nos Departamentos do Paraguai.....	59
Tabela 3 - Visitantes PNI Brasil e Argentina (2000 a 2003).	83
Tabela 4 - Total de visitas segundo a procedência.....	85
Tabela 5 - Acréscimo de habitantes em função dos ciclos econômicos.....	89
Tabela 6 -Equipamentos turísticos na Fronteira Trinacional do Iguazu.....	91
Tabela 7- População urbana e rural em Puerto Iguazú do período de 1980-2001.....	95
Tabela 8- Rechazos de falsos turistas	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Meios de hospedagem em Foz do Iguazu no período de 1987 – 2014.	65
Gráfico 2- Comparativo no número de visitantes.....	83
Gráfico 3- Evolução do Produto da atividade turística e do PBG de Misiones (2001-2011)	86
Gráfico 4- Evolução da população de Alto Paraná e CDE.	88
Gráfico 5- Comparativo de fluxo do aeroporto Foz e PI (2007-2017).	92
Gráfico 6- Comparativo de fluxo do aeroporto Foz, PI e CDE (2013-2017).....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 FRONTEIRAS E A INTEGRAÇÃO	21
1.1 Por que Fronteira Trinacional do Iguazu?	21
1.2 As Fronteiras.....	24
1.3 O Campo da Transfronteirização	32
1.4 As faces da Integração nas fronteiras.....	38
1.4 A governança subnacional como aporte para a integração	48
1.5 O turismo nos blocos supranacionais	51
2 FATORES DE INTERSECÇÃO NA FRONTEIRA TRINACIONAL DO IGUAZU.....	55
2.1 A formação do polo comercial de Ciudad Del Este	61
2.2 Usina Hidrelétrica Itaipu - (UHE) Itaipu	74
2.3 Parque Nacional do Iguazu e Parque Nacional do Iguazu.....	78
2.4 Os efeitos das intersecções	86
3 AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO	94
3.1 Comparativo das iniciativas de Turismo Comunitário em Puerto Iguazu (AR).....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Avançar na integração regional implica entender como elementos da escala global como contextos geopolíticos, internacionalização do capital e sistemas de governos, interferem e se manifestam na escala local. Também requer identificar as forças centrípetas e centrífugas, capazes de atuar na dinâmica regional e gerar mudanças no ordenamento do território. Pensar este processo nas zonas de fronteiras é ainda mais desafiador em virtude das peculiaridades da condição desses espaços.

A própria natureza das fronteiras expressa complexidade. Embora o conceito tenha passado por reinterpretações, é ainda posto em debate. No senso comum, a fronteira é entendida como um fator que limita, associa-se a ideia de fim, onde termina um e inicia-se outro, ao mesmo tempo é o elemento que aproxima, que une dois ou mais territórios, que possibilita a transição e que tensiona os conflitos. Essa dualidade é lida na zona de fronteira Trinacional do Iguaçu, região formada pelas cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina). Esta pesquisa traçou esse recorte por entender como lente de análise o objeto do turismo, atividade que se concentra especialmente nessas três cidades e que induz ao alargamento das fronteiras.

Separadas fisicamente pelos Rio Paraná e Rio Iguaçu, as cidades se conectam pelos elementos fixos: Ponte da Amizade (Paraguai e Brasil) e Ponte da Fraternidade (Argentina e Brasil). A posição geográfica é estratégica para os fluxos do MERCOSUL e se soma à características que a tornam emblemática como o elevado grau de urbanização, com uma população de 632.182¹ habitantes, os fluxos intensos de veículos, bens, serviços e pessoas mobilizados pelas relações comerciais, pelo turismo, pela necessidade de trabalho, além da forte presença de uma população flutuante. Aspectos que a caracterizam como uma região metropolitana transfronteiriça (CARNEIRO, 2016).

A globalização e a formação dos blocos regionais contribuíram para dissolver a rigidez das fronteiras, tornando-as mais flexíveis. Isso transfere as fronteiras o sentido

¹ Informação extraída do censo das respectivas cidades: Foz do Iguaçu – população de 256.088 habitantes (IBGE, 2010); Puerto Iguazu - população de 82.277 habitantes (INDEC, 2010) e Ciudad del Este com população estimada de 293.817 habitantes (DGEEC, 2010).

de conectores/pontes ou pode criar a noção de um mundo sem fronteiras. Assim, é importante considerar que a internacionalização do capital ditou condutas globais para a produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços. Pautada no livre comércio impõe a inserção dos lugares no sistema global por meio de racionalidades perversas (SANTOS, 2003). Para nutrir o sistema tais racionalidades se apoiam na máxima da competitividade (CHESNEAUX, 1983 *apud* SANTOS, 2006), que fomenta a ideia da necessidade de gerar valor, vantagens e estratégias para se manter acima do mundo que se tornou o grande mercado. Isto, somado à profusão em larga escala dos meios de comunicação e a psicosfera², que direcionam a massa, abrem espaço para a produção hegemônica e circulação corporativa e, condiciona o espaço geográfico num campo de rede de relações de toda escala (CATAIA, 2011).

Para não ficar para trás, os lugares são obrigados a responder e posicionar-se competitivamente no denso campo de forças globais. Facilmente integram-se mesmo em posições inferiores, reforçando a condição de subordinação periférica. A própria essência da competitividade exige que haja maior concentração de riquezas e recursos em alguns lugares em detrimentos de outros. Essa conectividade de diferentes regiões promove a estruturação de uma nova organização territorial, uma espécie de “território-mundo” globalmente articulado em resposta a natureza do capital que cria interdependência (HAESBERT, 2014).

É no “território-mundo” que se articulam as diferentes escalas. Sassen (2011), ao tratar das hierarquias escalares aponta que o global em geral é tido como superior ou neutralizador de lugar, no entanto, o global se faz no regional e no local. Argumenta que as formações globais não são fenômenos novos, mas representam na atualidade variações como formas sociais e ordens normativas que provocam questionamentos para se pensar as escalas na atualidade. A autora ao levantar o papel do Estado, até então principal ator das relações internacionais, diante dos novos escalonamentos e das tecnologias, lembra que “os processos e as formações globais podem estar, e estão desestabilizando a hierarquia escalar centrada no Estado Nacional” (SASSEN, 2011, p. 17). Também alerta para a força do subnacional, que tende a escapar das regulações do Estado. Ela ainda reforça a importância da escala e salienta o imperativo de entender a especificidade e variabilidade das formações globais a partir das “práticas e condições de escala local”.

² Termo criado pelo geógrafo Milton Santos o conjunto de crenças, valores, desejos que regem a ação de um determinado grupo social.

Sob a mesma perspectiva, trago ao debate a compartimentação do espaço geográfico para entender essas relações. Trata-se do movimento histórico de dividir o espaço, especialmente com a formação dos Estados Nacionais. No entanto, a crítica apresentada por Santos; Silveira (2002) e ratificada por Cataia (2011) traz que a compartimentação ganha uma nova roupagem com a globalização, na medida em que se concede valor a qualquer espaço que possa ser de interesse do capital, movimento que gera e reforça a fragmentação do território (SANTOS, 2006). No momento em que o território é fragmentado, uma condição se forma para que se consolide um processo de alienação. Isto implica num ordenamento territorial onde o espaço passa a atender interesses específicos, de fora, com foco na reprodução do capital e apenas obedece às racionalidades impostas (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

As fronteiras se tornam dinâmicas diante do processo de compartimentação do espaço (CATAIA, 2011). O autor reforça o exposto por Sassen (2011), ao dizer que “a maior inserção no mundo da globalização sem a consideração da soberania nacional enfraquece ainda mais os laços regionais”. Aqui se expressa um “nó crítico”³ para os países periféricos, para nossa posição latino-americana⁴.

A fim de legitimar a soberania, buscar soluções para superar problemas e amplificar suas forças, os países latino-americanos buscam caminhos por meio da integração regional. Isto está expresso nos primeiros manifestos de Símon Bolívar em 1815, na criação dos blocos regionais para impulsionar a industrialização e crescimento interno dos países, até na liberação econômica nos anos 80. Essa trajetória é lida como quatro grandes ondas de integração⁵ (SOUZA, 2012). Destaca-se aqui a quarta onda, datada de 2000 até os dias atuais, marcada pela entrada dos governos progressistas e pela criação de novas instituições regionais⁶. Porém, como avançar na integração regional? Não há um caminho definido e, isso estimula discussões que podem ser sustentadas pelo pressuposto que orienta para a construção de teorias, políticas e processos pautados na nossa própria história

³ Expressão usada para explicar um fator chave para determinada situação. Neste caso, um elemento chave para se pensar a integração nos países da América do Sul.

⁴ Essa integração é um projeto, que se apresenta como a utopia de Eduardo Galeano: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? **Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.**”

⁵ A primeira onda é marcada pelos primeiros movimentos integracionistas pós independência dos países latino-americanos até o entre guerras do século XX. A segunda vai do entre guerras até aproximadamente a década de 1970. A terceira vai deste momento até os anos 2000.

⁶ União das Nações Sul-Americanas (UNASUL); Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

(SILVEIRA, 2006).

Pensar a integração regional que não seja pela simples vertente do desenvolvimento (BRANDÃO, 2012) e para além do econômico, de uma forma arrojada abarcando as dimensões social, cultural e ambiental, é por si um exercício. Essa tarefa se torna mais complexa diante das forças do capital mundializado que pressionam e interferem no ordenamento territorial. Como a regionalização atua nesse movimento escalar? Ela protege ou é a própria expressão da globalização? Como esta é entendida no espaço multiescalar de uma zona de fronteira? Esses são questionamentos que motivaram o pensamento sistêmico desta pesquisa. O foco aqui foi entender o papel do setor de serviço, especificamente da atividade do turismo, na produção do espaço e, por focalizar uma zona de fronteira, debater sobre seu papel na integração.

Neste sentido, é importante considerar que o setor de serviços entrou nos debates em virtude da relevância econômica e crescimento nos últimos anos⁷. No MERCOSUL, embora, o 1º artigo do Tratado de Assunção, que deu origem ao bloco, contemple a livre circulação de serviços entre os países integrantes, foi somente em 2008 que a área ganhou força com o Protocolo de Montevideo. A partir disso, se avançou com o “Acordo sobre Documento de Viagem dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados⁸”, sob o entendimento de “que o aprofundamento do processo de integração regional faz necessário avançar em medidas orientadas a estimular os vínculos entre as Partes, com vistas a gerar as condições para a livre circulação das pessoas” (Decisão CMC Nº 14/11).

O crescimento dos serviços é uma característica do desenvolvimento das economias capitalistas centrais na segunda metade do século XX, tornando-se um efeito do crescimento da produtividade nas indústrias, na medida em que o excedente produzido passa a ser utilizado no desenvolvimento dos serviços (BRESSER PEREIRA, 1989). O comércio nos serviços é o que mais cresce internacionalmente. Em países desenvolvidos chega a representar 80% do PIB, sendo que em alguns países pode corresponder a 40% do total de exportações (SANTOS, 2010).

A gênese heterogênea dos serviços gera múltiplas relações no mercado,

⁷ Historicamente a sobreposição dos países hegemônicos se deu em virtude da capacidade de industrialização, atualmente, se destacam pela força na área de serviços (ARBACHE, 2012).

⁸ Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai são os países fundadores do Mercosul e Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela integram o bloco como associados.

visto que demandam insumos de produção e estimulam diversas transações do espaço (transporte, combustíveis, telecomunicações), no tempo (serviços financeiros) (HOEKMAN; MATOO, 2008). Assim, estimula a integração comercial e a múltipla responsabilidade entre setores, fatores que induzem ao crescimento e possibilitam uma reestruturação econômica e social a partir das demandas de produção (KON, 2004). Para a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2016, p.10) *“las dinámicas apuntan a que los servicios ofrecen vías para la diversificación y una mayor integración entre regiones”*. Ao passo que Chesnais (1996, p.185) alerta que os serviços representam “uma nova fronteira na mundialização do capital” em virtude do forte crescimento do Investimento Estrangeiro Direto (IED) na área.

Se para pensar o desenvolvimento e a integração regional é necessário analisar contextos contemporâneos e construir novas formas de organização das atividades econômicas com referências próprias, pensar o setor de serviços é parte disso.

Na nova ordem mundial, o turismo ganha destaque no cenário econômico, atuando na exportação (receptivo) e importação (emissivo) de serviços e por apresentar um efeito multiplicador visto que mobiliza diferentes setores. Em 2014, a atividade turística representou 9% do PIB mundial, 30% das exportações de serviços e 7% do comércio internacional (OMT, 2014). O relatório de 2017, aponta que, como categoria mundial de exportação, o turismo ocupa o terceiro lugar após os combustíveis e produtos químicos, estando à frente dos produtos alimentares e automotivos. No Brasil, de acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo, em 2014, a atividade representou 9,2% do PIB (R\$ 443,7 bilhões).

no âmbito do comércio internacional de serviços, de sua expansão e da conseqüente divisão internacional do trabalho e especializações regionais decorrentes, o turismo e o lazer surgem como via potencial de integração de alguns países ou regiões periféricas, constituindo-se assim numa nova fronteira modal e territorial do processo de acumulação (FALCÃO, 1996, p.65).

Trata-se de uma atividade caracterizada pelo deslocamento e circulação de pessoas por tempo determinado e, como prática não é apenas econômica, é também política, social e cultural. O turismo nasceu do capitalismo, sendo uma forma de consumo, que intensifica os movimentos e fluxos de pessoas e atua diretamente na organização espacial dos lugares. Também apresenta um efeito abrangente com capacidade de criar e mobilizar redes de pequenos negócios, no entanto, é chamariz

para investidores externos. Para CEPAL (2003, p.8):

el sector económico del turismo en general se ha convertido durante la última década en uno de los más importantes a nivel mundial y su rápido incremento esta estrechamente relacionado con el avance de la tecnología y telecomunicaciones, por lo que se ha transformado en una industria altamente globalizada⁹.

A atividade turística depende, essencialmente, de quatro interfaces: o governo, as empresas, a comunidade e o turista (IGNARRA, 2003). Aqui é incluída uma quinta interface: a localização geográfica, especificamente a condição dos países em fronteiras. Essa inclusão se justifica pela característica determinante que o ambiente, e no caso desta pesquisa, as fronteiras, empregam nos fluxos e no ordenamento territorial por meio das políticas e acordos entre os países.

O turismo pode definir novos controles geopolíticos uma vez que atua com processos tributários, sociais, culturais e ambientais. No entanto, está voltado para produção e reprodução do capital. É a expressão do “duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugares” (FALCÃO, 1996, p. 66).

Historicamente à criação do MERCOSUL o turismo está na pauta, focalizando a fronteira trinacional como localidade de destinos turísticos de grande destaque no cenário nacional e internacional. Em 1997, o bloco reconheceu a atividade turística na região ao criar o recorte: Pólo Turístico Internacional Iguassu, através da Resolução MERCOSUL/GMC. 41/97. Foz do Iguaçu, é um dos destinos turísticos mais procurados pelo turista estrangeiro no Brasil. Possui uma dinâmica socioeconômica representativa e viveu ciclos econômicos que diferentes do que se processou no país ao longo dos séculos XIX e XX. Além disso, por concentrar-se numa zona de fronteira de três países membros do MERCOSUL, a cidade representa um núcleo logístico importante. Puerto Iguazu se destaca por agrupar sua economia na área de serviços e Ciudad del Este é a 2º cidade mais urbanizada e importante do Paraguai, atrás apenas da capital Assunción. Assim, a pesquisa toma a escala regional da fronteira como categoria analítica entendendo esse espaço como campo

⁹ No documento: Perspectivas Económicas de América Latina 2016 – Hacia una nueva asociación con China (2016), a CEPAL afirma que “América Latina debería ampliar su abanico de servicios para aprovechar las nuevas oportunidades creadas por la transformación estructural de la economía china (...) En concreto, el turismo es un sector que muestra potencial para un mayor desarrollo. El número de turistas latinoamericanos que visitan China (251.000 en 2013) y de turistas chinos que visitan América Latina (334.000 en 2013) ha aumentado de forma sustancial en los últimos años (OMT, 2015), aunque este último todavía representa menos del 1% del turismo de China.

de expressão da práxis política bem como do poder econômico do mercado.

A atividade turística na região é marcada pelo Parque Nacional do Iguaçu (PNI) Cataratas do Iguaçu (Brasil e Argentina) e pelo turismo de compras em Ciudad del Este (Paraguai). A cidade de Foz do Iguaçu ocupava em 2001 a quarta colocação entre as cidades brasileiras mais procuradas pelos turistas internacionais para fins de lazer, apresentando como principais países emissores: Portugal (41,4%), Uruguai (25,7%), Argentina (24,4%), Chile (23,5%), e o Paraguai encontrava-se na 11ª posição (EMBRATUR, 2001). Em 2013, Foz Iguaçu passa para terceira posição entre as cidades brasileiras mais visitadas tendo como principais países emissores: Argentina (75,3%), Uruguai (75,0%), Chile (56,1%) e Paraguai (43,9%) (MTUR, 2014). Os últimos dados apontam que no cenário nacional os países que mais visitam o Brasil são: Argentina, Estados Unidos, Alemanha, Uruguai, Chile e Paraguai, respectivamente (MTUR, 2016).

Na Argentina também se constata o crescimento de fluxo de visitação entre os países. O relatório¹⁰ do primeiro trimestre de 2014 revela que o país registrou o ingresso de turistas estrangeiros provenientes das seguintes origens: Países da Europa (29,35%); Brasil (25,73%), outros países da América Latina, incluindo Uruguai (22,39%) e Chile (8,4%). Os dados mostram que o fluxo de turistas entre os países da América do Sul aumentou, especialmente entre Brasil e Argentina. No cenário internacional, na América do Sul, houve o aumento de turistas internacionais em 6% no ano de 2015. O relatório da OMT (2017) destaca que o Paraguai quase dobrou as chegadas, embora apresente uma base receptiva mais baixa. Essa perspectiva de aumento da circulação de pessoas entre os países fortalece as interações e até mesmo articulações produtivas entre os países no setor.

Para Furtado (2011) as fronteiras têm o papel de integrar, ao passo que pela proximidade do espaço geram-se interações, e a “linha divisória, ao mesmo tempo em que determina a separação de soberanias é também ponto de interseção para a promoção do desenvolvimento”. Neste sentido, as interações espaciais têm papel fundamental na medida em que determinam as dinâmicas (CORRÊA, 1998).

Por outro lado, o turismo direciona a configuração do espaço pelo uso corporativo, restringindo o entendimento do território apenas como recurso para otimizar a acumulação de capital. A própria localização geográfica (fronteira entre os

¹⁰ Observatorio del turismo de Buenos Aires – Argentina (2015).

três países) é usada como atrativo turístico¹¹. O recorte urbano denominado “corredor turístico”, rota de circulação entre os principais atrativos: Cataratas do Iguaçu, aduanas Argentina e Paraguai, e Usina Hidrelétrica de Itaipu, passando pelo centro da cidade de Foz do Iguaçu, conferiu interesse imobiliário aos espaços, tornando os competitivos. Especialmente na rota das Cataratas há concentração das empresas do setor, onde destacam-se os hotéis *resorts*, o atrativo Museu de Cera¹², e o Shopping Catuaí Palladium, inaugurado em 2016.

Ainda no corredor nota-se a presença de transacionais. Dentro do Parque Nacional do Iguaçu, patrimônio natural da Humanidade, operam a rede inglesa Belmond Hotéis e a empresa Cataratas S.A, que tem como maior acionista a empresa norte americana Advent International¹³. A empresa também tem a concessão do espaço público - Marco das Três Fronteiras, localizado em Foz do Iguaçu. Outra empresa é o Parque das Aves, que pertence a estrangeiros residentes no município.

Na área do PNI do lado argentino opera um hotel de bandeira norte americana (Sheraton). Em Ciudad del Este, um grupo de empresários brasileiros¹⁴ abriu o primeiro hotel de luxo (Gran Nobile). Além disso, investidores coreanos apostaram no turismo com a construção do Shopping Paris¹⁵, inaugurado em 2016. Também por incentivo de investidores do Paraguai e Foz do Iguaçu¹⁶ a rede norte americana, Hyatt Hotels Corporation, construirá um hotel de luxo em Foz do Iguaçu, com área de 39,6 hectares às margens do Rio Iguaçu. Nos últimos cinco anos em Ciudad del Este aumentou o número de hotéis de bandeiras internacionais: o hotel Howard Johnson do grupo norte-americano de redes de hotéis Wydahm, o qual

¹¹ <http://www.fozdoiguacuDestinodomundo.com.br/sobre-a-cidade/a-cidade>

¹² Atrativo turístico que já existe em Gramado (RS), sendo uma representação da cultura globalizada que poderia se instalar em qualquer lugar, pois não tem qualquer conexão com a identidade do lugar.

¹³ O grupo também tem a concessão do Parque Nacional Parque de Fernando de Noronha.

Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,advent-compra-fatia-da-cataratas-do-iguacu-sa-imp-,1550746>. Acesso em 10 de abril de 2006.

¹⁴ Grupo Nobile atua com implantação, administração e comercialização de empreendimentos residenciais, long stays, offices, malls e shopping Center`s e hotéis.

¹⁵ O investimento é de US\$ 65 milhões de um grupo de investidores coreanos, os proprietários de centros comerciais de Ciudad Del Este. O local foca no turismo ao investir num Parque de Neve, o Museu 3D, Hard Rock Café. Informações disponíveis: <http://www.clickfozdoiguacu.com.br/em-cde-shopping-de-u-65-milhoes-sera-inaugurado-em-setembro/>

¹⁶ O empreendimento é uma articulação entre: A 5 Star Empreendimentos é o braço imobiliário e hoteleiro do Grupo Fenícia S.A. Fundado nos anos 1980, o Grupo Fenícia S.A. opera no Brasil, Paraguai e Uruguai por meio de atacado, varejo e distribuição de marcas de luxo. O Grupo Fenícia é proprietário e gestor de uma loja de departamento de luxo em Ciudad del Este, no Paraguay, chamada SAX. O parceiro de negócios do Grupo Fenícia nesse projeto é o Grupo Serena S.A, que possui direitos exclusivos de distribuição dos eletrônicos de áudio Pioneer em certos países da América Latina. O turismo é alvo dos investidores na região.

também tem uma unidade em Foz do Iguaçu; o hotel Rio By Bourbon de uma rede brasileira (com sede também em Asunción), o hotel Ibis, também brasileiro, com instalação prevista para 2018 e Megal Suítes que pertence ao Megal Group S.A que atuam com importação de mercadorias.

Em Puerto Iguazu (AR) os processos de internacionalização fortalecidos pelas reformas estruturais dos anos 90 e facilitados pelas políticas públicas turísticas abriram espaço para que os fluxos de capital internacional, isto é, os Investimentos Externos Diretos (IED), se consolidassem após 2003. Como ocorreu com o Projeto Reserva Iriapú 600 hectares, como veremos mais adiante.

Segundo a CEPAL (2015), os serviços receberam 38% do total dos fluxos de IED, principalmente no setor de telecomunicações e turismo. Para Chesnais (1996, p. 212), esses produzem efeitos significativos, uma vez que “são os IED e as estratégias de localização escolhidas pelas multinacionais que comandam parte importantíssima dos fluxos transfronteiras de mercadorias e serviços, contribuindo fortemente para modelar a estrutura do sistema de intercâmbio”.

As paisagens e a cultura latino americanas também são alvo de interesse das empresas transnacionais, a grande hotelaria pertence as redes dos países desenvolvidos e de grandes grupos transnacionais. Essa apropriação do espaço transformado em mercadoria é pontuada pelo autor:

A apropriação de espaços naturais constitui um fator decisivo das multinacionais especializadas que determinam de fora a capacidade de um país receber turistas. As atividades ligadas à cadeia produtiva do turismo (hotéis, resorts, restaurantes, clubes de férias) são intensivas em mão de obra e, portanto, este fator pode também ser considerado como vantagens locais em países que combinem atrações naturais com mão de obra barata (CHESNAIS, 1996, p. 202).

Por exemplo, o México em 2005, ocupou o décimo lugar como exportador de bens e vigésimo lugar como exportador de serviços, ocupando o nono lugar como exportador de viagens. No entanto, 60% do total de organizações que atuam no turismo são de origem norte americanas e espanholas (MERCOSUL, 2009). Segundo relatório da CEPAL sobre Investimento Externo Direto (2014), no Caribe iniciou-se a construção do maior complexo hoteleiro com aporte financeiro de investidores chineses. Na década de 80, o nordeste brasileiro recebeu grande volume de investimento estrangeiro na área de hotelaria. Essa problemática é uma das questões que circundam o debate sobre o desenvolvimento dos países da América do Sul. Superar a condição de dependência requer uma leitura da complexa

contemporaneidade no sentido de compreender os desafios que esta impõe no cenário das relações internacionais e na construção do desenvolvimento emancipatório.

A dinâmica proposta pelo turismo na Fronteira Trinacional do Iguazu ao fomentar os investimentos externos promove, o que Milton Santos (2001) chamou de verticalidade, isto é, “vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado” e configurando “os vetores da integração hierárquica regulada” (SANTOS, 1996, p. 277). Tal verticalidade se expressa no concreto da fragmentação urbana, além de ser reforçada pelos atores locais de desenvolvimento¹⁷ que trazem no discurso a proeminência do turismo como panacéia e nutrem toda uma psicoesfera política, que reverbera em escala internacional.

Os países membros do MERCOSUL assinaram um documento que declara a Região Trinacional do Iguazu como Zona de Interesse Turístico¹⁸ do bloco. O documento identifica o turismo como instrumento para o desenvolvimento socioeconômico da região e redução da pobreza¹⁹. As Zonas de Interesse Turístico, bem como a discussão sobre a instalação dos outros *FreeShops* na região, contemplam cenários voltados para os interesses do capital a partir de incentivos fiscais e territoriais. Para Cataia (2011, s/p) “ao institucionalizar e materializar interesses do mercado (porque a fluidez requerida pelas empresas é normativa e também infraestrutural), o Estado ordena um território fluido para o mercado hegemônico”.

Ocorre que o lugar passa a ser agente do processo de inclusão e exclusão (SANTOS, 2003). Nesta perspectiva, sob o discurso da geração de emprego e renda justifica-se a ocupação privilegiada do território e emergem contradições, visto que oportunizar espaços para a força de trabalho não significa gerar desenvolvimento.

Deste modo, o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a dinâmica territorial da Fronteira Trinacional do Iguazu a partir do turismo e as suas implicações

¹⁷ CODEFOZ - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguazu, foi criado pela lei municipal número 4.041, de 12 de novembro 2012, com intuito de unir organizações públicas e privadas em torno de projetos e ideias que promovam o desenvolvimento sustentável da cidade e seu entorno.

¹⁸A Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico. Foz do Iguazu por meio do CODEFOZ vem propondo mudanças nas leis como isenções fiscais para investidores. <http://www.abeoc.org.br/2015/07/foz-debate-lei-para-criar-zona-especial-de-interesse-turistico/>

¹⁹ Informações disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/mercosul-declara-regiao-da-fronteira-como-zona-de-interesse-turistico>

para a integração. Para isso, estruturou-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Entender o papel da fronteira na integração regional tendo como pano de fundo, o turismo. A fronteira, enquanto recorte analítico espacial, expressa a problemática da volatilidade do capital e das relações de produção pelo território. Não aprofundei o conceito de integração na perspectiva das relações internacionais, pois a partir da geografia fiz uma abordagem mais flexível e menos cristalizada. Para isso, utilizei as considerações de Silva Junior (2016), que em seu estudo da Fronteira Trinacional do Iguaçu identificou três perspectivas a partir da fronteira: fronteira geopolítica (Estado e relações internacionais); a fronteira da fluidez (da grande mobilidade de capital e trabalho) e a fronteira como lugar (o espaço do cotidiano).

- b) Analisar os três fatores históricos que promovem a intersecção entre os países: a formação do polo comercial em Ciudad del Este; a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu e criação do Parque Nacional do Iguaçu, com a intenção de identificar os efeitos desses sobre o território e na integração. Os três fatores se configuram como períodos históricos de ocupação do território ao passo que também expressam os ciclos econômicos. Considera-se que cada momento da história produziu um uso bem como o ordenamento econômico e social (SILVEIRA, SANTOS, 2001, p.289). Além disso, a partir deles aponto alguns arranjos territoriais, as interações do espaço nas três cidades, o papel assumido pelos agentes, bem como procuro entender a produção do espaço turístico e de que forma o espaço urbano expressa as relações sociais que lhe deram origem. Interessa identificar se o Brasil, representando por Foz do Iguaçu, deu o tom nas relações internacionais no desenvolvimento para Puerto Iguazu (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai) no que tange a atividade do turismo: ocorreram sinergias entre os países? Houve polarização ou complementariedade?

- c) Debater de que forma o turismo se posiciona na integração: contribui ou promove a alienação do território.

Para isso a metodologia de pesquisa foi composta de mais de duas abordagens. Isso pode gerar mais complexidade, no entanto, minha intenção é enriquece-la a partir de um aporte sistêmico. A definição da metodologia se deu em

virtude da minha atuação²⁰ profissional estar conectada ao tema da pesquisa. Além disso, a abordagem do tema da fronteira e da região transfronteiriça exigiu o encontro de disciplinas: da geografia, das relações internacionais e da economia.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, construída por meio da análise de dados primários e secundários. Além da revisão bibliográfica nas disciplinas citadas, para compor a base de dados secundários utilizou-se documentos, estatísticas, dados econômicos, reportagens *on line*, das três cidades de fronteira, além da pesquisa bibliográfica. Os dados primários foram extraídos de entrevistadas semiestruturadas com empresários do setor e com um trabalhador que atuou por 15 anos com lideranças chineses em Ciudad del Este (PY). Também traz contribuições das minhas participações nos seguintes eventos: XXXV Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça; Programa de Formação para o Desenvolvimento e a Integração Trinacional promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)²¹; reunião para formação do Observatório Trinacional de Turismo e Oficinas de Turismo para professores da rede pública municipal de ensino de Foz do Iguaçu. Ainda aproveito insumos de uma pesquisa ação que realizei como trabalho de campo dentro da minha atuação profissional em duas comunidades indígenas locais que atuam com a atividade do turismo. Inseri apontamentos sobre as comunidades por que, além de estarem vinculadas ao tema, compõem a oferta turística de Puerto Iguazu (AR). Na tabela abaixo estão dispostas as referidas datas e coletas de dados secundários.

Tabela 1- Ações da pesquisa.

AÇÃO	REALIZADO EM:
Visitas as comunidades indígenas: M'Borore e Yriapu	Maio de 2017
Programa de Formação para o Desenvolvimento e Integração Trinacional	Período de Abril a Junho de 2017 Ciudad del Este (PY)
XXXV Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça	11 de dezembro de 2017 – Puerto Iguazu (AR)
Realização de Oficinas de Turismo para professores da Rede Pública Municipal de Ensino (Foz do Iguaçu), pelo Programa de Educação Turística do Instituto Polo Internacional Iguassu.	11 de abril de 2018.
Reunião para formação do Observatório Trinacional de Turismo	24 de abril de 2018
Entrevistas por telefone com cinco agência de viagens receptivas de Foz do Iguaçu (PR)	Ligações realizadas na semana de 23 a 27 de abril de 2018.
Entrevista aberta com um gestor de uma loja grande de departamento de CDE	24 de abril de 2018
Entrevista aberta com brasileiro que trabalho por 15 anos em CDE com empresários chineses.	24 de abril de 2018

²⁰ Sou filha de barrageiro, nasci em Foz do Iguaçu e vivo na Fronteira Trinacional. Minha experiência é na área de projetos de desenvolvimento local, gestão humana dos empreendimentos turísticos (hotéis, atrativos) e turismo de base comunitária.

²¹ Itaipu Binacional, CODELESTE, CODEFOZ, CODESPI, SEBRAE – Fronteiras Cooperativas.

Como fatores limitantes da pesquisa destaca-se a incipiência de dados de Puerto Iguazu (AR) e de Ciudad del Este (PY). Ambas cidades têm bases estatísticas vinculadas aos referidos Estados: Província de Misiones (Puerto Iguazu-AR) e Departamento do Alto Paraná (Ciudad del-PY). Por este motivo não foi possível dissociá-los para fazer uma leitura mais apurada. Em Ciudad del Este, busquei agendar reuniões com instituições chaves para obtenção de dados, mas não obtive retorno.

A estrutura do trabalho é composta de três capítulos correspondentes aos respectivos aos objetivos específicos expostos. O primeiro capítulo traz a perspectiva da fronteira e a integração regional. O segundo aborda o processo de ordenamento territorial na Fronteira Trinacional a partir de três fatores históricos de intersecção: a formação do polo comercial de CDE; a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a criação do Parque Nacional do Iguaçu. E terceiro e último capítulo apresenta a análise dos dados aportando para o debate da integração e do turismo.

Os resultados apontam que o turismo influenciou a formação urbana das três cidades motivado principalmente por demandas externas. Há uma dinâmica própria e interdependente na Fronteira Trinacional do Iguaçu, onde o turismo, apesar de atuar na geração de emprego e na integração, reforça assimetrias e fortalece a alienação e fragmentação do território.

1 FRONTEIRAS E A INTEGRAÇÃO

1.1 Por que Fronteira Trinacional do Iguaçu?

O conceito de região é um antigo e extenso debate dentro da Geografia. Anteriormente o que imperava era o determinismo ambiental (RATZEL, 1897 *apud* CORREA, 2000), depois avançou-se para possibilismo, onde a região passa a ser vista como “expressão espacial” (p.13) e se destaca pela individualidade. Afirmções que encontram vazão no entendimento de Vidal de Blache que defende que a paisagem confere singularidade a região.

Para Hartshorne o que importa é método para identificar as diferenciações de área, isto é, “o objeto da geografia regional é unicamente o caráter variável da superfície da Terra – uma unidade que só pode ser dividida arbitrariamente em partes, as quais, em qualquer nível da divisão, são como partes temporais da história, únicas em suas características” (HARTSHORNE *apud* CORREA, 2000, pq. 16). Mais tarde, a nova geografia que se dá após a conquista territorial e diante da nova estruturação na divisão social e territorial do trabalho, e a geografia crítica que se incorpora a dialética marxista, trazem questionamentos do conceito de região que batem de frente com os pressupostos de Hartshorne. A primeira abordagem considera a região como um caso particular de classificação. Aqui o conceito de organização espacial tem condições para aparecer, suscita a questão de eficiência máxima, podendo ser estabelecido o recorte por bases estatísticas. Já na geografia crítica Lacoste confronta Vidal chamando sua concepção de “conceito-obstáculo”, uma vez que nega outras possibilidades. Esta promove a reinterpretação de aspectos abordados na nova geografia e, propõe “ir além da descrição de padrões espaciais, procurando-se ver as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais” (CORREA, 2000, p.21).

De fato, estamos diante de um processo complexo. Todavia, Correa considera que todos os conceitos podem ser usados desde que seja clara a intenção do recorte. Partindo disso, entende-se que independente do recorte que se defina aqui, é importante considerar que estamos olhando para uma zona de fronteira, assim cabe considerar o conceito de faixa de fronteira:

(...) é composta pelas 'faixas' territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais criam um meio geográfico próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional das interações transfronteiriças (BRASIL, 2005, p. 152).

A região fronteiriça não se restringe à faixa territorial nos limites dos países. Tal como a nomenclatura indica, é uma região que faz fronteira entre duas ou mais realidades. Assim, colocando na balança o peso histórico, o processo de produção do espaço social indica que cada fronteira é um caso especial com individualidade, como reforça Abinzano (2005) *“las sociedades de frontera poseen una especificidad innegable”*. Isto conflui com a definição de Duarte *apud* Correa (2000, p. 46) de que a “região é uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social”. Ainda se considera também o conceito de Yann (2014, s/p).

A região é concebida então como um sistema espacial possível de ser distinguido de sistemas vizinhos. Falar de sistema pressupõe que suas unidades constitutivas se pareçam mais entre si do que com as unidades exteriores e que as relações entre as unidades constitutivas sejam mais intensas no interior da região do que com as unidades espaciais exterior

Paasi (1986) *apud* Carneiro (2016) entende região como “uma categoria com uma dimensão explicitamente coletiva que representa práticas institucionais e históricas”, sendo reforçada pelo cotidiano, o qual é nutrido pelas comunidades que nela vivem. Estamos sim, diante de um recorte espacial que imprime suas singularidades.

Para reforçar a justificativa do recorte apresento as considerações de Hartshorne (1978), acerca da liberdade do geógrafo/pesquisador. Ele expressa na sua inquietude com o movimento que buscava a simples caracterização em detrimentos das possibilidades que se apresentam sobre as diferenciações das áreas. Afirmava que “qualquer que seja o grau de integração que for estudado – desde o tópico até o regional – cabe ao investigador ter em mente, desde o início, se o seu propósito consiste primordialmente em desenvolver conclusões genéricas ou em examinar um caso individual” (HARTSHORNE, 1978, p. 173).

Antes dos anos 90 não havia uma expressão para identificar a região em seu conjunto, se falava em zona, região ou área das três fronteiras (RABOSSI, 2004). Em 1992, e mais fortemente em 2012²², o termo Tríplice Fronteira é manifestado pelo

²² Após o ocorrido de 11 de setembro.

governo norte-americano sob hipótese da localidade estar conectada com o terrorismo (*Tri-Border Area - TBA*). Em 1997, o MERCOSUL definiu o termo o Pólo Turístico Internacional Iguassu por meio da Resolução MERCOSUL/GMC 41/97. Esta região tem sua delimitação inicial nas cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, Puerto Iguazu, Puerto Esperanza, Wanda e Puerto Libertad na Argentina e Presidente Franco, Ciudad Del Este, Hernandárias e Minga Guazu no Paraguai e tem cerca de 800.000 habitantes. Para constituir a Região Trinacional do Iguaçu, do lado brasileiro se somaria a Foz do Iguaçu, os 16 Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, na margem brasileira e na Paraguaia (POLOIGUASSU, 2012).

Carneiro denomina a localidade como Região Transfronteiriça do Iguaçu. Faz o recorte sob o termo Tríplice Fronteira e justifica salientando a região como emblemática do MERCOSUL.

A denominação Região Transfronteiriça do Iguaçu foi escolhida com o objetivo de facilitar a identificação da região composta pelas áreas de influência do aglomerado urbano trinacional existente na Tríplice Fronteira, que é resultado de processos de transfronteirização decorrentes de diversos atores que se articulam através de políticas e de gestões territoriais multiescalares e dão origem a um espaço singular na América do Sul (CARNEIRO, 2016, p.65).

Foz do Iguaçu apresenta uma dinâmica socioeconômica representativa dos diferentes ciclos econômicos que se processou no país ao longo dos séculos XIX e XX. Após o ciclo da extração da madeira e cultivo da erva (1870-1970), o município se diferencia em relação aos processos econômicos vividos nos demais municípios que compõe a Região Oeste do Paraná. Da mesma forma caminham os municípios de Puerto Iguazu, hoje com economia voltada para área de serviços, e Ciudad del Este que após abrir-se para comércio de re-exportação vinculada ao escoamento via Brasil, manteve-se em posição diferente das demais cidades próximas. Juntas, essas cidades criaram uma organização espacial com cristalizações no espaço que ocorrem de forma desigualmente desenvolvidas, mas articuladas, e que fomentam a especialização da região para a atividade turística.

Embora pesquisas anteriores apontem que o turismo não é a atividade mais representativa economicamente na região (SCHGOLEL, 2016), é importante destacar o quanto essa atividade é posta no imaginário coletivo e até mesmo no simbólico. Deste modo, como esta pesquisa considera o turismo como elemento de análise, o recorte estabelecido aqui se refere essencialmente as três cidades: Foz do Iguaçu

(Brasil); Puerto Iguazu (Argentina) e Ciudad del Este (PY). Para se referir a este recorte usar-se-á o termo Fronteira Trinacional do Iguazu.

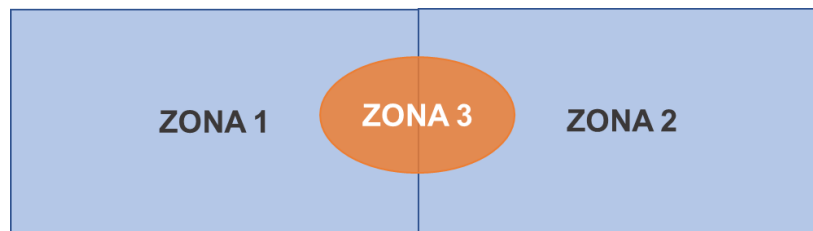
1.2 As Fronteiras

Antes da formação dos Estados Nacionais as fronteiras não existiam no seu formato atual. Machado (1998) identificou que a origem da palavra nasceu de um fenômeno espontâneo da vida social, portanto, não havia uma conotação política ou intelectual. Mais tarde com as alterações da própria vida social no tempo, no uso do espaço e na produção do espaço social, a fronteira vira “lugares de comunicação” (MACHADO, 1998, p.41), ganha valor e no decorrer da evolução da sociedade passa por diferentes interpretações e ressignificados, os quais podem ser situados na evolução da análise da geografia: geopolítica clássica (modernismo), abordagem funcionalista (meados séc. XX) e abordagem contemporânea (final séc. XX).

Na geografia política clássica a fronteira é entendida como instrumento do Estado. Ratzel (1897), autor chave desse período, defendia a terra como elemento base da força do Estado (nacionalismo), sendo está a junção de três fatores: a situação (*lage*), o espaço (*Raum*) e a própria fronteira (*Grenze*)²³. Para entender as fronteiras e suas alterações ele criou a seguinte analogia: o Estado como organismo vivo e as fronteiras como a pele deste. Esta representaria a camada exterior do Estado e tem como funções demarcar os limites, promover defesa e ser o elemento conetor do processo de troca do interno com o externo. O autor propõe o entendimento das fronteiras a partir de três zonas: as duas primeiras se referem ao encontro de dois Estados, assim são lidas como periferias dos Estados e a terceira representa a zona central, sendo a mistura dos dois Estados (Figura 1). A partir dessa conectividade, Ratzel chama atenção ao afirmar que “*the boundary was an abstraction and that the border area (Grenzraum) was the reality*” (PRESCOTT *apud* RATZEL, 1965, p.10).

²³ Bibliografia de Ratzel. Disponível em: <http://maltez.info/biografia/ratzel.pdf>

Figura 1- Terceira zona- mistura dos dois Estados



Fonte: Elaborado pela autora com base em Ratzel (1895)

A partir do conceito de “Espaço Vital do Estado” a autor situa a necessidade de processos de fortalecimento interno do Estado para ampliar e manter sua existência. Defende que as fronteiras influenciam o poder do Estado e alerta que, ao passo que as fronteiras enfraquecem, a capacidade do limite pode sofrer mudanças. Aqui se reforça a ideia de fronteira como limite, elemento de defesa e a base de militarização, ou seja, a visão da fronteira como elemento político. No entanto, Ratzel menciona que as funções aplicadas nos limites seriam alteradas à medida que os Estados fossem formados (PRESCOTT, 1965). Neste sentido, as fronteiras não passam de elementos de conformidade dos tratados representado pelas forças militares.

Essa perspectiva ocorreu na Fronteira Trinacional do Iguçu. De acordo com o estudo do Instituto Polo Internacional Iguassu (2012²⁴) sobre a memória do território vinculada ao turismo, em 1888, a região era habitada pelos índios caingangues e guaranis, culturas que entendem o território como um espaço livre circulação. Todavia, no levantamento da população feito na época apenas os brancos foram registrados²⁵. No mesmo ano, o governo brasileiro mandou uma comissão para tomar posse definitiva da área entre as Sete Quedas (atual município de Guaíra) e Foz do Iguçu. A ampliação do domínio territorial brasileiro, na região do oeste do país e os limites da fronteira foram fixados em 1889 com a instalação da Colônia Militar (WACHOWICZ, 1982 *apud* POLOIGUASSU, 2012). Mas, foi em 1937, que se efetiva a colonização propagada pela Marcha para Oeste, movimento sustentado no nacionalismo e característico da política ideológica do Estado Novo, que se impõe ao então espaço fluído que se nutria pelo cotidiano criado e vivido pelos habitantes.

²⁴ Documento no PRELO.

²⁵ E no fim do ano de 1889, sabia-se que já se encontrava no local 188 paraguaios, 93 brasileiros, 33 argentinos, 5 franceses, 2 uruguaios, 2 espanhóis e 1 inglês, no total de 324 pessoas (POLOIGUASSU, 2012).

Assim, nacionalizava-se o território e com isso se deu a criação de escolas, a demarcação do português como língua oficial, visto que se falava uma mistura de português, espanhol e guarani e as moedas mais expressivas eram o peso argentino e o guarani (LIMA, 2001).

Em 1930 tornou-se obrigatório o uso da língua portuguesa e a circulação da moeda nacional no comércio e nos serviços públicos do município, por imposição legal do General Mario Tourinho, interventor do Paraná, que liderou a revolução de 1930 no Estado e tão logo foi nomeado interventor, retirou do governo federal a alegação de que o Estado do Paraná nada fazia para nacionalizar seus territórios situados no extremo oeste (LIMA, 2001, p.52)

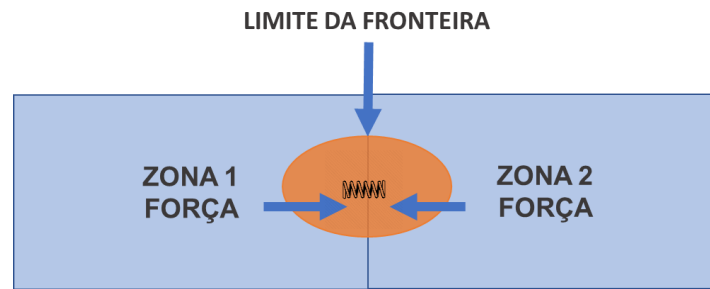
No avanço da perspectiva global sobre as fronteiras, Holdich; Curzon *apud* Prescott (1965) trazem à discussão a forma das fronteiras: naturais ou artificiais. Considerava-se que as fronteiras com características físicas naturais ofereciam melhores oportunidades de defesa, sendo superiores as fronteiras criadas. Embora o posicionamento era da fronteira como defesa, proteção e salvaguardado do Estado, Curzon *apud* Prescott (1965) traz um contraponto quando apresenta a ideia de fronteira de separação e fronteira de contato. Essa oposição revela a característica de transição possibilitada pelas fronteiras.

É inegável a possibilidades das relações propiciadas pelas fronteiras, *“the boundary reflects the relationships between neighbouring groups and should be studied to this end rather than as a single element of the landscape”* (ANCEL *apud* PRESCOTT, 1965, p.22). Para os autores, o limite entre dois Estados resulta da força exercida de ambos os lados, e por conter as forças, sustenta-se o conceito das fronteiras como linhas de equilíbrio de poder. Assim, afirmam que não há problemas de fronteira e sim problemas referentes ao ator que impõe a força, ou seja, o Estado²⁶. Para eles, o encontro das forças aciona um ponto de equilíbrio e isso gera uma interpretação positiva sobre as fronteiras, mas o mesmo movimento pode ser lido como ponto de tensão. Na medida em que aplica pressão sobre a linha limite, com forças dos dois lados, essas podem ser contidas pela fronteira (equilíbrio) ou tensionadas/expandidas (conflitos), como ocorre no movimento de duas forças sob uma mola (Figura 2)²⁷. É o entendimento das fronteiras como franja dos conflitos.

²⁶ “Il n’y a pas de problemes de frontieres. Il n’est que des problemes de Nations” (Ancel, 1938, p. 196).

²⁷ Esse é o movimento que a força do Estado não contém: o contrabando, tráfico e outros crimes. Interpretação sugerida pela autora.

Figura 2- Fronteira como ponto de equilíbrio (Ancel)



Fonte: Elaborado pela autora.

O salto da abordagem da geografia clássica para a fase funcionalista encontra campo no período pós II Guerra Mundial. A intensidade dos acontecimentos vividos e assistidos pelo mundo contribuiu para questionar ideologias e para abrir o olhar para novas formas de ver o mundo. O entendimento de fronteira passa a ser visto com mais base científica e outros aspectos são incorporados, como a economia. Essa nova fase é propagada por Hartshorne, o qual promoveu uma tradição funcionalista dentro da geografia política, contribuiu ao introduzir a proposta das paisagens de fronteiras, onde considera o contexto cultural e histórico na formação das fronteiras e, sugeriu as seguintes classificações: 1) antecedente: limite traçado antes que as características da paisagem cultural existisse; 2) pioneira: fronteira traçada numa área desabitada; 2) subsequente: construída em uma paisagem cultural existente; 3) consequente: fronteiras que são traçadas para coincidir com algumas características físicas ou culturais; 4) Sobreposta: fronteira traçada em uma paisagem cultural existente, que parece não estar relacionada às características culturais; 5) relíquia: limite que foi abandonado, mas ainda é marcado por diferenças na paisagem que se desenvolveram durante a sua existência (PRESCOTT; TRIGGS, 2008).

Na vertente funcionalista, ainda que o foco tenha se mantido no Estado, destaca-se alguns avanços como a proposta Kristof²⁸ (1959) de distinguir “*frontiers*” e “*borders*”: ambos são manifestações de forças sociopolíticas, mas o autor considera que as fronteiras são resultados de movimentos espontâneos enquanto os limites são impostos e fixados (VANHOUTUM; SCOTT, 2005, p. 220). Lapradelle (1928) ratifica a distinção, mas agrega o entendimento de que antes e após a marcação dos limites, já existe uma região, o limite se apresenta como uma simples linha que se impõe ao contexto já vivo (PRESCOTT, 1965).

²⁸ 1959 *apud* Prescott; Triggs, 2008.

O mesmo autor sob a luz de Fawcett²⁹, considera a fronteira como meio de transformação, baseia-se no conceito de Ratzel e sugere uma divisão tripla de fronteiras: de cada lado encontra-se um Estado, assim a zona de mistura se daria em virtude da necessidade de conexão de ambas as zonas periféricas de cada Estado, gerando o que seria a região central (para o autor é onde ocorre o direito internacional). Assim, é justamente do encontro dos Estados independentes (cada qual com suas normas, leis, políticas e regulamento) que resultará a situação da zona de fronteira, isto é, o contexto de cada um determinará as características da região de fronteira. Para o autor, a área total dessas três zonas é chamada de *le voisinage*³⁰ (PRESCOTT, 1965). Isto reforça o caráter único das fronteiras.

É na abordagem contemporânea que acontecimentos como final da Guerra Fria e diversos outros ordenamentos balançam as estruturas e demandam da ciência abordagens holísticas, capazes de responder aos acontecimentos geopolíticos, sociais e ambientais. É neste contexto que as teorias de fronteira avançam em maior grau.

Machado (1998) orienta que antes de analisar a complexidade das fronteiras no contexto contemporâneo é essencial entender as origens das terminologias e seus sentidos: Limite é uma palavra de origem latina que se refere ao fim da delimitação de uma unidade político-territorial, usada “pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização” (MACHADO, p.2, 1998), ou seja, seu sentido está voltado para dentro. Já a fronteira em sua origem implica o entendimento do começo do Estado, está voltado para fora. No entanto, a globalização impõe um processo multiescalar regulado.

A globalização, criada nas escolas estadunidenses, sob o pretexto de “tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital”, deixa agir livremente as forças de mercado e contribui para emergir discursos de um mundo sem fronteira, onde seja possível “a livre movimentação, em nível internacional, de mercadorias, capitais, força de trabalho e conhecimento³¹”. Nilson Araújo de Souza (2009) traça um estudo sobre, e identifica que não há um consenso sobre essa afirmação. Destaca três correntes: a primeira nutrida pelo neoliberalismo e pelo FMI, que fixa a ideia da

²⁹ Ambos os autores são citados na obra de Prescott, 1965.

³⁰ Na tradução se aproxima da ideia de bairro/vizinhança.

³¹ Palavras de José Luis Fiori extraídas do livro Economia Internacional Contemporânea (SOUZA, 2009, p.170).

globalização como fenômeno positivo, capaz inclusive de promover o bem-estar da população. Isto se aproxima do que Milton Santos (2003) chamou de globalização como fábula, uma vez que esse propósito de desenvolvimento não atinge/ não beneficia a todos, portanto, não é real.

A segunda corrente confronta a primeira, pois coloca na mesa os resultados gerados pelo avanço mundial dos capitais, como ocorre com o alastramento de corporações transnacionais em países periféricos. A mundialização do capital³² é excludente uma vez que promove assimetrias (CHESNAIS, 1996). Para Santos (2003) aqui se encaixa a globalização como perversidade, isto é, expressa a intenção desse movimento global.

A era chamada de globalização engendrou o endividamento acelerado dos países periféricos, a estagnação da economia mundial, a queda do poder de compra do salário e o aumento do desemprego em todo mundo, o domínio da economia pelos homens das finanças, a limitação de governos nacionais formularem políticas econômicas próprias (MARTIN; SCHUMANN *apud* SOUZA, 2009, p. 172).

A terceira corrente se pauta na história e enxerga uma continuidade do processo de internacionalização da economia e não um fenômeno novo. Considera que essa continuidade vem forte e promove uma “redivisão do mercado mundial entre as grandes potências” (SOUZA, 2009, p. 171).

De fato, a liberdade de circulação/movimentação preconizada pela globalização não se sustenta. Trata-se de uma liberdade controlada, regulamentada e acordada como elemento das estratégias do capital. E quais são as implicações da globalização sobre as fronteiras? Para responder faço o exercício de analisar o que alguns autores apontavam sobre a ocupação dos territórios. Lefevre (2013) alertava sobre a força da política, da economia e da vida social na produção do espaço e do território, entendimento que bate de frente com a ideia de que estes são postos e pré-concebidos. Isso significa que o espaço está atrelado a realidade social.

Harvey (1989) busca entender as relações espaço temporais. Em seus estudos, identifica como espaços tem sido palcos para a reprodução e ampliação do capital, sendo muitas vezes transnacional e fomentados pela globalização. Portanto, para esse autor as fronteiras políticas não são naturais, toda territorialização é “resultado das lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de

³² Termo usado pelos franceses no lugar de globalização.

condições tecnológicas e político-econômicas determinadas (HARVEY, 2004, p.108). Soja (1993), outro autor pós-moderno, corrobora com Harvey ao defender o espaço como elemento de análise mesmo na nova fase do capital pós-moderno que se encontra flexível, pois é no espaço que se materializa da vida humana.

Para Paasi (2003) a análise da fronteira como *borderline* (limite) não é completa, pois o que há não é apenas uma linha de separação ou o espaço em si, mas é a inter-relação. Assim, o autor defende a ideia das fronteiras como *borderland* (região de fronteira), como um espaço dinâmico e complexo, concebido por uma história própria e com peculiaridades. O autor parte do princípio de Lefevre: do espaço como representação. Deste modo, as teorias de fronteiras não podem ser generalizadas, não se pode aplicar o mesmo olhar a toda realidade, cada qual tem sua representação. E ratifica afirmando que as fronteiras são como “instituições”, onde a condição humana é um fator fundamental no processo dinâmico e vivo das mesmas.

A região de fronteira seria a terceira zona como sugeriu Ratzel, isto é, se configura como algo mais, quase como um “ente” separado dos Estados e quais são as implicações desse processo?

a mutação de perspectiva pela qual estão passando os estados e as populações em relação aos limites e as fronteiras, o adensamento e diversidade das redes, e o crescente desafio ao conceito de lei territorial apontam para o papel peculiar e contingente que o território e os processos de territorialização, os limites, e as fronteiras estão assumindo no sistema mundial de estados nações, interferindo em sua dinâmica ora como restrição (risco), ora como incentivo ao lucro (diferenciais entre estados) (MACHADO, p. 1, 1998).

A mutação do papel do Estado sobre as fronteiras encontra força na condição humana exposta por Paasi, visto que as comunidades locais estendem a dinâmica social para além dos limites internacionais, isto implica numa reorganização das fronteiras no nível subnacional. No entanto, há outras forças atuam para esticar a área de influência como os atores transnacionais e até mesmo as atividades ilegais como o tráfico de drogas.

Neste contexto de diferentes leituras, o autor canadense Brunet-Jailly (2005) propõe quatro lentes de análises sobre as fronteiras, limites e regiões de fronteira num exercício para se pensar as variáveis de relações, a saber: 1) forças de mercado e fluxos de comércio; 2) atividades políticas de múltiplos níveis de governos em fronteiras adjacentes; 3) influência política particular das comunidades fronteiriças;

4) a cultura específica das comunidades fronteiriças. A partir dessas lentes e da governança multiescalar sobrepostas e expressas nas fronteiras, o autor chama atenção para as relações horizontais e verticais nos diferentes níveis e reforça a lente três e quatro como preponderantes para a construção de políticas públicas. Todas tem força de abrir poros nas fronteiras, especialmente a segunda lente em consonância com a primeira.

A porosidade territorial definida como “àquela qualidade dos territórios nacionais que facilita sua relação com o exterior, a partir de uma base institucional incumbida da regulação do movimento” (ARROYO, p.143, 2001), se faz presente nas fronteiras e são condicionadas e condicionantes do território e não apenas selecionadas pelos interesses e desejos do Estado. As forças de mercados e os fluxos internacionais de capital contribuem para alargar as regulações sob os territórios, como expressa a autora: “um território fluido e poroso é a condição necessária para fazer parte do circuito das finanças mundiais no período atual” (2006, p.6). Os efeitos desses poros seletivos é o desordenamento, fragilidade e fragmentação do território. Em complementariedade, o sociólogo Pietro Basso, ao estudar as imigrações internacionais, faz a leitura de que “as fronteiras nunca se fecham, elas são porosas³³”. Assim, é preciso considerar que há outras interfaces da porosidade, como as comunidades que, diante da necessidade de sobrevivência, abrem poros e geram movimentos não regulados na dimensão social.

Castells (2005), Harvey (1992) e Arroyo (2006) apresentam a complexidade de interações no espaço e tempo que são postas na pós-modernidade e que ampliam a porosidade. Para Castells (2005) estamos diante um processo multidimensional que se configura como um novo paradigma tecnológico baseado nas tecnologias de comunicação e informação. A organização em redes não é nova na evolução das sociedades, mas a forma como é posta traz uma transformação estrutural. Aqui entra em cena um mecanismo ímpar de comunicação e de nutrição das transações: a *internet*. Este é o elemento motor das redes de comunicação digital, considerada pelo autor como “a coluna vertebral da sociedade em rede, tal como as redes de potência (ou redes energéticas) eram as infraestruturas sobre as quais a sociedade industrial foi construída” (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p.18). Portanto, as redes e os espaços de fluxos selecionados por elas são canais de poder e se

³³ Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/633/tese-revela-configuracao-polarizada-da-mao-de-obra-imigrante> acesso em: 10/04/2018

apresentam em escala global.

Harvey (1992, p. 8) lê esse processo como meios de acumulação mais flexível do capital, isto é, “um novo ciclo de compressão do tempo-espço na organização do capitalismo”. Isto pode gerar uma dependência técnico-científica que atuará na alienação do território dos países periféricos, os quais, para não ficar “de fora” se submetem a entrar na condição necessária para competir. Diante desses debates, do crescente comércio a nível global e das inter-relações das pessoas a partir das tecnologias, as fronteiras quase desaparecem (BRUNET-JAILLY, 2005).

Para Raffestin³⁴ muita importância é atribuída ao limite materializado, “na medida em que ele assume além de um traço sobre o solo a presença da ordem, sua manifestação, de alguma forma, para o outro, é muito marcante, já que resulta de um rito, de um costume”. Barth (1976) *apud* Pujadas³⁵ afirma que “*los límites constituyen objeto de negociación permanente por parte de los grupos que están en contacto*”. Assim, é importante considerar o papel das forças sociais na produção das fronteiras bem como os processos históricos.

1.3 O Campo da Transfronteirização

Fronteiras caracterizadas como mutáveis, móveis e fluídas estimulam o movimento de abertura/fechamento (“*debordering – rebordering*”), isto é, a desterritorialização – reterritorialização (AMILHATZARY; GIRAUT, 2011 *apud* RÜCKERT; GRASLAND, 2012, p.93), compondo processos de transfronteirização. Para os autores, tratam-se de processos “entendidos como diferenciações territoriais associados a relações interestatais, à travessia de fronteiras e a micro regionalismos envolvendo atores e poderes de dois ou mais Estados”.

Carneiro (2016) corrobora e complementa afirmando que as relações não são apenas interestatais, também se dão com atores privados, que juntos compõe um conjunto de estratégias focalizadas na integração supranacional. Já Rolim³⁶ (2004) aporta para o entendimento de que não se tratam de regiões de fronteira, vizinhas,

³⁴ Considerações do autor sobre a fronteira no prefácio do livro Território sem limites (2005).

³⁵ PUJADAS, J.J. Estado nación, movimientos autonómicos y procesos transfronterizos en España. Publicado en: Valenzuela, J. M. (Comp.), La fronteras del mundo y procesos culturales. México, COLEF (en prensa). Texto que me foi enviado por um professor da Unioeste.

³⁶ Extraído do livro: Como analisar as regiões fronteiriças: esboço de um enquadramento teórico metodológico a partir do caso de Foz do Iguaçu. ROLIM, C. São Paulo, 2004.

mas de uma localidade marcada pela característica de áreas contíguas, formadas por aglomerações urbanas, com regulações de fluxos e comunhão de espaços econômicos comuns. Ratificando:

Nesses locais ao mesmo tempo em que se cria um espaço econômico comum também se criam as barreiras a sua integração. Da mesma forma que se estabelecem as condições para o fluxo de pessoas e capitais também se estabelecem as restrições para que isso aconteça. Ao mesmo tempo em que se desenvolve uma cultura comum também se arraigam as diferenças culturais. Em situações como essa é provável que se esteja diante do objeto de estudo buscado: uma região transfronteiriça (ROLIM, 2004, p.4).

Haesbaert (2011) chama de multiterritorialidade ou transterritorialidade, os trânsitos cotidianos, sazonais, pontuais entre territórios, especialmente entre Brasil e Paraguai, entre os chamados “brasiguaios”. Para o autor, no fluir do trânsito de diferentes territorialidades, as facilidades de mobilidade espacial contribuem para dissolver os *insiders* e *outsiders*³⁷ e, contornam-se restrições.

Essas redes de relações socioespaciais, geográficas, dão-nos uma clara ideia de como a migração brasileira nas áreas fronteiriças dos vizinhos do Mercosul, especialmente no caso paraguaio, transgride os limites oficiais do Estação-nação e projeta-se para uma condição claramente transfronteiriça ou, em outras palavras, multi ou mesmo transterritorial – para enfatizarmos a ideia de trânsito entre territórios e o acionar de múltiplas territorialidades (pg. 24).

Camarata (2008) ao tratar da Fronteira Trinacional do Iguazu como território de transfronteirização lembra de formas similares que configuraram o processo da estrutura interna e fronteiriça dos três Estados nacionais outorgando um conjunto de atributos peculiares. Destaca a matriz sociocultural comum (Reduções Jesuíticas nos séculos XVII e XVIII), a ocupação do espaço na colonização simultâneo e similar, “*la instalación, a fines del siglo pasado de un fuente extractivo de la yerba mate y la madera. Este formación social fue posible precisamente por su carácter transfronterizo con libre circulación de los hombres y las mercancías*”, uma larga história de interrelações fronteiriças não interrompidas com forte vínculo no comércio, uma população que convive com seus códigos culturais simultaneamente e “*un espacio traspasado por mensajes múltiples radiales, televisos, gráficos*”.

Em outras palavras, os atores locais se articulam em diferentes escalas,

³⁷ Termos de Nobert Elias (2000) *apud* Haesbaert (2011).

transpondo-se as fronteiras. Isto se expressa na intensidade dos fluxos diários de mercadorias, serviços e pessoas entre as três cidades. Na Fronteira Trinacional do Iguaçu, cerca 142.700 pessoas e 47.500 veículos cruzam diariamente as fronteiras de Foz do Iguaçu com o Paraguai e Argentina (UDC, 2017³⁸).

Carneiro (2016) embasado na pesquisa de Sweitzer (2000) traz outros registros de movimentos pendulares, especialmente na fronteira entre Paraguai e Brasil. Também destaca as dinâmicas transfronteiriças do turismo bem como os efeitos negativos da zona de fronteira como contrabando, fortemente articulado na fronteira entre Paraguai e Brasil, evidência que se comprova pelo número de apreensões realizadas pela Receita Federal. Também aponta a incidência de crimes, o turismo sexual, a hipótese de paraíso fiscal de Ciudad del Este, com a existência 12 unidades bancárias e a incipiência de políticas e acordos articulados entre os três países na área de segurança. Tais efeitos são reflexos da própria condição de fronteira e de assimetrias entre os países, especialmente quando tratamos de cidades gêmeas.

A crescente demanda dos municípios fronteiriços por políticas públicas específicas exigiu que o Ministério da Integração Nacional³⁹ estabelecesse em 2014 o conceito de cidade gêmeas:

Art. 1º. Serão considerados cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar a unificação da malha urbana com cidade do país vizinho. Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas com população inferior a 2 mil habitantes (BRASIL, 2014).

O próprio termo, cidades-gêmeas, passa o entendimento de cidades que nascem juntas, conectadas, mas não necessariamente dependentes, embora é comum que haja elementos de interdependência. Para Senhoras (2013⁴⁰), a terminologia se popularizou e esclarece que o termo adequado para identificar as localidades transfronteiriças interdependentes é cidades-irmãs, visto que “os polos têm desenvolvimento evolutivo acoplado, mas não necessariamente nascem iguais” (p. 7). Aqui mantém-se o termo popularmente conhecido. Na região em estudo, o termo é mais comumente empregado para as cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Ciudad del

³⁸ Pesquisa – UDC. Disponível em: www.edu.br/v5/#/udc/noticia. Acesso em 25 de março de 2018.

³⁹ Portaria nº 125, de 21 de março de 2014 do Ministério da Integração

⁴⁰ Artigo: Dinâmica fronteiriça das cidades-gêmeas entre Brasil e Guyana. REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1053-1070, 2013

Este (PY), mas não se pode enganar as intensas interações que existem entre Foz do Iguaçu (PR) e Puerto Iguazu (Argentina).

Embora as cidades-gêmeas vivam uma dualidade (separação x aproximação) pela condição de zona de fronteira criam um ambiente próprio que resulta na convergência dos fluxos nacionais e transnacionais. Neste se faz forte o papel dos fixos, característicos das fronteiras, que viabilizam os fluxos e, a partir desses e do cotidiano fomentam-se movimentos, chamados por Correa (1997) de interações espaciais.

As localidades identificadas como cidades-gêmeas revelam uma dinâmica internacional de desenvolvimento acoplado e interdependente entre pólos fronteiriços, não necessariamente conurbados, que muito recorrentemente corporificam maior influência recíproca e complementaridade em comparação a outras localidades dos próprios territórios nacionais, haja vista que a proximidade espacial do entorno próximo estimula especializações produtivas (SENHORAS, p.7, 2013).

A especialização nasce como resultado do grande número de interações espaciais. Na Fronteira Trinacional do Iguaçu é possível identificá-la, especialmente na área do turismo, foco dessa pesquisa, como veremos no capítulo 3.

A força das interações espaciais entre as cidades-gêmeas é tão expressiva que interfere na produção do espaço. Todavia, é importante analisar as necessidades e intenções que precedem as interações, pois essas não são simples deslocamentos, e sim:

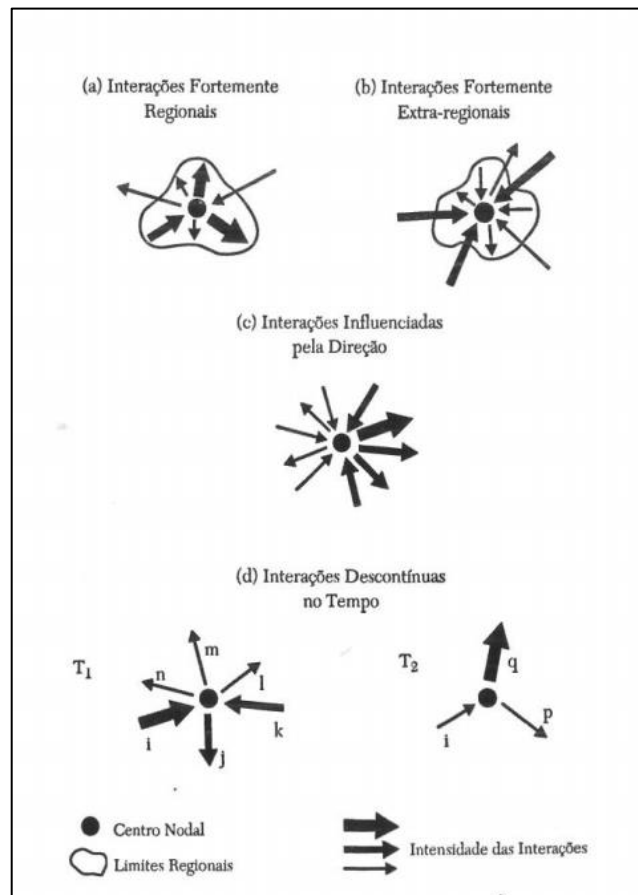
um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidade (CORRÊA, 1997, p. 279)

Podem ser lidas como elementos compostos de variáveis que dinamizam o território dando corpo a transfronteirização. O autor apresenta aportes para se analisar os padrões de interações. Esclarece que as interações espaciais não reduzidas aos limites regionais, podem ter forte interação internas ou externas (chamados pelo autor de extra-regionais). Especialmente no limiar da globalização assiste-se a intervenções multiescalares que se dão de dentro para fora, e vice-versa. Portanto, como dito anteriormente é preciso focalizar no objetivo da interação, pois em virtude da localização, distância, especializações funcionais, entre outras variáveis, as interações passam a influenciar e são influenciadas.

O autor propõe quatro padrões. Identifica-se que o primeiro (a) se

caracteriza por fortes interações dentro do limite regional que se dão mais de dentro para fora, o padrão (b), ainda dentro do limite reflete o contrário, no (c) as interações são influenciadas pela direção, exclui-se os limites e no (d) assiste-se a interações descontínuas.

Figura 3- Padrões de interações espaciais.



Fonte: Correa, 1997.

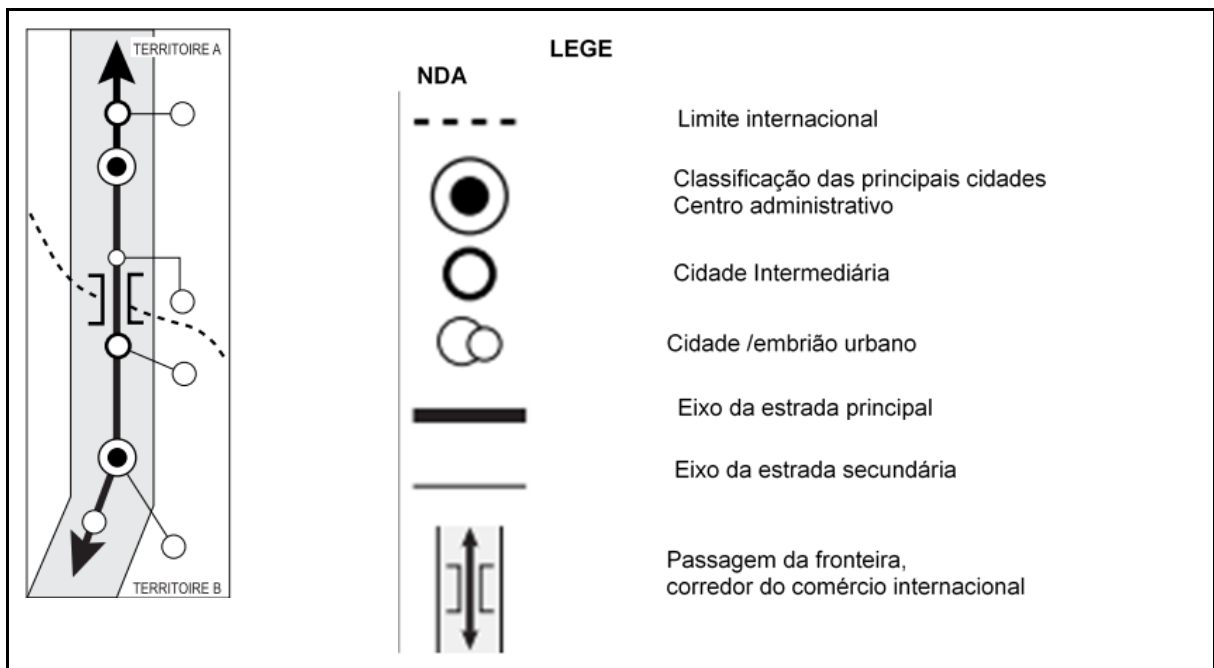
Outro ponto preponderante apresentado pelo autor se refere ao efeito de diferenciação dos lugares provocados pelas interações, uma vez que o centro nodal favorece um lugar em detrimento do outro e destaca que as interações “caracterizam-se preponderantemente por uma assimetria”. Vale levantar o questionamento acerca disso, pois ao mesmo tempo em que se reforçam assimetrias, a região pode estar servindo apenas de ponto de passagem para o capital internacional.

No documento brasileiro que apresenta Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (2005) uma outra classificação contendo cinco tipos de interações é proposta para as zonas de fronteira⁴¹, a saber:

⁴¹ Baseadas no estudo de Arnaud Cuisinier-Raynal (2001) sobre a fronteira no Peru.

1) margem, se refere a uma interação fraca, quase inexistente se reduzindo a pequenas trocas comerciais; 2) zona-tampão, ocorrem interações esporádicas, no entanto, são limitadas pelo Estado por meio de áreas naturais como Parques; 3) frente, nesta as interações de zonas militarizadas que historicamente alimentam relacionamentos bilaterais ou internacionais que dominam o local; 4) capilar, parte do princípio da capilaridade, isto é, do escorrer de um processo, neste caso o autor se refere as interações espontâneas, uma integração fronteiriça espontânea, nutrida pelas comunidades com baixa interferência do Estado e; 5) sinapse, nessa o autor empresta o termo da biologia para explicar o alto grau de interação transfronteiriça (Figura 4). Essa realidade é representada nas cidades-gêmeas devido as intensidades e volumes de interações, é onde está expressa a integração fronteiriça.

Figura 4- Interação tipo sinapse.



Fonte: La frontière au pérou entre fronts et synapses. Cuisinier-Raynal (2001).

As interações a nível global são tidas como movimento bens, serviços, informação, capital e pessoas nas fronteiras internacionais. Keohane e Nye (1971) categorizam em quatro tipos as interações globais: 1) comunicação, o movimento de informação, incluindo as febres de transmissão, ideias e doutrinas; 2) transporte, o movimento de objetos tangíveis, incluindo materiais de guerra e propriedade pessoal, bem como mercadorias; 3) finanças, processamento de dinheiro e instrumentos de crédito e; 4) viagens, circulação de pessoas. Nesta última, está o turismo que também

requer o transporte, o instrumento de crédito e a comunicação.

1.4 As faces da Integração nas fronteiras

Aqui estamos diante de um amplo debate contemporâneo que se correlaciona com diversas ciências. Entende-se que não há caminho definido e concreto para a integração regional, tampouco pode-se empregar modelos prontos nas realidades dos países sul-americanos. Defende-se a proposta de construir referências próprias a partir da nossa história (SILVEIRA, 2006). Assim, esta pesquisa propõe um filtro tendo como base o seu direcionamento e a lente da Geografia.

O desejo da integração regional associa-se com o propósito de tornar-se forte, independente, soberano, em atuar na defesa da identidade e de fatores que ameaçam essas características e a integridade. Nilson Araújo de Souza (2012) ao fazer o resgate da trajetória das diversas tentativas e formas de integração na América Latina propõe recortá-las em quatro grandes ondas de integração. Essa analogia é proposta em virtude do movimento característico das ondas que emergem de um ponto inicial, crescem, atingem um ápice, em seguida declinam e repetem o movimento.

A primeira onda é marcada pelos movimentos integracionistas iniciais pós independência dos países latino-americanos até o entre guerras do século XX. A segunda vai do entre guerras até aproximadamente a década de 1970. A terceira vai deste momento até os anos 2000, fase que passa a dar mais consistência a integração. Destaca-se a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1980, e os protocolos gerados por essa que tratavam de obstáculos tarifários e não-tarifários à circulação de bens e serviços, políticas aduaneira, monetária, fiscal, cambial, agrícola e industrial, os quais foram propulsores para a criação do MERCOSUL em 1991. A criação dos blocos abre espaço para interpretar a fronteira como instrumento para economia, a fronteira econômica. A internacionalização da economia não se dá sem a formação dos blocos econômicos, é condição para suplantar o capital.

A última onda, datada de 2000 até os dias atuais, é caracterizada pela entrada dos governos progressistas e pela criação de novas instituições regionais:

UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), que coordenada a IIRSA⁴²; ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) e CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos). Um documento publicado em 2012 pela CEPAL e UNASUL aponta a integração regional como um meio para a complementação econômica dos países e coloca que os processos de integração regional podem ser vistos, ao menos, em três dimensões:

- i) a integração econômica e comercial que contempla diversos graus ou etapas de integração (acordos preferenciais de comércio; área de livre comércio; união alfandegária; mercado comum e união econômica e monetária);
- ii) a integração política, que implica uma maior profundidade e harmonização de ações no âmbito governamental e institucional entre seus membros;
- iii) a integração física, em que a infraestrutura e seus serviços são os protagonistas (CEPAL e UNASUL, 2012, p. 49).

A mobilização e formação dos blocos representaria o ápice da última onda que após sua elevação máxima, passa a cair. Atualmente, a mudança dos governos e a saída do Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Brasil e a Argentina da UNASUL, estes últimos dois países que historicamente dão o tom das relações, do destino das alianças ou rupturas no Cone Sul, pode-se dizer que estamos assistindo ao declínio dessa onda. Entre as hipóteses para a dissolução do bloco está o isolamento da Venezuela, punição a Bolívia por nutrir paralelamente a nacionalização de seus recursos, a possibilidade desse processo abrir caminho para a antiga Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e ampliar apropriação de recursos naturais pelas multinacionais⁴³.

De fato, estamos diante de um momento sensível da história. Em paralelo, nas entrelinhas da trajetória das ondas de integração estão as lições aprendidas pelos países. Entre elas, pode-se destacar o contorno das crises econômicas em função da formação dos blocos regionais e o fortalecimento das relações que auxiliam na superação da condição de periferia no sistema mundo, como expõe Chiappini (2005, p. 452) “há uma consciência maior da necessidade do fortalecimento da integração regional sulamericana contra as ilusórias “relações carnis” com as grandes potências”. Além disso, há uma forte conotação simbólica da integração na América

⁴² Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

⁴³ Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Adeus-a-Unasul-dividir-para-reinar/6/39957./>> Acesso em 16 de maio de 2018.

Latina.

A partir da geopolítica pode-se entender melhor a análise do sistema-mundo. Uma base para a identificação espacial é proposta por Taylor (2002) *apud* Preciado (2008) ao interpretar o mundo como um grande sistema dividido em três estruturas: centros, as periferias e as semi-periferias (*tripartite* tradicional). Os centros não devem ser lidos como países ou regiões, mas em zonas que controlam os processos de exploração e concentração da mais valia, e para dar vazão a isso, os explorados são as regiões periféricas, subordinadas ao centro. Já a semi-periferia é o meio dessas duas polaridades, “uma categoria que contém maior dinamismo, e exige a incorporação de processos e perspectivas políticas, a par da análise econômica” (PRECIADO, 2008, 255). É na quarta onda, com a criação das instituições citadas, que se estrutura uma dimensão supranacional capaz de reagrupar as relações internacionais, movimento que estimula a projeção de semi-periferias. O autor identifica o Brasil e o México como Estados capazes de se projetarem neste sentido, e destaca a Venezuela como uma semi-periferia anti-hegemônica. Ainda alerta para dois aspectos importantes: o primeiro se refere aos efeitos da economia política capitalista que desafiam as escalas e não cabem no entendimento *tripartite*; e o segundo diz respeito a emergência da semiperiferia latino-americana que “produz, por sua vez, um realinhamento do mapa das alianças e rivalidades entre os Estados nacionais que gravitam a sua volta”. Isso serve para pensarmos o papel do Brasil na dinâmica da Fronteira Trinacional do Iguaçu.

A teoria centro-periferia também contribui com o entendimento do quão é necessário a soma das forças para lidar/lutar no sistema internacional (GUIMARAES, 2007). O mesmo autor defende que a política brasileira precisa ser conectada com a política da América do Sul, por que é urgente a necessidade construir um desenvolvimento autônomo e soberano, e deixar de estar na eminência das decisões políticas e econômicas dos países centrais. Pontua também o desafio que há em integrar países com características tão distintas, mas afirma que o caminho é esse, faz-se necessário unir-se pelo que há de comum e num exercício abrigar as diferenças, não apenas geográficas, mas sociais, econômicas e culturais, numa perspectiva inclusiva, de modo a construir para reduzir as assimetrias.

Neste linear, Prebisch nas origens da CEPAL, propôs a integração como meio para superar o subdesenvolvimento e a dependência (BIELSCHOWSKY, 2000), já Souza (2012) também defende o fortalecimento endógeno como premissa para a

integração e Briceño (2012) fala sobre a autonomia política como caminho para o fortalecimento interno e eliminação da dependência. Jaguaribe e Puig desenvolveram teorias sobre a autonomia diante dos contextos históricos o qual estavam inseridos. Assim, Jaguaribe, inspirado pela fase nacionalista de Kubitschek, defende o direcionamento autônomo da política exterior, e Puig, autor argentino, igualmente acreditava no caminho da autonomia propagado pelo peronismo.

Autonomizar significa ampliar a margem de decisão própria e, normalmente, implica, portanto, recortar a margem de que desfruta algum outro. Salvo casos-limite ou atípicos, *a obtenção de uma maior autonomia supõe um jogo estratégico prévio de soma-zero*, no qual alguém ganha o que outro perde. Avança o antigo cliente; retrocede o antigo dominante. Por mais esforços retóricos que se efetuem, toda abordagem autonomista supõe um conteúdo estratégico, no sentido que implica uma dialética de vontades que empregam a força (*em sentido amplo*) para resolver o conflito (PUIG, 1982, p. 44 *apud* MUNOZ, 2016).

Conforme aponta Briceño (2012), as experiências integracionistas vivenciadas pela América Latina a partir dos anos 1990 – o chamado novo regionalismo – acabaram se restringindo ao fator econômico, *“se trataba de procesos que rompían con cualquier forma de intervención económica y, en vez de ello, optaban por una estrategia de integración impulsada por las fuerzas del mercado, en el contexto de procesos de reforma económica inspirados en los lineamientos del Consenso de Washington”* (2014, p. 27). Yann (2014) corrobora com Briceño, pois defende que abordar apenas o nível econômico não é emancipatório para se pensar a integração. Ainda, este último autor, levanta uma crítica direcionada as Ciências Políticas e as Relações Internacionais em virtude de manterem uma única interpretação dos Estados como principais e até únicos atores da integração regional, ação que limita as possibilidades de se entender e pensar a integração. Considera que *“essa abordagem do regionalismo, centrada no Estado, os leva a dirigir o olhar exclusivamente sobre os governos e sobre a ação das instituições públicas”* (YANN, 2014, s/p).

Isso torna frágil a integração, pois como apontou Preciado, para além das estruturas dadas, a exigência posta na contemporaneidade se faz em atuar num sistema mundo multiescalar, permeado pelas forças políticas e de mercado. Para Cataia (2011, s/p) a inserção no mundo globalizado aumenta as diferenças (centro-periferia), e tende a estimular a *“integração regional com o exterior, em detrimento das articulações inter-regionais”*. Processo que põe em riscos as forças centrípetas,

propulsoras da concentração regional.

As forças centrípetas e centrífugas, de origem da Física, são apropriadas por outras ciências para explicar fenômenos que atuam com capacidade de alterar perspectivas do território. Ambas partem de um núcleo (centro). A força centrípeta regula, normatiza, estabiliza, uma vez que converge para o centro, isso significa que é uma força de atração. Em outras palavras, as forças centrípetas atuam canalizando a concentração para o centro, por isso são responsáveis pela aglomeração geográfica, aglutinando atividades produtivas. Já as forças centrífugas fazem o movimento de repulsão, expelle do centro, dinamiza e dispersa as atividades econômicas (KRUGMAN, 1991 *apud* GARCIA, 2006). Ao estudar as fronteiras, Machado (2011, p.2) considerou que “a fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas)”.

Se pensarmos a integração a partir da Geografia rompemos a visão centrada no Estado e sobrepassamos o território para ler sua organização, suas dinâmicas e forças, ampliando o enfoque de atores envolvidos e referenciando outras dimensões para além da econômica.

Nas zonas de fronteira as diversas interações espaciais promovem a chamada integração fronteiriça, onde a linha divisória ao “mesmo tempo em que determina a separação de soberanias é também ponto de interseção para a promoção do desenvolvimento” (FURTADO, 2011). Essa interseção semeia um espaço de alto grau de interações (sinapses), que geram dinâmicas independentes e configuram um território contíguo. Para Seoane⁴⁴ (2009) essas características, além de dar forma a integração transfronteiriça, são insumos para a construção de políticas de integração para as fronteiras. Nas interações observa-se forças centrípetas, sendo o centro a própria Fronteira Trinacional do Iguazu. A localização estratégica de fluxos, os recursos naturais lidos como matéria prima para o turismo, o centro comercial de Ciudad del Este, entre outros são forças de atração, mas abrem canais de forças centrífugas já que expandem.

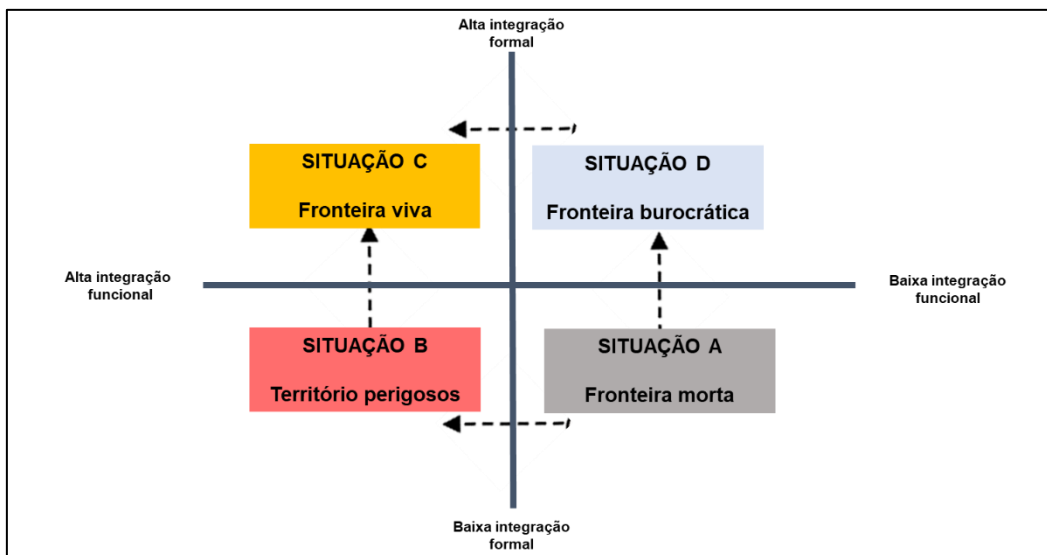
Oliveira (2005) embasado nos pressupostos de Wong-Gonzáles (2002) apresenta uma tipologia das relações fronteiriças um pouco rígida, mas que permite exercitar o olhar sobre tal e, principalmente pode apoiar na verificação da diferença entre as zonas de fronteira. O autor parte do entendimento de que embora o Estado

⁴⁴ Economista boliviano com estudos na área de integração.

se sobreponha as fronteiras, com normas e legislações, há um processo vivo e independente. Propõe a divisão de quadro categorias a partir do cruzamento de dois eixos que embora sejam distintos são complementares. O vertical se refere a integração formal, aquela advinda do Estado centrada nos acordos, nas políticas, no institucional. Nesta, o Estado “tentará, por todos os meios, instituir regras que limitem a funcionalidade e amplie a integração” (p. 385). O eixo horizontal representa a integração funcional. Esta é impulsionada pelos atores locais (governos, empresários, associações comunitárias, entre outros), portanto, são demandas da economia e da população.

No cruzamento dos eixos quatro situações se formam (Figura 5). A situação A (fronteiras mortas) reflete baixa integração funcional vinculada a baixa integração formal, para o autor em geral trata-se de localidades com ausência de infraestruturas rodoviárias. A situação B (território perigoso) mostra uma baixa integração formal soma-se ao alto nível de informalidade o que gera campo para alimenta e fluir atividades ilícitas. A situação D (Fronteira burocrática) leva esse nome em virtude do alto nível de formalidade e baixo dinamismo gerado pela integração formal.

Figura 5- Tipologia das relações fronteiriças.



Fonte: Oliveira (2005) – Adaptado pela autora.

Finaliza-se com a situação C (Fronteiras vivas) que conflui o alto grau de formalidade com a elevada funcionalidade. O nome dado pelo autor nesta situação representa muito bem o sentido, de vivacidade, de intensidade pulsante de fluxos, mas ele mesmo alerta que não se trata de uma situação ideal. Esta também tem seus

desafios.

os abusos da funcionalidade são, no geral, corrigidos pela imposição de ações de integração *formais*; por outro lado, a integração *funcional* oferece vantagens suficientes para construir uma relação de convivência capaz de suplantar a concepção tradicional de fronteira (barreira, limite, corte e descontinuidade). Esta situação aproxima-se - não *in totum* - do modelo de *sinapse* proposto pelo Ministério da Integração Nacional (2005) (OLIVEIRA, 2005, p. 388).

De fato, quando as dinâmicas regionais encontram vazão nos acordos dos blocos regionais avança-se no fortalecimento da região devido ao peso das normas na organização e na fluidez do espaço. Seoane (2009) reitera ao distinguir a pura integração fronteiriça da integração desenvolvida entre os países e afirma que *“la situación óptima se define como aquella donde “integración fronteriza” está enmarcada o se complementa con procesos de integración de mayor magnitud y alcance”* (p. 70).

Outra proposta também se apresenta para pensar a fronteira e a integração. Silva Junior (2016) ao estudar a Fronteira Trinacional do Iguazu propõem três dimensões para ler a fronteira: a fronteira geopolítica (Estado e relações internacionais); a fronteira da fluidez (da grande mobilidade de capital e trabalho) e a fronteira como lugar (o espaço do cotidiano).

Na primeira dimensão impera a atuação do Estado que não se faz sozinha. É direcionada pelas forças de mercado e pelos fluxos globais na medida em que fornece as condições para que o capital encontre estímulos para fazer uso e reuso dos espaços. É o Estado que, teoricamente, determina a permeabilidade das fronteiras. Em paralelo, tendo como pano de fundo a defesa e a segurança, promove-se a militarização da zona de fronteira, para controlar, mas também para “proteger” e de certa forma contribuir para dar as condições para que os fluxos globais se façam. Como reforça o autor “a justificativa do estado-nação é estabelecer-se em pontos estratégicos para ter controle sobre os diversos fluxos de diferentes temporalidades” (SILVAJUNIOR, 2016, p.130).

Conectadas por um passado similar (terra dos guaranis e caingangues, território das reduções jesuíticas, domínio das obrages, colonização e consolidação dos Estados Nacionais), as três cidades juntas tem forças centrípetas para influenciar a (re)organização do espaço de acordo com as necessidades e possibilidades. Para Raffestin (1993) isso é uma característica marcante das fronteiras. Ocorre que essa força é concedida a comandos externos.

Com a consolidação dos blocos regionais e as normatizações geradas por esses, era de se esperar que as fronteiras fossem canais de articulação para um avanço mais significativo da integração e, evidentemente essas zonas sentem mais os impactos das normas, sejam positivos ou negativos. No MERCOSUL o direcionamento inicial centrado na economia viabilizou, inicialmente, medidas voltadas à aspectos aduaneiros e “a fronteira aparece pensada no contexto das trocas comerciais” (PENHA; DESIDERÁ NETO, 2017, p.203). Dá-se um passo com o Acordo de Recife⁴⁵, cuja proposta visa, por meio da fiscalização e arrecadação tributária, integrar o controle aduaneira nas passagens da fronteira. Segue nesse linear até o momento em que entra em pauta o trânsito vicinal⁴⁶, o que estimulou um olhar mais abrangente sobre as fronteiras, que em 2002 culminou com a criação do Grupo *Ad Hoc* sobre Integração Fronteiriça (Gahif).

Ao final dos anos 1990, com a relativa paralisia pela qual passava o bloco, em função da crise econômica no Brasil e da crise política e econômica iniciada na Argentina, abriu-se espaço para a edição de algumas decisões mais voltadas para o campo político na integração regional. São emblemáticos o Protocolo de Ushuaia, em 1998, que criou o compromisso institucional democrático, e a Declaração Política do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz, em 1999. Nesse contexto, do ponto de vista das fronteiras, a conjuntura favoreceu a celebração do Acordo sobre Trânsito Vicinal entre os Estados-Partes do Mercosul, promovido em 1999 pela Reunião de Ministros do Interior (RMI) do CMC. Esse acordo avança sobre a questão da livre circulação de pessoas em cidades gêmeas, dando início a uma ampliação da visão a respeito do tratamento da integração fronteiriça (PENHA; DESIDERÁ NETO, 2017, p.204).

No estudo sobre as Regiões de Fronteira como laboratório da Integração Regional no Mercosul, os autores supracitados destacam duas ações, ocorridas em 2004, como emancipatórias do processo: o Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) e do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). Apontam o Estatuto da Cidadania, conjunto de normativas que visam amparar a convivência transfronteiriça, e a Cartilha da Cidadania do MERCOSUL⁴⁷ para mostrar o impacto (positivo e negativos) de

⁴⁵ Decisão no 05/93 do Conselho do Mercado Comum (CMC)

⁴⁶ Estabelece a possibilidade de os cidadãos domiciliados em localidades contíguas de dois ou mais Estados-partes obterem uma credencial (carteira, documento) especial, sem substituir o documento de identidade, com a qual podem cruzar a fronteira mediante um processo mais ágil e diferenciado.

⁴⁷ São 59 iniciativas divididas em doze categorias: i) circulação de pessoas e bens; ii) trabalho e seguridade social; iii) educação; iv) defesa do consumidor; v) apoio à produção e ao comércio; vi) correspondências e encomendas; vii) cooperação consular e jurídica; viii) direitos humanos; ix) integração cultural; x) aspectos sanitários e de saúde; xi) dimensão social; e xii) temas diversos.

algumas decisões do bloco sobre as regiões de fronteira. Destacam que 49, das 59 iniciativas da Cartilha, têm impacto maior e positivo, isso representaria (83%), e apenas 7% (quatro iniciativas) tem impacto maior e negativos, seguido de 10% que não tem impacto maior. Cabe aqui apontar as iniciativas que correspondam ao objetivo desta pesquisa. Assim, destaca-se a resolução sobre a circulação de pessoas e bens⁴⁸, onde os países passam a aceitar documentos comuns para fins de viagem, determinação que facilita e torna mais prático o trâmite, especialmente no caso da região em estudo, que além de ser espaço de fluxos internacionais tem fluxos diários significativos. De acordo com dados do IBGE (2010) na migração pendular, Foz do Iguaçu na representação nacional, é responsável por 9,1%, mas vale dizer que o cálculo se dá apenas pelas saídas do Brasil.

Entre as medidas de impacto negativo e restritivo para as regiões de fronteira, os autores destacam o regimento de bagagem, esclarecendo que a cota individual de US\$ 150 para compra de bens isentos de tributos (uma vez por mês) e a punição da cobrança de 50% de imposto de importação sobre os bens que excedem essa valoração, ao mesmo tempo em que “garante” o não fomento a atividades comerciais, restringe o consumo entre as comunidades fronteiriças. A outra medida que causa restrição é o seguro de responsabilidade civil do proprietário de veículos terrestres, um adicional para assegurar terceiros na ocorrência de acidentes em um país do MERCOSUL. Especialmente nas regiões fronteiriças essa medida atinge a circulação já que obriga os habitantes a contratarem o serviço e pode inibir os hábitos de viagens e trânsitos entre os países. Em resumo, para os autores, o “diagnóstico preliminar corrobora o argumento de que esses territórios são laboratórios da integração, nas quais demandas são formadas e soluções são experimentadas” (PENHA; DESIDERÁ NETO, 2017, p. 206).

Outro ponto dentro da fronteira geopolítica se refere a legislação específica aplicada as zonas de fronteira, como ocorre com as zonas de livre-comércio. Para Machado (1998, p.4) trata-se de lugares de comunicação que “ao estarem sujeitos à legislação especial, permitem a realização de operações comerciais e cambiais não sujeitas à regulamentação específica dos estados respectivos”. Na região em estudo, Ciudad del Este implementou em 1960 a lei da zona franca, abrindo seu território para investimentos estrangeiros. Em 2001, empresários iniciaram a construção de um *free*

⁴⁸ Acordo sobre Documentos de Viagem dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados (Decisão CMC 18/08; Decisão CMC 21/12 e Decisão CMC 37/14)

shop (duty free) ao lado da aduana de Puerto Iguazu (AR), o que na época incomodou o Paraguai (PRADO, 2003). O Brasil, a Lei 12.723/12 e da Portaria 307/14, por meio da Instrução Normativa da Receita Federal tem causado grande polêmica, como veremos mais adiante.

Aportando para a fronteira da fluidez, Silva Junior (2016) afirma que esta é demonstrada pelas sinapses (alto grau de interações), resultado das conexões entre os fixos de caráter moderno que configuraram um espaço de transfronteirização, um território em rede (HAESBAERT, 2007). Para o autor, a fluidez se imprime nas externalidades que são positivas e negativas. Ambas se nutrem por meio do que Santos e Silveira (2006) chamaram de solidariedade organizacional, isto é, um conjunto de acordos pautados na racionalidade do mercado que gera interdependência e se coloca a serviços dos fluxos globais. O limite territorial não é apenas regulador do espaço, também é “produtor de redes de intercâmbio de todo tipo” (MACHADO, 2005, p. 252). Neste sentido, uma crítica é posta por Kleinke et al. (1996) no que se refere ao direcionamento dos recursos públicos em benefício dos que vêm de fora, negligenciando necessidades básicas das populações locais.

Já a fronteira do cotidiano tem seus pressupostos na fronteira como lugar, no entendimento da fronteira como *borderland*, no “viver **NA**⁴⁹ fronteira” e não **ENTRE**⁵⁰ fronteiras (HAESBAERT, 2011, pg. 26), na transposição dos limites pelo pulsar do cotidiano. Abinzano (2005) complementa: “*son los agentes sociales quienes construyen sue escenario de interacciones dentro de los limites fijados objetivamente*”. Essas construções não têm necessariamente motivadores econômicos, são diversas as razões que alimentam a fronteira do cotidiano.

A integração se faz por essas três dimensões. Todavia, de qual integração estamos falando? Yann (2014) pontua que embora haja diversos debates, ainda não é clara a distinção entre a integração como processo em execução e a integração como situação de fato, e isso dificulta o entendimento do alcance da integração. E questiona: “a partir de qual limiar e segundo quais critérios e quais indicadores, podemos considerar que um conjunto dito “regional” é integrado?”. Eis um questionamento relevante e amplo, por que pensar em indicadores remete a organização e a clareza do processo. É evidente que essa pesquisa não aprofunda nisso, mas vale aqui contribuir minimamente para o debate no que tange ao nosso

⁴⁹ Grifo nosso.

⁵⁰ Grifo nosso.

recorte a partir da Geografia.

Santos afirmava que “o espaço de fluxos tem o papel de integração com níveis econômicos e espaciais abrangentes” (2003, p.107). Tal integração, todavia, é “vertical, dependente e alienadora”, pois obedece a motivações distantes e não próprias do local. Nesta lógica, os arranjos organizacionais se constituem a partir das dinâmicas sociais estabelecidas pelas racionalidades que se findam gerando interdependências que tendem a ser hierárquicas e conferem ordenamentos de comando. Disso resulta a verticalidade, isto é, a apropriação de um território por agentes que detêm a hegemonia do capital. Trata-se de “nós” que se formam na horizontalidade dos processos de organização do território e entoam tempo e racionalidades únicos (SANTOS, 1997).

A imposição de uma cultura espacial ditada pelas forças de mercado e amparadas pelo Estado, isto é, de cima para baixo, impede a participação da população local no que tange os interesses e as demandas do lugar (SANTOS, 2003).

Outra questão preponderante que se identifica na integração regional entre países fronteiriços é fato de que essas regiões se inserirem “nas diversas redes transnacionais que as atravessam, sem desempenharem fatalmente o papel de mero ponto de passagem” (MACHADO; STEIMAN, 2002, p.10) e se colocarem na subserviência dos grandes mercados. Há a possibilidade de uma nova forma de integração? Uma integração que nos dê direito ao território e não nos aliene?

Assim, é possível afirmar que houve diferentes forças de verticalidade na Fronteira Trinacional do Iguaçu sendo o turismo uma delas? A partir da leitura das interações entre as três cidades avançou-se nesse entendimento.

1.4 A governança subnacional como aporte para a integração

De fato, as fronteiras geram demandas aos Estados e a blocos supranacionais podem ser suporte para tais. A descentralização dos governos, o constante efeito sinapse das fronteiras e a urgência de políticas públicas para atender as necessidades específicas das zonas de fronteira, tem viabilizado que essas assumam, por meio de seus governos subnacionais, uma posição chave na integração fronteiriça. Os governos subnacionais, identificados como estruturais estatais como estados-membros, províncias, departamento, regiões, municípios entre outros, tem atuado num vazio que o Estado Nacional não dá conta de preencher em

razão de se concentrarem na competitividade nacional em detrimento do equilíbrio regional (KEATING, 2005).

Diante disso, “é possível imprimir uma nova dinâmica nas relações subnacionais internacionais e conseqüentemente colocar esses governos em contato direto, exercendo autonomia e servindo de marco da descentralização do poder estatal” (PRADO⁵¹, 2013, p. 109). Porém, isso não exclui o papel do Estado como elemento principal das relações diplomáticas. O autor faz esse adendo visto que nos últimos 20 anos, as unidades subnacionais romperam o ambiente doméstico e passaram por cima de atribuições constitucionais por meio de acordos externos. Isso pode ser visto como uma ameaça. Um dos motivos para romper o ambiente doméstico é que as regiões fronteiriças estão expostas “mais diretamente aos efeitos da economia global, forçando-as a buscar oportunidades para atuar dentro dele, bem como dentro dos emergentes regimes transnacionais” (KEATING, 2005, p.14). Assim, governos subnacionais passam a ver as relações globalizadas como campo fértil para o desenvolvimento de políticas (RODRIGUES, 2004⁵²). Deste modo, fica frágil saber quem está no comando das necessidades da região, claro que é fundamental que o governo subnacional manifeste os interesses coletivos, da população local, e não seja seletivo no direcionamento de ações e políticas, mas como foi exposto as forças transnacionais, é passível de estar servindo ao mercado.

Na região em estudo, em 2012, por impulso do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (CODEFOZ⁵³). E posteriormente, em 2016, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ciudad del Este (CODELESTE) no Paraguai e Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental de Puerto Iguazú (CODESPI) na Argentina. Tratam-se de instituições recentes, mas que vem atuando na organização do espaço e vestindo a “camisa da integração”.

No que tange ao recorte de Foz do Iguaçu, a instituição organizou projetos como Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE) de Foz do Iguaçu; Projeto Beira Foz (tendo como primeira etapa a Revitalização e Iluminação da Ponte

⁵¹ Autor que debate a paradiplomacia. Informação retirada do artigo: A paradiplomacia e Mato Grosso Do Sul: O potencial do Estado no ambiente internacional. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/2202>. Acesso em março de 2016.

⁵² RODRIGUES, G.M. A. Política externa federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios Brasileiros. 2004. 257f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

⁵³ Lei do CODEFOZ nº 4.041/2012.

Internacional da Amizade), um projeto claramente gentrificado; a Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e Fórum Foz 2040. Alguns desses são indutores de (re) ordenamento territorial. O CODELESTE e CODESFI alimentam notícias em redes sociais, mas não dispõem de um site com direcionamento claro de cada instituição.

Para que a integração subnacional ascenda, seja significativa para a região e tenha peso político é preciso institucionalizar, manter a democracia e voltar-se ao atendimento das necessidades das comunidades locais. Sem uma fundamentação forte as instituições não têm representatividade tampouco força política. No entanto, mais que institucionalizar, para superar a integração efêmera gerada pelas necessidades pontuais e cotidianas ou mesmo emergenciais, como no caso do atendimento em sistemas de saúde na região, e, também deixar de nutrir uma integração fragmentada dos espaços, é preciso sair da eminência das “oportunidades” e diversos interesses e fazer planejamentos adequados para ordenar a integração por meio de uma gestão integrada (KLEINKE et al., 1996).

Aqui entra a cooperação transfronteiriça. Uma ferramenta que pode ser vista como mais pragmática por facilitar questões próprias das fronteiras ou mesmo insumo para formalização de instituições subnacionais. Vale citar as considerações de Perkmann (2005), estudioso das cooperações transfronteiriças na União Europeia, visto que o que este autor traz, está em consonância com o debate dessa pesquisa. Assim, como exposto por (PENHA; DESIDERÁ NETO, 2017), para este autor as regiões transfronteiriças são tidas como laboratórios. Também são vistas como pontes sob o propósito de mitigar o efeito de descontinuidade, além de atrair novos atores transnacionais, estabelecendo redes multiescalares.

As possibilidades de cooperação transfronteiriça a partir de experiência da União Europeia⁵⁴ em comparação a Fronteira Trinacional do Iguaçu foram vistas por Carneiro (2016). O autor conta que cada Grupo Europeu de Cooperação Territorial (GETC) “constituem regiões transfronteiriças dotadas de personalidade jurídica, sendo responsáveis pela iniciativa e gestão de diversos projetos de cooperação em áreas como educação, transporte, saúde, energia, cultura, lazer, etc” (2016, p.48). Observa-se que, na Fronteira Trinacional do Iguaçu, a relação entre os três conselhos desde a concepção, o Brasil vem tomado a frente, desde do início com o impulso para

⁵⁴ Grande Région SaarLorLux que abrange quatro países da União Europeia: Luxemburgo, França, Alemanha e Bélgica.

criação dos conselhos via instituição brasileira (SEBRAE) até na proposição de novas perspectivas, alguns poderiam fazer referência aqui ao subimperialismo brasileiro. Juntos os conselhos pleiteiam uma cadeira para a governança trinacional no SGT 18, um subgrupo de trabalho do MERCOSUL que foi recém-criado para tratar somente de assuntos relativos às fronteiras entre os países integrantes (CODEFOZ, 2017). Tal iniciativa visa buscar fortalecimento junto ao bloco supranacional. Ainda, no dia 17 de maio de 2018, as instituições assinaram uma carta de intenções para a Criação do Conselho de Desenvolvimento para a Região Trinacional do Iguassu, uma proposta de unificação dos três conselhos com objetivo de crescer em teor institucional para ter mais forças.

Para Carneiro (2016) na experiência da UE as fronteiras são tidas como interfaces onde a cooperação atua como condutora de sinergias. Pontua que a política conjunta de gestão do território gera impactos positivos como maior mobilidade, qualidade dos serviços públicos, cuidado ao meio ambiente, vantagens fiscais além de produzir um sentimento de pertencimento. Para o autor o exercício de comparação é válido para levantar possibilidade uma vez que fronteira trinacional está em processo no tema da integração.

1.5 O turismo nos blocos supranacionais

Em 1960, ocorreu a criação da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) pelo Tratado de Montevideu que se centralizou na integração econômica. A ALADI em 1980 prevê três funções ao bloco: a promoção e regulamentação do comércio recíproco; a complementação econômica e; o desenvolvimento de ações de cooperação econômica. Isto é, ampliou um pouco mais o escopo de atuação. Cria o Conselho de Turismo da ALADI com objetivo de promover e desenvolver ações de cooperação regional na área, reconhecendo a atividade econômica do turismo como elemento importante do desenvolvimento dos países membros.

Em 1990, por meio do Acordo 113, cria-se o Programa de Ação da ALADI em matéria de Turismo, e aporta com objetivo: fazer com que o turismo se constitua num dos principais instrumentos de processo de integração regional, em seus aspectos econômico e social. Mais tarde, por meio dos Acordos 181 e 187 vinculados ao Programa de ação do bloco, avança-se em objetivos como a liberação do comércio

inter-regional dos serviços turísticos em harmonia com os planos de desenvolvimento dos países membros; fortalecimento e ampliação os fluxos turísticos inter-regionais; preservação dos patrimônios e do meio ambiente. Para isso, o bloco propunha atuar na promoção, capacitação e na facilitação. Nesta última, identifica a prospecção de um projeto para criar uma identidade única aos cidadãos dos países membros.

NO MERCOSUL, embora o Tratado de Assunção contemplasse a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, o foco era o comércio de mercadorias. A área de serviços ganha maior atenção com o Protocolo de Montevideo⁵⁵, constituído com objetivo de promover o livre comércio de serviços entre os Estados partes. Em 1992, ocorreu a 1ª Reunião Especializada de Turismo (RET), ações que abordavam temas vinculados ao Tratado de Assunção, não incluídos nos Subgrupos de Trabalho.

No MERCOSUL, a atividade turística ganhou mais atenção com a criação do MERCOCIDADES⁵⁶ em 1995, ação mobilizada pelos Governos Municipais que defendia a inclusão dos mesmos nos processos de integração regional e cujos objetivos baseavam-se na potencialização de ações conjuntas para o desenvolvimento, bem como o fortalecimento do Turismo Regional, conforme cita o Estatuto e regulamento da instituição (1995).

Em 2003, com o apoio do governo brasileiro, no momento de constituição do Ministério do Turismo, reativou-se a Reunião Especializada de Turismo no MERCOSUL (RET) colocando o turismo na pauta das relações exteriores e nas negociações internacionais de acordos migratórios e comerciais. Também no Brasil, foi criado em 2004, o FRONTUR - Seminário Internacional de Fronteira com o objetivo de aproximar as demandas desse contexto com a academia (MTUR, 2010). Atualmente, essa ação perdeu força. Outra ação que ratifica a importância do turismo é o Fundo Promoção de Turismo, criado em 2009, mas ainda em processo de aprovação, tem como objetivo aumentar o fluxo de turistas para o MERCOSUL por meio da participação conjunta em eventos⁵⁷ (RÁDIO SENADO, 2015).

De acordo com último relatório da OMT (2014), as chegadas de turistas

⁵⁵O Protocolo foi debatido no Seminário de Comércio de Serviços do Mercosul: Estado Atual e Potencialidades em 19 de fevereiro de 2009.

⁵⁶ Mercocidades é uma rede de cooperação horizontal integrada atualmente por 293 cidades de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Colômbia e Peru, que promove a inserção das mesmas no processo de integração regional do Mercosul.

⁵⁷O Fundo terá duração de cinco anos e o Brasil aportará com 65%, seguido de 20% Argentina e 7,5% Paraguai e Uruguai.

internacionais aos destinos das economias emergentes da Ásia, América Latina, Oriente Médio e África dobraram seu ritmo de crescimento (4,4 % ao ano), ao contrário, dos destinos com economia mais avançada (2,2% ao ano).

A América do Sul ainda capta uma parcela pequena do mercado global, 2,62%, o que representa uma movimentação de 5 a 10 milhões de turistas estrangeiros por ano (OMT, 2011). No entanto, há registros de crescimento da atividade. No último relatório, no período de 2012 a 2013, constata-se aumento de 3,2% no número de ingressos de estrangeiros nos países da América do Sul.

O avanço na facilitação dos trâmites aduaneiros para circulação de pessoas evidentemente ampliou os fluxos. Isto não refletiu benefícios apenas para a economia. Quando as pessoas circulam pelos países do MERCOSUL, fazem contato com diferentes costumes, culturais passam a conhecer, premissa primordial para construir relações humanas mais fortalecidas. Falar de integração apenas no nível institucional é incipiente, por que é por meio das relações humanas que temos condições de progredir numa cultura da integração latino-americana. E o turismo é uma atividade, que embora direcionada a quem tem recursos, contribui para as trocas entre pessoas. É evidente que enquanto direito social essa atividade deve ser pensada neste sentido dentro dos debates de integração.

O caminho é longo. Ao analisar os encaminhamentos das Reuniões de Ministros do Turismo no MERCOSUL notasse pouca consistência das ações. Não avançamos fortemente nem mesmo em nível de integração comercial. Na reunião realizada em 2016 em Montevideo, debateu-se novamente a necessidade de promover circuitos turísticos integrados entre os países do Cone Sul. Fala-se numa marca – América do Sul – para o turismo como foco em captar turistas da Europa e Ásia a partir da entrada de novos voos regulares e na possibilidade de equilibrar os preços, uma vez que os câmbios interferem na escolha dos destinos. Como reitera o ministro do Turismo da Argentina:

(...) además del giro en la política nacional y en la búsqueda de optimizar recursos de manera inteligente en el país; fomentando nuevas rutas turísticas y priorizando la inversión en infraestructura de rutas y optimización del transporte, se está discutiendo una política regional que contemple e incluya una estrategia que “soporte” los reiterados vaivenes de los ciclos turísticos económicos de la región”(...) “a diferencia del escenario actual, en el que un turista chino necesita una visado para cada país que visita, esta facilitación de la circulación lograría, por ejemplo, que se quedara más tiempo recorriendo más destinos y con un gasto muy superior al que genera hoy” (Gustavo Santos –2016)

Em 2009 foi criado o Fundo de Promoção do Turismo, mas ainda em processo de aprovação. Tem como objetivo aumentar o fluxo de turistas para o MERCOSUL por meio da participação conjunta em eventos (RÁDIO SENADO, 2015).

A XX Reunião de Ministros de Turismo do Mercosul realizada este ano voltou-se a debater sobre o Fundo de Promoção Turística do bloco, a intenção de busca de turistas de destinos distantes e os roteiros integrados, pautas debatidas em anos anteriores. A seguir segue trecho da reportagem sobre reunião.

Os roteiros integrados, entre eles o Corredor Jesuítico na América do Sul, receberam sugestões da Comissão de Promoção de Mercados Distantes e Circuitos Integrados sobre três temas para seu desenvolvimento: a eliminação das barreiras alfandegárias, migratórias e de segurança pública; conectividade aérea e terrestres entre os países; e o interesse do setor privado na comercialização desses roteiros como produtos turísticos, além de uma linha de financiamento do BID para a infraestrutura turística da rota jesuítica (SEBRAE, 2018).

No MERCOSUL o turismo é tratado de forma transversal e forma como é debatido não impulsiona nem mesmo a integração comercial, quiçá ser emancipatório as comunidades receptoras. Também é importante mencionar um tema recente e que é parte da minha linha de estudo: o mercado *on line* de venda de passagens aéreas, diárias de hotel, ingressos, entre outros. Este mercado, liderado em sua maioria por empresas estrangeiras, atua nos países do MERCOSUL em qualquer regulamentação.

A UNASUL, em 2013, realizou a Conferência Sul- Americana de Turismo com objetivo de criar uma rede de cooperação regional para ampliar a atividade e desenvolver ações conjuntas. O evento abordou questões como a oferta e demanda turística, a conectividade entre os países (rotas aéreas, terrestres e marítimas), além de aspectos da governança e da comunicação⁵⁸. Em 2014, Ernesto Samper⁵⁹ lançou a ideia da criação de um passaporte sul-americano e afirmou que "o conceito de cidadania que desejamos é o direito dos sul-americanos de ficarem em casa (América do Sul), de viajarem por esta casa, trabalharem, estudarem e se integrarem nesta região". Atualmente, isso já perdeu força.

⁵⁸Disponível em: <http://fatuweb.uncoma.edu.ar/index.php/world/item/297-unasur-acuerda-crear-una-red-de-turismo-para-la-region>

⁵⁹ Secretário-geral da UNASUL. Defendeu a proposta no seminário "Integração e Convergência na América do Sul" (2014). Informações disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141204_mercosul_passaporte. Acesso em 06 dez. 2016.

2 FATORES DE INTERSECÇÃO NA FRONTEIRA TRINACIONAL DO IGUAÇU

A questão determinante que se apresenta, quando a lente de análise é o território, é entender como esse é usado pelos agentes (Estado, empresas, sociedade civil) e para quais finalidades. Conforme aponta Santos (1994, p.15) “é o uso do território, e não o território em si, que faz dele objeto de análise social”. Deste modo, utilizar essa lente possibilita construir análises, visto que:

(...) o território usado é tudo aquilo que o constitui materialmente, isto é, as infraestruturas que chamamos de sistemas de engenharia, a agricultura, a indústria, o meio construído urbano, as densidades demográficas e técnicas, mas também o que o constitui imaterialmente, as ações, normas, leis, cultura, movimento da população e fluxos de toda ordem, incluindo ideias e dinheiro (SILVEIRA, 2011, p.155).

Esta pesquisa sobrepõe três cidades sob jurisdição dos respectivos Estados: Brasil, Argentina e Paraguai, que confluem na Fronteira Trinacional do Iguaçu. O termo intersecção é empregado como um recurso didático para explicar o processo de aglutinação de dois Estados configurando um ambiente comum. Nesta lógica, a intersecção pressupõe a junção de dois conjuntos, criando um terceiro (do meio). Aqui identifica-se quais são a natureza desses elementos de interação sejam essas físicas, jurídicas, comerciais, humanas (do cotidiano), entre outros, bem como observa-se como essas interações fortalecem, enfraquecem, geram integração e se retroalimentam.

Os três fatores que produzem as intersecções são: 1) a formação do polo comercial de Ciudad del Este (I1: Paraguai e Brasil); a construção da UHE Itaipu (I2: Brasil e Paraguai) e; a criação do Parque Nacional do Iguaçu (I3: Brasil e Argentina). Esses se configuram como períodos históricos da ocupação do território ao passo que também expressam os ciclos econômicos da fronteira. Para Raffestin (1993, p.144), o entendimento do território se constrói a partir da noção de espaço, Santos (2010, p. 125) complementa afirmando que o espaço é “uma condição da realização social”. Isso significa que o território é um dado e um resultado do uso e das dinâmicas que ocorrem em seu interior e exterior. Mas, é também condição para ação. Abaixo segue imagem da representação dos três fatores de intersecção (Figura 7).

Figura 5- Fatores de interseção na Fronteira Trinacional do Iguazu.



Fonte: Mapa elaborado para esta pesquisa.

Trata-se de uma zona de fronteira com processos históricos conectados, mas estamos diante de três realidades nacionais diferentes. Diferenças que se manifestam no trato das relações internacionais e na cultura de lidar com o “outro”.

Colonizada por espanhóis, a Argentina passou por um longo período de Guerra Civil até consolidar-se em províncias. Para Puig (1982) *apud* Candeas (2005) as polaridades da diplomática da Argentina que variam de dependência a autonomia tem uma explicação, visto que, a partir de 1980 a “incongruência epidérmica” é superada por uma “coerência estrutural”. Isso quer dizer que embora a relação com Brasil seja permeada de diversos fatores: “geografia, rivalidade estratégica, economia, burocracias de Estado, política interna (disputa entre modelos de desenvolvimento)” (p.4), a forma como cada uma se expressa nos diferentes momentos da história e a instabilidade conjuntural com rivalidade que caracterizou o período de 1962 a 1979 são formas da “incongruência epidérmica” que é revertida na “coerência estrutural”, definida como:

baseada na estabilidade e na integração: superação de desconfianças, intercâmbio cultural e turismo (que gera maior conhecimento recíproco e simpatia), cadeias produtivas, estratégias conjuntas de exportação e negociação multilateral, afinidades políticas. Fatores que conformam uma “sociedade estratégica”, que vai além da “aliança estratégica”, e viabilizam a construção de poder compartilhado.

O Acordo Tripartite Corpus-Itaipu (fim do litígio no rio Paraná) em 1979, contribuiu para transpor a “incongruência epidérmica” em “coerência estrutural”. A aproximação não tem motivadores externos, se trata da própria necessidade de interdependência entre os países. Paralelamente, o povo argentino alimentou até o século XX uma visão de um país europeu deslocado do mapa, uma grande potência. Ponto de vista incoerente para época, porém, passado um século depois ainda se tem essa ideia forte (GRIMSON, 2015⁶⁰). Esse vislumbre, foi reforçado pela implementação estatal de dispositivos patrióticos e confrontado no peronismo. O que resulta é um país mais fechado, cauteloso em suas relações, fato que se expressa na configuração rígida da aduana em Foz do Iguaçu-Puerto Iguazu, com controle severo dos fluxos, diferente da aduana de Foz do Iguaçu-Ciudad del Este que mais parece a extensão de uma grande avenida (KLEINKE et al., 1996).

As diversas fontes que contam a história de Puerto Iguazu fazem referência à 1º excursão turística as Cataratas em 1901 e à doação de Victoria Aguirre para abertura da estrada de acesso as quedas. Com esse investimento em 1907 se instalou o primeiro hotel e, em 1913 havia um pequeno povoado com escola. Em 1916, a localidade é nomeada Puerto Aguirre. Em 1928, o Estado argentino comprou as terras destinadas ao Parque Nacional do Iguazu e estabeleceu as zonas militares. Em 1934, o Parque é criado e, em 1948, o aeroporto já iniciava as operações.

Puerto Iguazu é um município localizado a noroeste da Província de Misiones. Esta é composta de 17 departamentos e 75 municípios. O Departamento de Iguazu é formado pelo município central de Puerto Esperanza, e pelos demais: Puerto Iguazu, Colonia Wanda e Puerto Libertad. O município tem uma área total de 2769 km², equivalente a 9,21 % da área total da província. A economia de Misiones, numa média entre os anos de 2007 a 2013, concentrou-se 50,4% no setor terciário, seguido de 37,5% do setor secundário e 12,1% no setor primário (INDEC, 2018). Neste último, a província destaca-se por ser a primeira em produção de chá, erva mate, placa de fibra e polpa de celulose. De acordo com dados do INDEC (2016), o

60 Reportagem da BBC: <http://www.bbc.com/mundo>. Acesso em 10 de abril de 2018.

setor de serviços também é o que mais emprega: Serviços (37,6%), seguido comércio (19,5%), construção (12,3%) e agricultura (9,8%), por isso o setor lidera a maior concentração de empresas.

O Paraguai é um país com uma forte marca histórica gravada pelo violento conflito da Tríplice Aliança, onde Brasil, Argentina e Uruguai o derrubaram, devastando o país e provocando um genocídio como efeito. Trata-se de um país sem saída para o mar, fato que estava nos traçados da guerra de Solano Lopes e que, posteriormente levou o país a alimentar relações diplomáticas com o Brasil. A partir do final da década de 1950, o país recebeu um grande fluxo migratório de brasileiros (em torno de 350 a 450 mil pessoas), culminando na fronteira agrícola. Processo que gerou efeitos negativos sob o país (ALBURQUERQUE, 2005). Isso provocou uma reterritorialização do espaço com marcas representacionais brasileiras. Há cidades onde o português é a língua mais falada entre os habitantes (SZEKUT, 2018). Esses dois fatores da história somados ao movimento mais recente e menos expressivo de brasileiros trabalhando no polo comercial de Ciudad del Este, estão implicitamente postos nas relações sociais.

As raízes indígenas são mais expressivas neste país que ainda cultiva o Guaraní entre as línguas oficiais do país. A fronteira trinacional do Iguazu é constantemente associada a imagem de “terra de ninguém”, país com pouca regulamentação, que faz vista grossa ao contrabando e outros crimes. As novas construções (*shoppings*) somadas a revitalização do centro comercial de Ciudad del Este pretendem comercializar a imagem do destino de compras, “Miami da América Latina”. Nas relações sociais, os brasileiros são constantemente vistos como clientes, pois são os principais consumidores do polo comercial da cidade.

Ciudad del este faz parte do Departamento do Alto Paraná com mais 21 cidades. É a capital do Departamento e, a segunda cidade mais importante do Paraguai, atrás apenas da capital Asunción. Alto Paraná tem uma população estimada de 737.092 pessoas (2012), sendo que 7.169 pessoas são indígenas. Dados de 2012, apontam que 45,2% da população tem escola primária e secundária do primeiro ciclo, se refere ao ensino fundamental no Brasil, seguido de 20% com ensino médio, apenas 8,5% tem ensino superior e 5,2% sem formação escolar. Essa estatística, de pessoas sem formação, foi reduzida nos últimos, visto que em 1982 representava 14,5% (STP/DGEEC, 2012).

A economia concentra-se no setor de serviços com 64,7% da população

economicamente ativa, 17,9% no setor secundário e 13,7% do setor primário⁶¹ (2012). Um estudo do PNUD⁶² (2012) mostra que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 2001 e 2011, no Departamento de Alto Paraná avançou em 2010, fechando em 2011 com IDH 0,652, classificado como um índice médio. O documento aponta que a localidade levará em torno 16 anos para alcançar o IDH de Asunción, correspondente a 0,742 e considerado um índice alto.

Tabela 2- Comparativo do IDH nos Departamentos do Paraguai.

	2001	2003	2006	2010	2011
Asunción	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
Central	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Alto Paraná	Médio	Baixo	Baixo	Médio	Médio
Itapúa	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
Caaguazú	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
San Pedro	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo

Fonte: PNUD, 2012. Alterado pela autora

Ao andar pelas ruas de Ciudad del Este são evidentes os desafios postos para esse alcance, uma vez que o trabalho infantil é comum e constante e, a informalidade ainda é um traço forte, claramente expresso nas ruas e que se agrava desde dos anos 1980. De acordo com estudo do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO) produzido por Fernando Masi (2002), as razões para o crescimento do trabalho informal no país estão ligadas a extensão da agricultura mecanizada em larga escala que acabou com a colheitas manuais de algodão, além de enfraquecer as pequenas e médias produções, ocasionando uma migração rural-urbana. A segunda possibilidade é de que o grau de natalidade dos centros urbanos (sendo Ciudad del Este a segunda maior cidade), tem sido maior que a média nacional na década de 90. Isso gerou um aumento da oferta de trabalho impossível de ser absorvido por uma economia dedicada ao comércio de reexportação, o que consequentemente contribuiu para aumentar a informalidade. Como esclarece:

⁶¹ Setor primário inclui agricultura, pecuária, caça e pesca. O setor secundário inclui manufatura, construção, mineração e pedreiras; o setor terciário agrupa eletricidade, gás e água, comércio, restaurantes e hotéis, transporte, armazenagem e comunicações, finanças, seguros, imóveis, serviços comunitários, sociais e pessoais (ATLAS, 2002).

⁶²

todos modos resulta más que curioso que cerca de un tercio de la PEA nacional y cerca de la mitad de la PEA urbana – como se verá más adelante – consista en empleo informal y que el origen del mismo no pueda determinarse, en forma certera, como proveniente de un deterioro del sector rural paraguayo, ante la falta de un proceso sostenido de industrialización y tecnologización del país, un estado que emplea a una proporción baja de la PEA (10%), y un sector comercial con limitaciones en la absorción de la oferta de trabajo (MASI, 2002, p.13)

De acordo com os indicadores, as assimetrias entre os países são mais evidentes entre Paraguai e Brasil. Essas são expressas na capacidade tecnológica, na infraestrutura de transporte, energética e comunicações, bem como na oferta de serviços.

O Brasil acaba sendo o irmão mais velho nas relações internacionais, muitas vezes assume o lugar do pai, papel que não lhe cabe e pode soar como subimperialismo. A Argentina vê o Brasil no mesmo nível ou até superior, o Paraguai por muito tempo se colocou a abaixo.

Foz do Iguaçu, fundada em 1918, faz parte do Estado do Paraná, especificamente compõe a Região Oeste do Paraná. Se caracteriza basicamente pela produção agrícola e pecuária, seguida de industrialização. A cidade de Foz do Iguaçu pela sua condição de fronteira nutriu outras dinâmicas econômicas diferentes da região oeste. O turismo, por exemplo, é uma atividade expressiva apenas em Foz do Iguaçu. Em 1992, o Plano Nacional de Turismo previa o desenvolvimento de polos turísticos integrados. A partir do governo Lula (2003), essa perspectiva foi reforçada pelo Programa de Regionalização do Turismo que identificou os chamados destinos indutores de desenvolvimento. Foz do Iguaçu se classificou com um dos destinos, isso significa que por meio do turismo a cidade promove “desenvolvimento” para as localidades do entorno. Essa leitura não tem muita consistência uma vez que a racionalidade do Programa parte do entendimento de que um destino indutor se configura por conta da capacidade de força de mercado e isso, já é um propulsor de assimetrias.

O último censo (2010) informa que a população da cidade é de 256.088 habitantes, com crescimento estimado de 264.044 habitantes. Se caracteriza por abrigar diferentes etnias (libaneses, chineses, colombianos, coreanos, entre outros)⁶³, algumas bem consolidadas como os libaneses, e expressivas na gastronomia do local.

⁶³ Registro de 2017 (ANEXO I).

2.1 A formação do polo comercial de Ciudad Del Este

As relações diplomáticas entre Paraguai e a ilha de Taiwan iniciaram em 1957. Após o término da rodovia BR 277 (1969), ligando Foz do Iguaçu ao Porto de Paranaguá (PR) e a construção da Ponte da Amizade, conectando as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este) em 1965, os olhares de Taiwan, já afiados para abertura do mercado externo, se intensificaram em direção a CDE (Ciudad del Este), atraindo investidores e comerciantes para localidade⁶⁴. Sob o comando de Alfredo Stroessner nas décadas de 70 a 80, os vínculos foram fortalecidos com a República da China, como saída para o desenvolvimento do país, culminando na vinda de imigrantes asiáticos para CDE. Esse momento histórico foi chamado pela autora Pinheiro-Machado (2009) de “taiwanización”. Ela reforça que esse processo como uma representação da diáspora chinesa, afirmando em seu estudo, que o Paraguai já abrigou cerca de 20.000 chineses⁶⁵.

Até final da década de 80, a maioria das mercadorias importadas por Puerto Presidente Stroessner proviam de Miami (EUA), que importava dos países asiáticos (China, Taiwan, Japão e Coreia), num exercício de re-exportação (RABOSSI, 2015). Paralelamente, o governo chinês começou a implementar mudanças com a abertura econômica, assim como o Paraguai, que foi constituindo em seu território um polo comercial com base na atividade de importação. Isso demonstrou a consonância com o momento histórico mundial de liberação do livre comércio: “*la frontera entre Paraguai y Brasil era la vanguardia del mercado libre y competitivo de los primeros años de la ultima década del siglo XX*” (RABOSSI, 2015).

Os comerciantes chineses foram atores desse mercado global e mediadores entre a produção e o destino das mercadorias nas ruas do Brasil. Realidade reforçada pelos registros:

⁶⁴ O governo do Paraguai em seu plano de estabilização em acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1956 eliminou as tarifas externas de exportação (Rabossi, 2004).

⁶⁵ Segundo Rabossi (2004) os resultados dos acordos entre os Estados citados eram evidentes nas ruas de Puerto Presidente Stroessner: furgões da polícia local com a escrita “Donación de República China”, acompanhada pelas bandeiras de Taiwán e Paraguai, a instalação de uma unidade do Banco Comercial Chinatrust e de “indústrias de montagem” de ventiladores, árvores de Natal, entre outros objetos. Fatos que revelam a abertura da fronteira internacional.

La ciudad, fundada hace 20 años, está situada donde Paraguay se encuentra tanto con Argentina como con Brasil. Las mercancías con las que comercia son computadoras de escritorio, whisky escocés, pantalones Levi's auténticos, juguetes infantiles e incluso coches. Los clientes son brasileños y argentinos que no pueden comprar esas cosas en su país porque sus gobiernos los han "protegido" durante decenas de años de las importaciones buenas y baratas en provecho de los productos nacionales malos y caros (THE ECONOMIST, 1990 *apud* RABOSSO, 2015, p. 42).

Os libaneses também assumiram o papel de intermediadores, visto que, buscavam fugir da Guerra Civil do Líbano (1975-1990) e vislumbrados pelo terreno fértil de oportunidades da região avançaram, na década de 80, a imigração para localidade, fixando-se⁶⁶. Em 1990, registrou-se a presença de cerca de 12.000 sírio libaneses em Foz do Iguaçu.

Os imigrantes se caracterizavam como pequenos, médios e grandes empresários. Cabia a maioria dos brasileiros a função de "laranja", uma espécie de facilitador de mercadorias na travessia da Ponte da Amizade, e a prática de compra e revenda de mercadorias adquiridas no Paraguai destinadas à sua cidade de origem, como ocorria fortemente com o estado de São Paulo. Essa atividade sustentou-se por um período e garantiu a sobrevivência de família brasileiras (CARDIN, 2010).

O comércio em CDE atingiu uma escala de grande expansão do mercado interno brasileiro e a distribuição a nível nacional foi fomentada pela informalidade (RABOSSO, 2004). CDE tornou-se um centro de fornecimento para o mercado brasileiro e latino-americano, isto é, promoveu um efeito de capilaridade não apenas em Foz do Iguaçu, mas no Brasil. A pesquisa de Cataia e Marquezini (2011) aponta que a cidade de São Paulo é o maior centro consumidor e distribuidor de mercadorias. Para os autores isso expressa a verticalidade da cidade, uma vez que se coloca no comando das atividades econômicas da fronteira.

Desde 1960, o governo do Paraguai já buscava centrar-se na estratégia de venda de bens importados com vistas a criação de uma zona franca em Puerto Presidente Stroessner. Segundo registros, a zona franca se deu por meio de um convênio entre a Comissão de Administração da cidade de Puerto Presidente Stroessner com *Foreign Marktes Trading Corporation*, por meio da Lei 624/60. No ano seguinte, por meio da lei 273/61 consolidou-se a Zona Franca Internacional. O

⁶⁶ Em Foz do Iguaçu, a mesquita foi inaugurada em 1983 o que demonstra simbolicamente a estabilidade da cultura na região.

convênio fomentou o comércio, mas abriu margem para “contrabando de uísques, cigarros americanos, rádios, produtos de náillon, etc ...e outros que geram lucros fáceis” (CERVO, 2001, p. 213). De fato, a estratégia de tributar os produtos importados como produtos destinados ao consumo turístico (RABOSSI, 2015) foi o meio caracterizado que sustentou o comércio internacional de CDE. Em síntese, o território tornou-se um recurso a serviço do capital a partir da implementação de normas jurídicas, acordos bilaterais baseados no livre comércio e, a partir de racionalidades imperativas na organização e comando das atividades sobre a população e território, as quais fecundaram um imaginário do espaço fundamentado no comércio, no contrabando, no legal/ilegal.

Outro aspecto histórico que contribuiu para movimento de brasileiros no Paraguai foi a medida chamada depósito compulsório estabelecida no Governo Geisel (1974-1979). Diante da crise internacional o governo brasileiro estabeleceu tal medida como meio para evitar a evasão de divisas, exigindo dos brasileiros que tinham intenção de viajar para o exterior, um depósito para obtenção do passaporte. Isso impulsionou o turismo doméstico e direcionou maior atenção a CDE que ofertava produtos importados. Como esclarece o autor Alfredo Menezes em seu estudo sobre a região:

(...) os turistas que iam ao Paraguai não precisavam preocupar-se com depósito e nem com dólares, pois o cruzeiro era bem aceito lá. É bem possível que a ideia do governo em diminuir a presença de turistas brasileiros no exterior, uma tentativa a mais para manter dólares no país, tenha contribuído para aumentar o turismo de brasileiros nos países, como é o caso do Paraguai, que fazem fronteira com o Brasil (MENEZES, 1987, p.32)

Uma publicação na revista Forbes (1994) comparou CDE com Miami e Hong Kong no que se refere a importância comercial. De acordo com a matéria, a região movimentava cerca de US\$ 12 bilhões ao ano, dado que se difere do registrado pela Receita Federal Brasileira (US\$ 5 bilhões), do Banco Central do Paraguai (aproximadamente US\$ 5 bilhões) e dos estudos de Barakat (1999), que entrevistou empresários locais (US\$ 8 a 9 bilhões)⁶⁷. Independentemente da exatidão da cifra, a região se colocou numa posição superior na mídia e atraiu atenção.

O saldo dessa dinâmica econômica na fronteira conectou os territórios das

⁶⁷ Dados extraídos da pesquisa de Rabossi (2004): Nas Ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas no mercado de fronteira.

três cidades de fronteira. E, embora Puerto Iguazu não tenha se relacionado diretamente, viveu a influência dos fluxos.

Outro resultado é cultura que se difundiu, formada por essa rede de pessoas que aprenderam a viver da prática de compra, revenda e da “travessia” de mercadorias. Em 1992, CDE registrava 133.893 habitantes, sendo que “95% trabalhavam no comércio de produtos importados, sendo 15 mil ambulantes. Nesse setor, 8 mil brasileiros dividiam com os paraguaios os postos de trabalho. Outros 17 mil brasileiros dedicavam-se à economia informal de sustento ao comércio de importados” (KLEINKE et al., 1996).

A dinâmica econômica promovida pela atividade de venda de importados alimentou os trabalhos informais e gerou o chamado “circuito sacoleiro”. De acordo com Cardin (2010), nas décadas de 70 a 80 já havia um comércio movimentado em CDE, mas voltado para turistas-turistas, ou seja, ainda não era tão forte a presença dos sacoleiros⁶⁸ e dos laranjas⁶⁹. O circuito sacoleiro emerge nas décadas de 80 a 90 com a utilização de trabalhadores no auxílio do transporte de mercadorias, sendo fortalecido pelo baixo valor do dólar.

A composição dos sacoleiros era variada, trabalhavam pessoas de diferentes classes, não apenas as mais baixas. Há relatos de pessoas que começavam como sacoleiro, e aos poucos iam montando seus próprios negócios em suas cidades de origem com as mercadorias do Paraguai, recrutavam outras pessoas para fazerem o trabalho de sacoleiro e, assim novas demandas iam retroalimentando o comércio. No entanto, a intensificação dos sacoleiros também se deu em virtude do cenário mundial e nacional:

O processo de democratização do Brasil e a crise econômica associada à liberalização econômica foram fundamentais para o inchaço destas atividades, ampliando a concorrência entre os trabalhadores, exigindo sua organização e transformando o comércio do Paraguai em um formigueiro humano, onde inúmeras pessoas buscavam a sobrevivência e formas de superar a recessão e a fiscalização (CARDIN, 2010, p.87).

Ainda no período de 1990 a 2000 foi intenso o fluxo de sacoleiros, período que coincidiu com o encerramento de todas etapas de construção da UHE

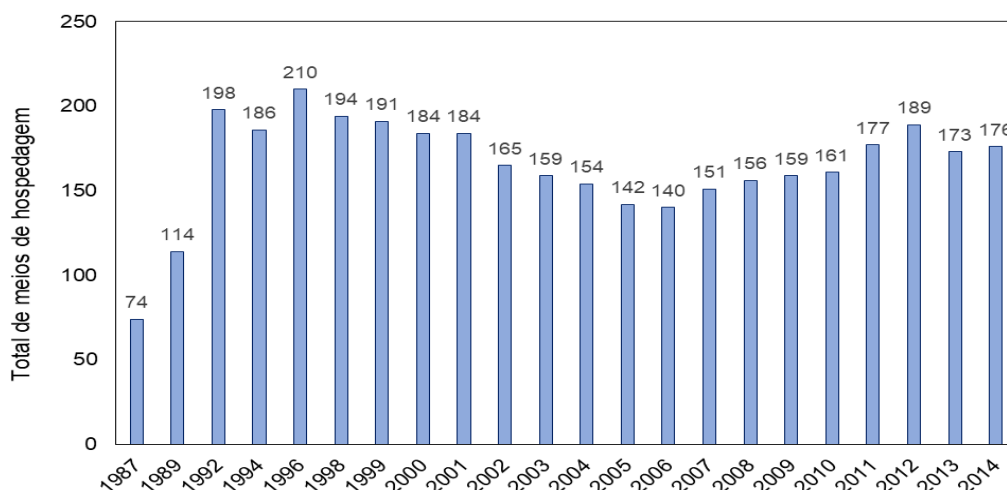
⁶⁸ Termo usado para caracterizar as pessoas que faziam o transporte das mercadorias de CDE para outras regiões.

⁶⁹ Laranjas são as pessoas, normalmente são brasileiros em virtude da cota concedida, que atravessam as mercadorias na Ponte da Amizade. Laranjas diminui os riscos de apreensão por parte da Receita Federal, já que cada um dos trabalhadores estará carregando o valor da cota permitida legalmente.

Itaipu e a consequente dispensa de milhares de funcionários, que haviam se fixado na cidade, e aproveitaram a expansão do comércio em CDE. Entrar na atividade de sacoleiro, laranja ou cigarreiro era “*un medio de escapar del desempleo y los bajos salarios*” (RABOSSI, 2015, p.50), principalmente após término do trabalho na Usina Hidrelétrica de Itaipu. Essa situação também se fez para os paraguaios, pois segundo pesquisa de Cardin (2010) com 150 trabalhadores de vias públicas de CDE, 15% afirmaram que trabalharam na usina, 17% tinham algum familiar que havia trabalhado.

A intensidade dos fluxos de sacoleiros atuou diretamente na organização do espaço das três cidades que passou a responder as demandas originadas da movimentação de compras. Todo o sistema de sustentação para a atividade (restaurantes, hotéis, transporte, lojas, entre outros) foi se consolidando, mas isso se deu expressivamente do lado brasileiro. A Gráfico1 apresenta o panorama dos meios de hospedagem em Foz do Iguaçu, na qual fica evidente o crescimento expressivo após 1989. Já no período de 1992 a 2000 manteve-se o crescimento, e registrou-se declínio nos anos 2005 e 2006. Os meios de hospedagem contribuem para a geração de empregos diretos e indiretos. Foz do Iguaçu se constituiu como uma cidade dormitório, não apenas pelos turistas, mas também pelo grande número de trabalhadores que exerciam suas atividades em CDE e moravam em Foz. Essa característica pode mudar diante da nova oferta de hotéis em CDE. Na época, crescia na cidade paraguaia apenas o número de construções de shoppings e lojas, isto é, pontos de vendas. E, Puerto Iguazu teve impactos transversais desse processo.

Gráfico 1-Meios de hospedagem em Foz do Iguaçu no período de 1987 – 2014.



Fonte: SMTU - Divisão de Estatísticas e Estudos Turísticos (2017)

O empresário Marcelo Valente em entrevista ao estudo do Instituto Polo Internacional Iguassu reporta sobre a influência dos sacoleiros na hotelaria:

(...) Na verdade o destino turístico de Foz ficou extremamente vocacionado para Hotelaria, tem muito mais hotel do que a gente precisa, sempre... Enfim, aí a hotelaria com esse carro chefe acabou embarcando nesse movimento dos sacoleiros. Então, no final da década de 1980 nós tínhamos no centro da cidade, por exemplo, uma precarização total, os hotéis tinham investido em grupos, e esses grupos nem existiam mais porque aos poucos eles foram aprendendo a fazer bate e volta, vinham e voltavam, e não ficavam nem hospedados. Conclusão: no início da década de 1990 nós tínhamos uma hotelaria, basicamente, maioria depredada, porque a remuneração do serviço oferecido era baixa. Não conseguiam nem investir, uma baixa qualificação da mão de obra, por que sacoleiro não exige uma qualidade, como não exigia qualidade, então também ninguém dava qualidade em contrapartida, com o início do fim das pernoites aqui, que foram a partir do bate e volta e etc. Trecho da entrevista de Marcelo Valente (POLOIGUASSU, 2012, p.94⁷⁰)

A paisagem e o ordenamento urbano de CDE foi se moldando para atender ao comércio de re-exportação e o fluxo de consumidores. Na Figura 9, o comparativo da imagem de parte de Ciudad del Este em 1965, logo após a inauguração da Ponte da Amizade, com estradas de chão e poucas construções e, em 2015 com espaço fortemente urbanizado. A Figura 10 também apresenta um comparativo de uma das principais avenidas da cidade (Av. San Blas) e expressa a aglomeração em função do comércio. Na imagem aparece a Lojas Americanas, um empreendimento de empresários chineses fundado em 1972 e, na Figura 11 um empreendimento da mesma época fixado por empresários árabes⁷¹. A ocupação da cidade e a abertura de postos comerciais realizada por estrangeiros.

⁷⁰ Estudo no PRELO.

⁷¹ Informações extraídas da Revista on line 100 Fronteiras: 61 anos. Disponível em: <https://www.100fronteiras.com>. Acesso em 20 de maio de 2018.

Figura 6- Ponte da Amizade em 1965 (após inauguração) e em 2015.



Fonte: <http://www.abi.org.br/ponte-da-amizade/>

Figura 7- Imagem da Avenida San Blas na década de 70 e na atualidade.



Fonte: Facebook- Paraguai em Fotografias

Figura 8- Figura 12 – Imagem do centro comercial Monalisa.



Fonte: Facebook- Paraguai em Fotografias

Em relação a integração regional, destaca-se a criação do MERCOSUL em

1991 por meio do Tratado de Assunção. Em 1994, ocorreu a Criação da Comissão de Comércio e fundou-se as bases institucionais do bloco. Além disso, por meio Protocolo de Ouro Preto criou-se o Código Aduaneiro do Mercosul (CAM) com o princípio de fortalecer uma união aduaneira com livre circulação de mercadorias e serviços, e facilitar as barreiras alfandegárias. O MERCOSUL tirou CDE da posição privilegiada ao reduzir os impostos das mercadorias importadas entre os países membros. Assim, São Paulo se converteu no centro das importações do Brasil, isso desaqueceu o comércio local (RABOSSI, 2015: KLEINKE et al., 1996).

Além disso, desde 2001 os controles na aduana de CDE com o Brasil foram intensificados sob objetivo de reduzir o contrabando. Tratam-se de ações conjuntas entre Receita Federal e as polícias: federal, estadual e rodoviária em operações via terrestre, aérea e fluvial. A fiscalização atuou nas raízes do fluxo das mercadorias. Há registros de que haviam hotéis que funcionavam como pontos de estoque, eram constantes as apreensões de ônibus, ações que colocam fim a era dos sacoleiros.

As fiscalizações crescentes impactaram as esferas econômicas e sociais⁷², isso porque “durante quase três décadas de efervescência, o comércio de Ciudad del Este sustentou uma cadeia gigantesca de trabalhadores não apenas no setor informal, mas também formal” (PINHEIRO-MACHADO, 2009, p.293).

A economia do comércio em CDE sustentada por “ilegalidade consentida” passou a pesar na integração. Em 1998, o Brasil, Paraguai e Argentina assinam o Plano de Segurança para a Tríplice Fronteira que criou comissões e ações específicas para a área. Em 2001, o ataque de 11 de setembro espalhou o alerta na questão da segurança em todo o mundo e a inclusão do Brasil na “lista negra da pirataria” da União Europeia em 2006, canalizou especial atenção para região. Assim, em 2006 foi finalizada a construção da nova aduana entre CDE e Foz do Iguaçu, uma obra que deixou expressa a força do Brasil ao se posicionar diante do contexto internacional. Tal construção pode estar relacionada com o decréscimo de meios de hospedagem em Foz do Iguaçu no mesmo ano.

Em paralelo, o Paraguai que saía de um governo militar (1989) para um governo democrático, criou em 2004 o novo Código Aduaneiro, por meio da Lei n. °

⁷² No estudo de Pinheiro-Machado, a autora apresenta registro de manifestações dos sacoleiros e laranjas contra as ações de fiscalização do Estado brasileiro. De fato, uma atividade que até então era pouco fiscalizada passa a ser o foco e gera intervenções diretas na dinâmica social e econômica. De acordo com a autora todos os entrevistados diziam a seguinte frase: “Queremos trabalhar e o governo não quer deixar”. Isso demonstra um sentimento de inconformidade.

2.422. Este tinha como objetivo a transparência na gestão aduaneira, bem como a modernização e profissionalização para fortalecer o comércio exterior do país (BORDA, 2006).

Ainda após seis anos das fortes intervenções de fiscalização, Foz do Iguaçu registrava índice de 26% de desemprego, e 40% de trabalho informal (CARDIN, 2010). Assim, mesmo diante da nova postura adotada pelo Brasil no combate ao contrabando, a atividade econômica por meio das mercadorias persistia e persiste. Tanto que em 2009 entrou em vigor a Lei dos Sacoleiros que permite a importação de mercadorias pela Ponte da Amizade a partir do recolhimento simplificado de tributos por meio do Regime Tributário Único (RTU) e estabelece que a mercadoria que entra no país paga uma alíquota única de 25%⁷³. A lei habilita os microempreendedores individuais, profissionais autônomos e microempresa, com receita bruta de até R\$ 60 mil e R\$ 360 mil, respectivamente.

O polo comercial de CDE condicionou e reconcionou o espaço urbano em Foz do Iguaçu. Para Brandão (2012) o exercício da integração resulta em aumento de potencialidades ou vulnerabilidades. Neste sentido, conferiu-se importância econômica, política e social para a Fronteira Trinacional, no entanto, essa importância econômica é relativa. Os autores citados analisaram uma realidade que hoje já se encontra diferente. Atualmente, o Paraguai foca numa política para atrair investidores para industrialização do país, almejando ser “China da América do Sul”⁷⁴ e, vem fortalecendo o turismo de compras com ampliação dos serviços complementares a atividade, ou seja, ofertam serviços como alimentação e hospedagem. Além disso, o “boom” de CDE, tendo como principal atividade o consumo popular de mercadorias importadas, não se sustenta diante dos dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF, 2015; 2016) que mostram o elevado volume de ilícitos que ingressam no território brasileiro via Paraguai. Para Silva (2017), o superávit comercial do Brasil sob o Paraguai (relação assimétrica), não incomoda o país vizinho, em virtude da “passagem” do contrabando pelo Brasil, visto que em torno de apenas 5% do que entra ilegalmente no Brasil é apreendido, se o todo fosse contabilizado o resultado seria outro.

⁷³ Correspondente aos tributos federais, além do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado onde o comerciante está registrado.

⁷⁴ Termo usado pelo atual presidente do Paraguai. Reportagem, disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/brasil-teme-ser-desbancado-pela-china-da-america-do-sul/>

O indicador econômico é relativo por que depende da posição: do lado de cá, os 5% das importações legais para o Brasil (OMC, 2017) é um indicador baixo, mas de importância para o lado de lá (Paraguai). O equivalente a 909 milhões de dólares (ou 2,9 bilhões de reais) para o Brasil também não é tão significativo como é para região. O estudo de Schlogel (2016) indica que a região detém significativa importância política em virtude da concentração das transações comerciais via MERCOSUL.

Pinheiro-Machado (2009) aponta que o polo comercial de CDE ao longo da história teve mudanças. Inicialmente o foco estava em produtos de alta qualidade, referenciado como ciclo dos eletrônicos, depois passou para a venda de falsificados e das “bugigangas”, ou seja, ciclo das miudezas e pode-se afirmar que há um novo posicionamento de investimento⁷⁵ de CDE com foco na oferta de serviços, dos elementos da cadeia do turismo (alimentação, hospedagem e entretenimento), antes desenvolvida apenas em Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu, representando, um novo ciclo.

Esse novo posicionamento é impulsionado pelo Estado que concede incentivos fiscais. Essa prática apresenta-se forte para a industrialização⁷⁶, mas também se aplica ao setor de serviços. Nos últimos 10 anos a hotelaria em Ciudad del Este cresceu com a entrada de investimentos estrangeiros. Instalou-se o Howard Johnson Hotel do grupo norte-americano de redes de hotéis Wydahm, o qual também tem uma unidade em Foz do Iguaçu; o hotel Rio By Bourbon de uma rede brasileira (com sede também em Asunción), o hotel Ibis, também brasileiro, com instalação prevista para 2018, o Megal Suítes pertence ao Megal Group S.A que atuam com importação de mercadorias. Além do hotel Hilton Garden Inn, da rede de hotelaria de luxo norte-americana Hilton Worldwide. Este será localizado próximo ao aeroporto Guarani. Outra rede de hotéis de luxo irá ocupar espaço em CDE, será uma unidade do Sheraton Hotel, além de outro investimento norte-americano que prevê a instalação de uma unidade do Hard Rock Cafe e Hard Rock Cafe Hotel & Casino para 2019. Nestes, serão investidos de 100 milhões, incluindo as obras do hotel (Figura 12).

De acordo com a Associação Hoteleira e Gastronômica de Alto Paraná

⁷⁵ Investimentos mencionados na Introdução desta pesquisa.

⁷⁶ Incentivos fiscais do governo paraguaio para instalação de empresas.

(ASHOTEL)⁷⁷ o crescimento se deve ao aumento de viagens para fins negócios e pelas melhorias no modelo de Turismo de Ciudad del Este. Em 2017, em relação ao ano anterior, a ocupação hoteleira cresceu 50%. A ASHOTEL afirmou que os principais turistas eram brasileiros. Abaixo segue trecho da fala do presidente da rede de Hotéis Bourbon, Alceu Vezozzo Filho, onde fica clara a apropriação do espaço em virtude dos incentivos propiciados pelo Estado.

Semanalmente sale en tapa de los diferentes periódicos de mi país que cada vez son más las empresas brasileñas que optan por desembarcar en la tierra guaraní, pero es que no es para menos, en este país la carga tributaria representa hasta en un 50% menos que los otros países de la región, Paraguay está pasando por un momento bastante positivo (LANACION, 2017⁷⁸).

Figura 9- Howard Johnson Hotel, Hotel Rio Bourbon e futura instalação do Hilton Garden Inn.



Fonte: Google imagens

Diante disso, Ciudad del Este se arranja para competir com o mercado hoteleiro de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu, na medida em que passam a ofertar equipamentos turísticos (hotéis, atrativos, agências e outros), antes disponibilizados especialmente pelo mercado brasileiro.

Ainda, em 2016 instalou-se o shopping Paris, um investimento coreano de

⁷⁷ Essa instituição foi contatada para entrevistas, mas não obtive retorno. Essa pergunta fiz por telefone durante o agendamento da reunião, a qual não ocorreu.

⁷⁸ https://www.lanacion.com.py/negocios_edicion_impresa/2017/10/02/destacan-crecimiento-del-pais-y-su-competitividad/. Acesso em 22 de maio de 2018.

65 milhões de dólares, localizado no início da aduana paraguaia. O Shopping Jesuítas⁷⁹ à 8km da aduana, voltado para brasileiros e paraguaios, tem 50% de capital de empresários paraguaios e 50% de investimento de empresários espanhóis. É o shopping arena que ocupa três hectares na área urbana da cidade. Além disso, outros espaços urbanos, localizados em áreas estratégicas de grande circulação de turistas estão em disputa. A governança municipal concedeu uma área de nove hectares, localizada na avenida Luis Maria Argañá, próximo a aduana, para construção de um novo shopping privado. O local já havia sido expropriado em favor da Comunidade pela Lei 12/1990 para a construção de um grande shopping center destinado aos vendedores de vias públicas, chamados mesiteros⁸⁰ (ABC, 2017).

Essa é questão latente em Ciudad del Este. As alterações no espaço urbano com objetivo de melhorá-lo para o turismo de compras, trazem problemáticas aos trabalhadores da rua. Embora eles estejam organizados em associações, reclamam da situação em que o poder público os coloca, uma vez que os processos de remanejamento do espaço não são claros e justos. Abaixo segue relato de um trabalhador.

A mi papá, que tiene todos los cánones al día desde hace cinco años y siendo él discapacitado, porque carece de una pierna, le sacaron su puesto, la casilla 69. Otra persona figura en esa casilla en la lista que hicieron. Y hay muchas personas en esas circunstancias (Víctor Torales). Ya en todos los otros lugares donde la Municipalidad local implementó la demolición de puestos de trabajo para la construcción de casillas y mesitas en las mismas veredas del microcentro. Hubo denuncias de ventas de los puestos de trabajo y de personas que perdieron sus lugares (ABC, 2017).

Cardin (2010) fez um levantamento interessante ao investigar as relações trabalhadores das vias públicas de CDE. O autor identificou que os registros oficiais de ordenamento da cidade “não previam o rápido desenvolvimento do comércio de rua, fato que exigiu constantes tentativas de regulamentação das ocupações existentes nas vias públicas do município”. A organização desses trabalhadores teve início na década de 70 com a formação de duas associações⁸¹, que se deu em função das repreensões sofridas pelo poder público. Em 1978, o município determinou locais específicos para ocupação dos trabalhadores na rua, no entanto, nos anos seguintes

⁷⁹ Disponível: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/ciudad-del-este-faz-obras-e-atrai-shoppings-edvw745q3ujljz6510vx5owge> /> acesso em 10 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.clickfozdoiguacu.com.br/regiao-de-cidade-do-leste-inaugura-mais-tres-atrativos-turisticos/>> acesso em 10 de abril de 2018

⁸⁰ O termo vem da palavra mesita (mesinha), caracterizando o comércio de rua.

⁸¹ Asociación de los Lenteros Unidos e logo depois, da Asociación de los Típicos (CARDIN, 2010)

com o considerável aumento no número de trabalhadores, novos espaços foram ocupados. A aglomeração dos vendedores incomodava os lojistas que exigiam medidas do poder público municipal para resolver a situação. Em 2000, havia cerca de 6000 *mesiteros* nas ruas de CDE. Inspirados pela onda democrática em 1991 é criada a *Federación de los Trabajadores de las Vías Públicas*, e três anos depois, esta ganha registro jurídico, abrigando cerca de 17 associações em seu escopo. Cardin (2010) esclarece que as organizações não têm um teor de embate, tampouco força política, mantém uma política de aliança com o município, e atuam como mediadoras dos trabalhadores e governança local.

Além disso, a pesquisa mostra que os empresários e governantes da cidade entendiam a retirada dos camelôs como precedente fundamental para o desenvolvimento do turismo. Como segue registros do prefeito da época em CDE: “*promoveria a vinda de um maior número de turistas para cidade, ou seja, de pessoas que viriam para a Ciudad Del Este necessariamente para fazer compras e passear*” (JORNAL DO IGUAÇU, 27 de julho de 2003) e do presidente da época da Associação do Comercial de Alto Paraná, Charif Hammound “as reformas possibilitariam uma permanência por um tempo maior dos turistas que visitavam Foz do Iguaçu e isso ajudaria no desenvolvimento de “uma consciência” que permitiria a existência de uma vida noturna em Ciudad Del Este” (Gazeta do Iguaçu, 24 e 25 de julho de 2004, p. 07).

O microcentro passou por uma revitalização iniciada em 2003 que ocorreu mesmo sob os protestos dos trabalhadores. O projeto previa a “recuperação de espaços verdes”, sob a justificativa “*limpiar estos lugares, cambiar la cara a la ciudad para volver a atraer a turistas de todo el mundo*” (ABC, 02 de setembro de 2003⁸²), segundo apontamentos do prefeito da época, Javier Zacarias. Os trabalhadores chegaram a ameaçar uma guerra civil. Em 2007, uma nova fase é realizada na Avenida Monseñor Rodríguez, do trevo do Shopping Monalisa até o viaduto do posto Esso, nos limites do microcentro e, novamente gerou instabilidade e segurança aos mesiteros, uma vez que não havia garantia de como se daria o remanejamento. Recente, em 2014, uma nova etapa da revitalização se deu com a demolição de 300 *casillas*, situação que novamente gerou protestos dos trabalhadores.

Em 1999, sob a justificativa de perda econômica do município de Foz do Iguaçu para os países vizinhos, em função desses possuírem áreas de livre comércio,

⁸² Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/interior/comuna-inicio-demolicion-de-galerias-de-ciudad-del-este-717804.html>. Acesso em 20 de abril de 2018.

o Brasil elaborou um projeto de lei para criação de Zona de Livre Comércio no Município de Foz do Iguaçu, isentando de impostos até mesmo a instalação e operação de serviços de turismo ou de qualquer natureza. Registros mostram que o projeto pretendia incluir Ciudad del Este, mas o governo brasileiro exigia a retirada de todos os trabalhadores de rua do local bem como a revitalização do espaço central. Isso foi visto pelos paraguaios como uma ameaça, uma vez que o comércio dependia dos brasileiros, *“la habilitación de un área de libre comercio de Foz de Yguazú será un golpe de gracia al sector comercial de Ciudad del Este”* (ABC, 24 de julho de 2003).

Fica evidente o quanto o território se volta para atender as demandas externas, privilegia-se espaços para servir as atividades econômicas que fomentaram o processo de “turisficação” do espaço. O turismo produz um processo de “higienização dos espaços”, o que custou a vida econômica dos trabalhadores.

2.2 Usina Hidrelétrica Itaipu - (UHE) Itaipu

O último governo ditatorial (1954-1989) do Paraguai em seu processo de reorientação da política externa estreitou os vínculos com o Brasil após o golpe militar. Esses, confluíram-se em estratégias geopolíticas e econômicas. Na década de 1940, com processo de ocupação de terras com foco na expansão agrícola (Marcha para o Oeste - BR) e na década de 60 (Marcha para Leste – PY), o território passou por diversas alterações socioespaciais. Mais tarde (1970), com a crescente industrialização no Brasil, que demandou maior infraestrutura de transporte e energia, o território da Fronteira Trinacional foi palco de um processo que alterou não apenas sua forma, mas teve efeitos significativos na esfera social, cultural e econômica: a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu. Em 1973, foi assinado o Tratado de Itaipu⁸³.

A UHE Itaipu era vista como um projeto audacioso da engenharia civil, sendo que ainda hoje é reconhecida como uma das sete maravilhas da engenharia moderna. Tamanha obra demandou a contratação de milhares de pessoas para ocupar vagas nos mais variados níveis de postos de trabalho. Como processo base

⁸³ Em 1969 foi assinado o Tratado da Bacia do Prata cujo objetivo é promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável. Foi um movimento estimulado pela Argentina como reação ao acordo bilateral de Itaipu que usaria rios internacionais de curso sucessivo, portanto, propunha-se a via multilateral. Somente em 1979 com assinatura Acordo Tripartite de Cooperação Técnico as relações entre Argentina e Brasil ficam menos tensas (CANDEAS, 2005).

foram criadas as vilas/bairros próximos a usina para abrigar os operários. Além disso, para dar base ao grande número de trabalhadores e novos moradores, toda uma cadeia de insumos se formou: escolas, hospitais, estradas, postos de combustível, lojas, mercados. No período de 1980 a 1994, o governo municipal de Foz do Iguaçu concedeu 9055 alvarás de construção civil (KLEINKE et al., 1996). Tal organização espacial configurou-se uma cidade empresa.

O crescimento demográfico de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu é o maior indicador da alteração da dinâmica territorial. Em Foz do Iguaçu, registrou-se em 1970 cerca de 34.000 habitantes e, em 1991 haviam 190.000 habitantes, como mostram dados da Prefeitura Municipal: “na década de 70 houve uma explosão demográfica que promoveu um aumento populacional na ordem 401,3% em relação à população existente” (PMFI, 2011). Em 2005, a cidade de Foz do Iguaçu chegou a 279.620 habitantes. Segundo dados do DGEEC⁸⁴, o município que abrigava Puerto Presidente Stroessner, em 1972, possui uma população de 26.485 habitantes, crescendo para 62.328 habitantes, em 1982. Em 2005, registrou-se uma população total de 260.594 habitantes. Na transversal, Puerto Iguazu também vivenciou crescimento demográfico. Dados apontam que em 1970 haviam 3.001 habitantes, em 1980 passou para 10.250 e em 2001 havia uma população total de 31.515 habitantes⁸⁵ (INDEC). Os dados expressam o quanto a obra impactou na ocupação e ordenamento do território, visto que toda a especulação imobiliária se deu em torno das áreas ocupadas.

A UHE também afetou os municípios nas margens do Rio Paraná, tanto do lado brasileiro quanto paraguaio. A formação do Reservatório de Itaipu inundou grandes áreas habitadas, de lavoura e mata virgem no Brasil e Paraguai. Do lado brasileiro, cerca de 40.000 mil pessoas foram atingidas pela desapropriação e deslocaram-se, obrigatoriamente, para outras localidades, “Itaipu significou um momento de desterritorialidade e que, por conseguinte, territorializou áreas como também reterritorializou outras” (SOUZA, 2008).

Aqui identifica-se uma outra conjuntura que também cumpriu a função de reterritorializar e demonstra convergências de interesse entre Paraguai e Brasil. Embora não tenha uma relação direta com a construção da UHE, é pertinente que esse grande acordo abriu margem para debater outros assuntos como a questão

⁸⁴ Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos – PY.

⁸⁵ Não há Censo em 2005.

agrária. Para Santos (2014, p.455) a “política de colonização do leste paraguaio convergiu para a expansão da fronteira agrícola brasileira que desenraizava trabalhadores rurais de suas terras”. Momento em que massas de brasileiros passaram a adquirir terras paraguaias, com incentivos de créditos advindos de recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), com taxa de 13% ao ano em detrimento de 24% no Brasil. Para Santos (2014, p.444) o Instituto de Bienestar Rural, “funcionou de uma maneira que facilita a penetração da agricultura capitalista no Paraguai sob o controle brasileiro”. O autor esclarece:

Stroessner alinhou-se decididamente com o Brasil, estabelecendo a posição paraguaia como beneficiária subalterna do crescimento econômico do país vizinho, ao mesmo tempo em que comungava as ideias de povoamento e desenvolvimento territorial como política antisubversiva nos marcos da Guerra Fria. A ditadura brasileira, por sua vez, incentivava a ocupação da região limítrofe referenciada na noção de “fronteira viva” manejada por Golbery do Couto e Silva entendendo que a área de influência do Estado estende-se ao território ocupado por seus cidadãos (Couto e Silva, 1967). Ao mesmo tempo, acordos oficiais, envolvendo a hidrelétrica de Itaipu, ou arranjos tácitos, estimulando a colonização do oriente paraguaio, favoreciam não somente esta estratégia geopolítica, mas também interesses econômicos representados pelo Estado brasileiro (SANTOS, 2014, p.455).

Itaipu Binacional não gerou apenas a intersecção de duas porções de território entre dois Estados, a organização propõe a criação de um território próprio, o “Território Itaipu”, em função do elemento comum entre os dois países: o recurso hídrico do Rio Paraná. A empresa é binacional de regime jurídico internacional especial com absoluta igualdade de direitos, isto é, um “sistema de direito resultante dos dois ordenamentos superiores, mas dotado de valores próprios” (REALE, 1974 *apud* ITAIPU BINACIONAL, 1978, p. 29 e 30). Itaipu é composta por duas *holdings* do setor elétrico, a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A) e a Ande (Administración Nacional de Eletricidad). Ambas atuam com absoluta igualdade de direitos e obrigações e, ao incorporar esse caráter jurídico não vinculado ao território nacional, exercem o pleno exercício de seus “valores próprios” (REALE, 1974). No entanto, a governança da empresa não ultrapassa os limites territoriais estabelecidos.

Desde quando se começou a comercializar energia elétrica, em 1985, a Itaipu paga uma compensação financeira aos governos brasileiros e paraguaios pelo uso do potencial hídrico do Rio Paraná. É a prática dos royalties, calculados de acordo com a extensão das áreas que ficaram submersas pelo lago e através da quantidade de energia gerada mensalmente. “No Paraguai, os recursos dos royalties são

repassados ao Ministerio de Hacienda, que já recebeu, desde 1985, mais de US\$ 5,1 bilhões. No Brasil, o Tesouro Nacional recebeu mais de US\$ 5,4 bilhões em royalties” (ITAIPU, 2017). Todos os 16 municípios brasileiros atingidos pela formação do reservatório, incluindo Foz do Iguaçu, também recebem.

O período de implantação da UHE, chamado por alguns de “industrialização”, promoveu diversas expropriações de terras, bem como a ocupação ilegal, empurrou as áreas rurais, e contribuiu para o processo de favelização do município (RIBEIRO, 2015). A valorização da terra gerou especulação imobiliária e aumento do custo de vida. Houveram também outros movimentos de expropriação que promoveram a ocupação de paraguaios na cidade.

No final da década de 1960, anterior à construção da usina de Itaipu, havia localidades como a Vila Paraguaia, na região do Jardim América, a gleba Guarani na região de Três Lagoas, a Vila CR1 na região do Polo Centro, formadas por famílias paraguaias que foram expulsas de suas terras naquele país ou não possuíam os meios de “sobrevivência” e migraram para Foz do Iguaçu (RIBEIR, 2015, p. 159).

Atualmente a UHE Itaipu é reconhecida como a maior usina hidrelétrica do mundo em produção acumulada, “em 2016, a Itaipu Binacional foi a primeira hidrelétrica do mundo a ultrapassar 100 milhões de megawatts-hora (MWh) de geração anual” (ITAIPU, 2017).

No período do governo Lula (2003-2011) as ações de compensação da Itaipu Binacional voltadas as dimensões social e ambiental foram ampliadas. Em 2003, foi inaugurado o Parque Tecnológico Itaipu (PTI) com o propósito de contribuir para o desenvolvimento da região oeste do Paraná, aportando para as áreas de educação, pesquisa, tecnologia, inovação e negócios. Além disso, após a conclusão das obras a usina passou a incorporar e profissionalizar a atividade do turismo tanto do lado brasileiro quanto paraguaio. O turismo do lado brasileiro denominado Complexo Turístico Itaipu é administrado pela Fundação Parque Tecnológico Itaipu e atua com a cobrança de ingressos em oito passeios diferentes. Em 2017, a organização registrou o ingresso de 979.946 pessoas e repassou ao Fundo Tecnológico o valor de R\$ 3.649.773,93⁸⁶. Vale mencionar que em função da usina, o município de Foz do Iguaçu arrecada o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

⁸⁶ Dado divulgado no Relatório Anual de Atividades PTI/2017.

Em síntese, a Itaipu na Fronteira Trinacional alterou de forma significativa a circulação de capital do município e os padrões de produção, gerando uma nova espacialização e ordenamento.

2.3 Parque Nacional do Iguaçu e Parque Nacional do Iguazu

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI) é uma unidade de conservação (UC) criada pelo Decreto Lei nº 1.035 em 1939 do lado brasileiro e em 1934 pela Lei 12.103 foi declarado Parque Nacional, passando a incorporar o patrimônio nacional da Argentina. Abriga uma das mais belas paisagens naturais do mundo, as Cataratas do Iguaçu, o maior remanescente de floresta atlântica da região sul do Brasil e protege uma grande biodiversidade de fauna e flora, numa área de 250.000 hectares⁸⁷. Brasil e Argentina naturalmente se conectam pela área de floresta, pelas águas do Rio Iguaçu e compartilham o objetivo comum de preservação do PNI.

Essa intersecção ganhou importância em 1986 quando a Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (UNESCO) tombou a Unidade de Conservação como Patrimônio Natural da Humanidade. A instituição supranacional realiza acompanhamento anuais nos fatores que ameaçam o patrimônio do Parque Nacional do Iguaçu⁸⁸ e exige que as condições de conectividade entre os Estados sejam mantidas. Essa realidade para Porto-Gonçalves (2006) é um gatilho para abrir as transnacionais, visto que passa da escala local e regional para escala global, processo chama atenção e insere o espaço na globalização.

Para Bonassa (2004) a criação do Parque Nacional é estratégica, pois o principal motivador foi o domínio de fronteiras políticas, num exercício de assegurar a soberania nacional, e a atuar na regulação ambiental no Brasil. Todavia, a relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental ainda era vista de forma incipiente. Avançou-se em 1981, com a criação da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81), que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), integrado por um órgão colegiado, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o qual exigia a obrigatoriedade da elaboração de estudos de impacto ambiental para atividades potencialmente causadoras de danos ambientais. Em 1989,

⁸⁷ Informações extraídas de: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br>; <https://www.parquesnacionales.gob.ar> e <http://whc.unesco.org>. Acessos em: 13 de agosto de 2017.

⁸⁸ Dados disponíveis em: <http://whc.unesco.org/en/soc/2886>

registrou-se outro avanço com a criação do IBAMA. Já em 2007, por meio da Medida Provisória - MP 366/2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para executar ações da política nacional de unidades de conservação.

O Parque Nacional Iguazu foi criado em 1934, com a fundação do Departamento argentino de Parques Nacionais, no ano seguinte foi plenamente incorporado tornando-se o segundo equipamento do gênero no país (PIMENTEL, 2010). O autor destaca o contexto político de criação, semelhante ao Parque na margem brasileira, proveniente de um governo autoritário.

Existía, por cierto, una conducción autoritaria del Estado Nacional [argentino], com una visión orientada a consolidar las zonas de frontera com el desarrollo de obras públicas. [...] Se otorgó gran importancia al desarrollo turístico, orientado en las primeras épocas a turistas de alta clase e internacionales. La propia ley de creación [do Departamento de Parques Nacionales] refería la necesidad de construir obra de equipamiento e infraestructura, orientada al turismo y a la defensa nacional em las zonas de frontera (FRAGAS *apud* PIMENTEL, 2010, p.93)

Com a criação do MERCOSUL em 1991, a PNI ganha importância estratégica em virtude da sua localização, no centro da grande bacia do rio da Prata e do bloco econômico. Assim, o Plano de Manejo (PM) aporta para os futuros impactos que podem ser gerados com o desenvolvimento do MERCOSUL, portanto, considera-o no contexto internacional e da integração sul-americana. O bloco, embora traga em sua gênese o foco econômico, para a esfera ambiental abre “uma nova perspectiva de cooperação ambiental entre os países platinos e favorece programas conjuntos de gestão ambiental fronteiriça”. Em 1992, aconteceu a 1ª Reunião Especializada de Meio Ambiente (REMA), através da Resolução nº. 22/92 “com o objetivo de analisar as legislações ambientais nacionais, concertar políticas ambientais nos quatro países e propor ações de forma integrada”. Em 1994, com o Protocolo de Ouro Preto, é criado o Subgrupo de Trabalho de Meio Ambiente (SGT-6) também com a finalidade de fortalecimento da conservação ambiental⁸⁹. Neste sentido, o bloco avança em 1997, ao estabelecer um marco jurídico com assinatura do "Protocolo Adicional de Meio

⁸⁹ Com criação do MERCOSUL também foram sugeridas a criação da Reserva da Biosfera Binacional de Itaipu, Projeto da Reserva da Biosfera do Rio Paraná, (1994), Projeto da Reserva da Biosfera Internacional da Selva Paranaense (1994), Projeto do Corredor Verde Trinacional (1995). A primeira para mitigar os impactos ambientais gerados pela construção da Itaipu, a instituição sugeriu em 1991 que fosse criada a Reserva da Biosfera Binacional de Itaipu, envolvendo os ecossistemas da área de domínio da Itaipu (239.324ha), o PNI e demais ecossistemas importantes da região. Embora o projeto apresente relevante importância ao converter a primeira reserva brasileiro-paraguaia, a proposta não seguiu adiante (PNI, 2017).

Ambiente ao Tratado de Assunção", que aporta para as UC existentes no território do bloco, através dos artigos:

Artigo 1º: **Os Estados-membros desenharão planos conjuntos para a conservação de áreas naturais protegidas** localizadas em áreas de fronteira e para a localização de áreas naturais protegidas que sirvam de habitat para as espécies migratórias ou que cruzam fronteiras.

Artigo 2º: **Os Estados-membros deverão harmonizar as categorias de áreas naturais protegidas e desenvolver critérios mínimos de manejo e monitoramento das mesmas**, em concordância com os objetivos de conservação que se consiga acordar e

Artigo 3º: Os Estados-membros deverão coordenar a execução de programas de conscientização pública para a conservação de áreas naturais protegidas (Grifo da autora).

Este marco fortaleceu os acordos e programas bilaterais de meio ambiente firmado entre Brasil e Argentina nos últimos anos (PNI, 2017). Embora seja necessário melhorar a integração dos Planos de Manejo e a promoção de fiscalização conjunta, para dissolver as disparidades. Na Argentina ocorre a rigorosa formação de guardas-parques e no Brasil essa atividade fica a cargo da Polícia Ambiental.

No Brasil, a receita dos parques provém, em quase a sua totalidade, do orçamento geral da União. As UC's têm direito a pelo menos 50% dos recursos arrecadados com o ingresso pago pelos visitantes (Lei 7875/1989).

Desde o primeiro edital, em 1998, para concessão das operações comerciais do PNI do lado brasileiro, o Grupo Cataratas atua. De acordo com último estudo do IPEA⁹⁰ (2001), o PNI fica atrás apenas do Parque Nacional da Tijuca no RJ em número de visitantes. Além disso, seus valores econômicos e ecológicos são estimados em mais de R\$ 700 milhões anuais. A pesquisa realizada em 2000, quando o PNI recebia 800 mil visitantes, calculou movimentação de R\$ 88 milhões com turismo regional por ano. Vale dizer que aos municípios vizinhos são repassados cerca de R\$ 10 milhões anuais em ICMS Ecológico.

Na Lei nº. 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional das Unidades de Conservação está previsto que os recursos obtidos pelas UC's do Grupo de Proteção Integral mediante a cobrança de taxa de visitação e outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade serão aplicados da seguinte forma: I - até 50% e não menos que 25%, na implementação, manutenção e gestão da própria unidade; II - até 50%, e não menos que 25%, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo; e III - até 50%, e não menos que 15%, na

⁹⁰ Realizado por ORTIZ et al., 2001.

implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral. Ocorre que na concessão, “é repassado ao Ibama, via orçamento da União, um valor equivalente a 3% do faturamento bruto de todas as unidades desse contrato” (BNDES, 2006).

De acordo com o estudo, a arrecadação do Parque Nacional do Iguaçu:

No período de 2001 a 2005, o Ibama arrecadou de receita, somente com os ingressos, os seguintes valores, já deduzido o repasse para a Cataratas S.A.: em 2001, R\$ 2 milhões; em 2002, R\$ 2,8 milhões; em 2003, R\$ 6 milhões; em 2004, R\$ 7,7 milhões; e em 2005, R\$ 8,7 milhões. Em 2005, a Cataratas S.A. teve uma receita bruta total de R\$ 22,6 milhões e repassou em torno de R\$ 1,4 milhão à União (esse 192 Concessão de Serviços e Atrativos Turísticos em Áreas Naturais Protegidas valor não inclui a receita da bilheteria anteriormente descrita). A empresa tem 210 funcionários e 50 terceirizados (BNDES, 2006).

As outras empresas que desempenham atividades comerciais no PNI, como Ilha do Sol, repassam a União, o valor fixo mensal de R\$ 60 mil reais e já a empresa Macuco Ecoaventura repassa 3% do seu faturamento (BNDES, 2006). O último dado divulgado pelo Governo Federal informou que a arrecadação por meio de ingressos acumulada até 31/10/2015 foi de R\$ 9.346.491,1. O impacto direto na localidade se dá apenas pela geração de emprego, pela arrecadação de impostos e da taxa do Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística do Iguaçu (Fundo Iguaçu). Trata-se de uma iniciativa municipal instituída em 2010 por entidades públicas e privadas que recolhem um percentual do valor dos ingressos nos atrativos turísticos locais e canalizam os recursos em projetos locais com foco no turismo.

Em 2014, a empresa norte americana Advent Internacional passou a compor a empresa Grupo Cataratas S.A.⁹¹ ao adquirir 50% da empresa, concessionária do Parque Nacional do Iguaçu. Essa mudança trouxe alteração no processo de gestão que merece ser debatida em outro momento. O hotel dentro da área do Parque pertence a uma rede transnacional com sede em Londres, chamada Belmond Hotéis.

Na Argentina a concessão do Parque foi repassada à uma empresa privada, Carlos Enríquez S.A/ Iguazú Argentina S.A, para exploração dos serviços turísticos desde 1995. De acordo com a regulamentação, a distribuição dos recursos advindos dos ingressos deve obedecer a seguinte distribuição: 27,5% do total para a

⁹¹ Empresa também administra o Parque Nacional de Fernando de Noronha, Tijuca no Rio de Janeiro, Aquário do Pantanal e o Marco das Américas, outro atrativo turístico em Foz do Iguaçu.

Administração dos Parques Nacionais; 7% do total para o governo da Província de Misiones, 3,5% do total (ou 50% de 7% de da Província) é destinada o Ente Municipal de Turismo de Iguazú (ITUREM). O restante (62,5%) é para Iguazú Argentina S.A., atual empresa concessionada. As duas empresas (do lado brasileiro e argentino) justificam que fizeram muitos investimentos no melhoramento das infraestruturas dos parques. Em 2015, após os registros no aumento no número de visitantes, o poder público solicitou relatórios ao Instituto Chico Mendes com intenção de comprovar o cumprimento da Lei Federal 9.985/00 regulamenta que, a arrecadação anual deverá ser revertida em até 50% para a melhoria da infraestrutura ofertada aos visitantes e/ou na própria unidade de conservação⁹². Na Argentina, não é de hoje que o município não aceita a forma como está dada a distribuição dos recursos, como exposto mais adiante.

A grande questão que se apresenta é que estamos diante de uma realidade moldada pelo neoliberalismo ambiental. A partir do momento que se incorpora a natureza, um bem comum ao ser humano, como riqueza para servir ao capital, outro significado é posto sobre esse bem natural. A natureza passa ser mercantilizada, confronto acionado pela globalização, que priva o acesso, e “privar é tornar um bem escasso” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.289), lógica que fundamenta o capital, uma vez que se nutre pela mais valia, e faz valer o que for de interesse.

(...) o período atual, de globalização neoliberal, difere dos outros períodos que lhe antecederam pela especificidade do desafio ambiental que lhe acompanha e que, também o constitui. Afinal, até os anos de 1960, a *dominação da natureza* não era uma questão e, sim, uma solução - o desenvolvimento. É a partir desse período que se coloca explicitamente a *questão ambiental* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 51, grifos do autor)

O autor critica a própria origem do termo cunhado pela geopolítica ambiental para descrever a relação com a natureza: desenvolvimento sustentável. Ao destrinchar a palavra DES-envolvimento, nota-se que se retira o envolvimento, isto é, a autonomia do povo, é um crescimento sem envolvimento. Neste sentido, o autor ressalta que as políticas ambientais servem a lógica econômica e a prática de criação de UC's é parte da expressão do neoliberalismo, visto que os países desenvolvidos usam os periféricos para pagar pelos impactos ambientais (PORTO-GONÇALVES,

⁹² Disponível em: http://www.cmfi.pr.gov.br/noticias_detalhes.php?&ID=Nzg1. Acesso em 25 de abril de 2018.

2006).

Em relação ao fluxo de visitação dos parques observa-se constantes aumentos. Na Argentina, o número de visitantes entre 1980 a 1995 chegava a 350.000 pessoas/ano, enquanto no mesmo período no Brasil, atingia cerca de 800.000 pessoas/ano. A década de 90, a paridade cambial entre o Peso e o Dólar causou uma recessão histórica, que impactou na falência de empresas em Puerto Iguazu. Em 2001, no ápice da crise, o governo adotou ações de restrição ao comércio brasileiro, e a cidade de Puerto Iguazu buscou por meio do turismo levantar-se uma vez que reformou o Cassino para atrair visitantes e implantou o Free Shop.

O gráfico 1 mostra a variação no período de 2000 a 2011 no ingresso de visitantes do Parque brasileiro e argentino. Nota-se que maior disparidade no número de visitantes entre os países nos anos 2000 a 2002, período da crise econômica na Argentina (Tabela 3).

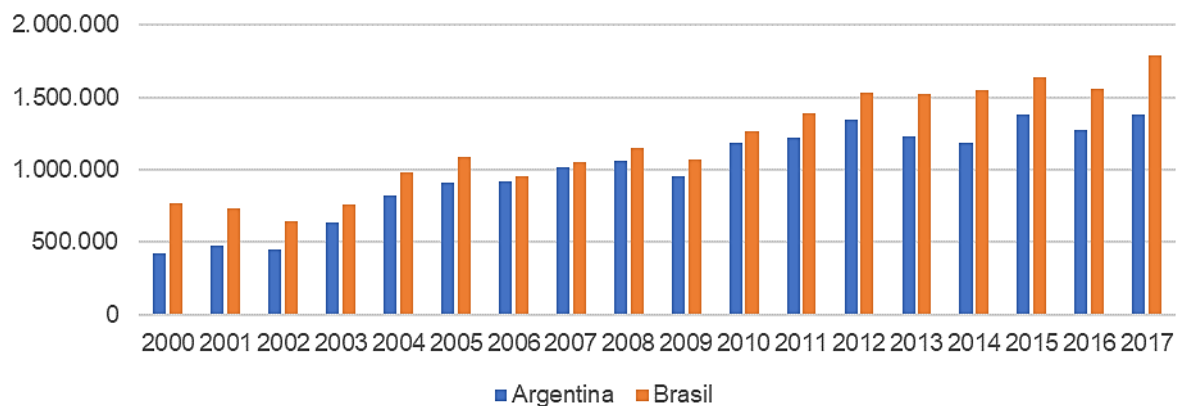
Tabela 3 - Visitantes PNI Brasil e Argentina (2000 a 2003).

País/ Ano	2000	2001	2002	2003
Argentina	420.000	481.444	452.758	637.717
Brasil	767.157	735.775	645.832	764.709

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos de PMFI (2018); Ministério del Turismo de Misiones.

Após os maiores efeitos da crise, o número de visitantes entre os parques oscilou com menos diferença, como demonstrado no Gráfico 02.

Gráfico 2- Comparativo no número de visitantes.

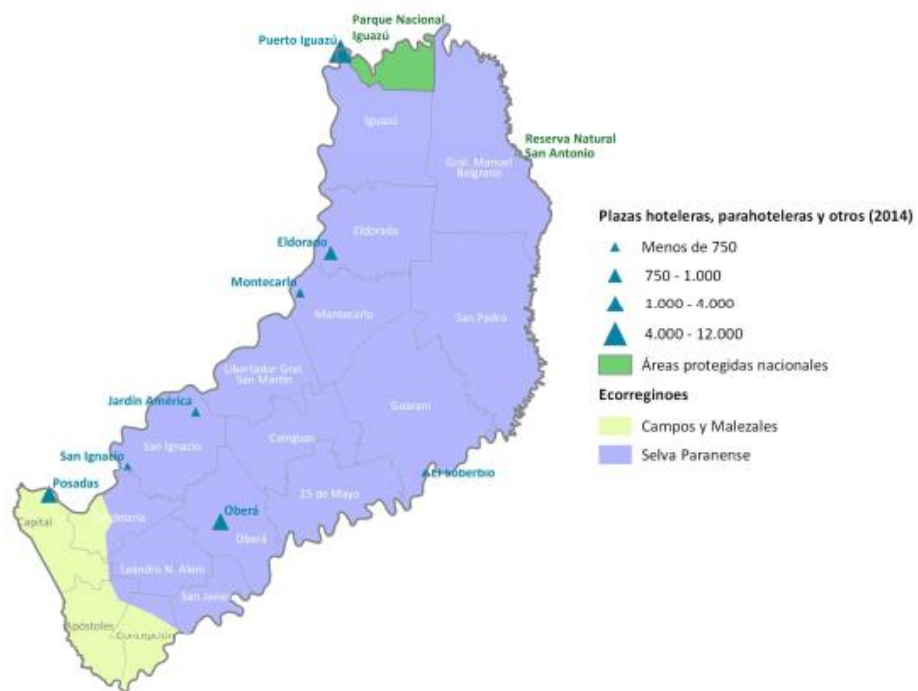


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados em PMFI (2018); Ministério del Turismo de Misiones e Plan de Gestión Parque Nacional Iguazú (Período 2017 - 2023).

Em 2003, o governo municipal argentino criou mecanismos para atrair

investidores externos para o turismo e o local assistiu à implementação de políticas públicas orientadas pela internacionalização do capital. Diante dos incentivos fiscais, e outros benefícios consentidos aos inversores estrangeiros, autores apontam que as governanças locais constituíram um Proyecto Turístico-Transnacional (PTT) (HERNANDÉZ, 2005 *apud* GONZÁLEZ et al, 2017). A área periurbana de Puerto Iguazu, denominada Reserva Yriapu 600 hectares, é parte desse processo e da especulação imobiliária. Trata-se de uma porção de terra pertencentes as comunidades Mba Guarani onde “*se instalaron mega-empresimientos hoteleros a partir del proceso de transferencia de tierras fiscales del Estado nacional a la esfera provincial posibilitando la concreción de un polo turístico*” (GONZÁLEZ et al., 2017).

Figura 10- Mapa da cadeia do turismo em Misiones (AR).



Fonte: INFORME, 2016.

Segundo dados da província de Misiones, 50,1% dos hotéis e outros empreendimentos de venda de pernoites concentram-se na cidade de Puerto Iguazu, seguido de 50,5% dos restaurantes. Em relação aos empregos, na província, em 2015, registrou-se 4.162 pessoas empregadas na hotelaria e restaurantes, o que corresponde a 3,7% do total de emprego formal da província. A remuneração média nessas áreas é de \$ 8.440 pesos (equivalente hoje a R\$ 1.252,00), o que corresponde

a 80% da média das remunerações praticadas na província (INDEC, 2015). De fato, ao analisar os dados dos informes produtivos de Misiones, em comparação a agricultura, a mineração e indústrias, a atividade do turismo é a mais expressiva na cidade de Puerto Iguazu (Figura 14).

O Parque Nacional do Iguazu é o principal atrativo turístico da cidade, e um dos mais visitados no país, sendo responsável por 35,8% do total de ingressos dos Parques nacionais argentinos (INDEC, 2017). De acordo com registros, o parque argentino recebe mais turistas nacionais (57%), seguido de 33% de estrangeiros e 10% de habitantes de países membros e associados do MERCOSUL. Em 2016, dentre os visitantes procedentes do MERCOSUL, 84,49% eram brasileiros, 7,98% paraguaios, 7,17% uruguaios e 0,36% venezuelanos. Já os registros disponíveis no Brasil mostram a procedência apenas diferenciando brasileiros de estrangeiros. Em 2017, 55% dos visitantes eram brasileiros e 45% estrangeiros (PMFI, 2018).

Tabela 4 - Total de visitas segundo a procedência.

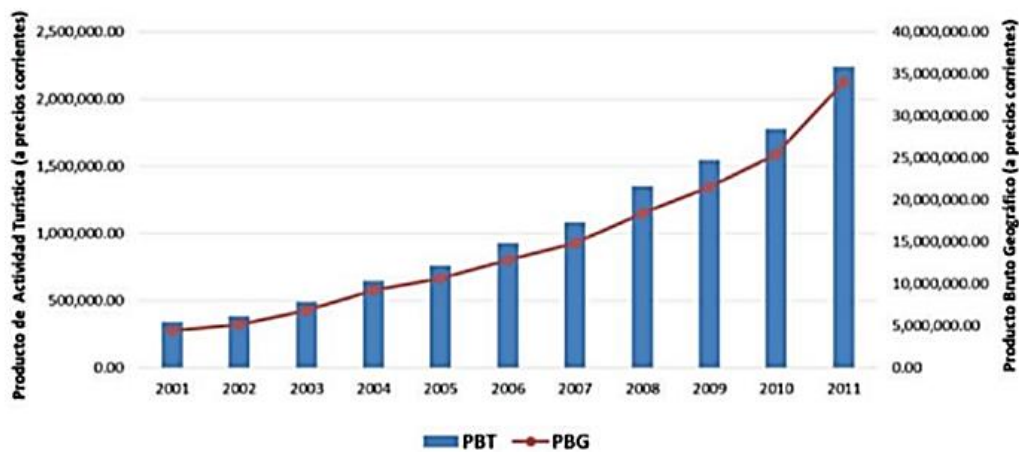
	Estrangeiros	Mercosul	Argentina	Total
2001	187.762	24.074	269.608	481.444
2002	172.048	27.165	253.545	452.758
2003	241.560	38.737	357.420	637.717
2004	326.021	42.881	451.553	823.455
2005	389.902	53.893	468.318	912.113
2006	383.148	51.607	487.984	922.739
2007	385.536	64.086	568.745	1.018.367
2008	402.910	76.470	582.748	1.062.128
2009	341.257	78.550	532.378	952.185
2010	344.260	114.167	730.568	1.188.995
2011	351.314	130.080	742.859	1.224.253
2012	349.930	142.237	857.637	1.349.804
2013	348.104	148.177	730.340	1.226.621
2014	368.987	169.684	649.894	1.188.565
2015	367.037	200.952	813.748	1.381.737
2016	343.298	190.476	738.254	1.272.028
Total	5.303.074	1.556.236	9.235.599	16.094.909

Fonte: Ministério de Turismo de Misiones (AR)

O gráfico 03 mostra a evolução do Produto Bruto Geográfico (PBG) cresceu

proporcionalmente a atividade econômica do turismo e viagens. Outro dado mostra que a contribuição dessas atividades é expressiva na hotelaria com 98%; seguido de 15% em restaurantes, bares e confeitarias; 15% em transporte e comunicações; 10% no comércio, entre outros.

Gráfico 3- Evolução do Produto da atividade turística e do PBG de Misiones (2001-2011).



Fonte: Anuário Estatístico de Turismo de Misiones, 2016.

2.4 Os efeitos das intersecções

Os três fatores históricos apresentados são fases e representações da Fronteira Trinacional do Iguazu que demonstram aspectos da integração. Entende-se a integração como um processo e não fim.

Enquanto Brasil e Argentina canalizavam seus esforços para a industrialização⁹³ e estabeleciam, como medida de proteção, o aumento dos impostos sobre produtos direcionados à industrialização nacional, o Paraguai reduzia os custos das importações como meio para fomentar o desenvolvimento industrial, mas baseado na substituição de importações. O governo paraguaio usou a equação estratégica de atuar na regulação nacional e na abertura da economia, uma vez que a regulação e mercado crescem juntos (POLANYI, 2000). No entanto, isso implica diretamente no processo de autonomia política, tema debatido por Briceño (2012), visto que não age

⁹³ Orientação da CEPAL na década de 50, fase em que “la integración es concebida como un mecanismo para promover la transformación productiva regional, a través de la industrialización” (BRICEÑO, 2012, p.30).

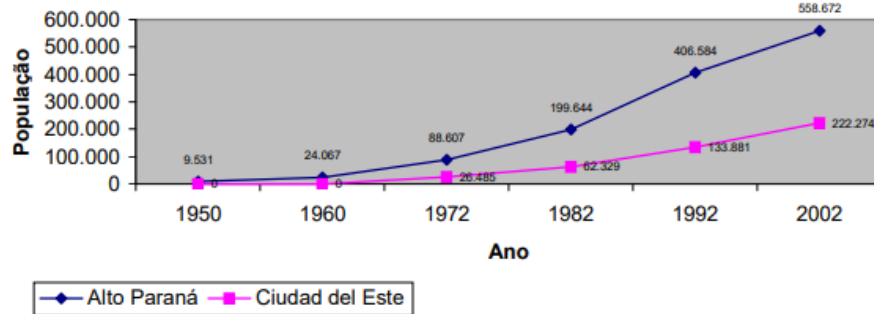
no fortalecimento interno e gera dependência externa. Também, ao regular uma Zona Franca, o Paraguai atuou diretamente na composição de um novo arranjo que configurou o território para atender a finalidade que se propôs, tornando-se um espaço transnacional.

Como prática a transnacionalização se apoia nas máximas do neoliberalismo para atuar no território de países periféricos. Esse uso corporativo do território (SANTOS, 1997) é viabilizado pelo processo de mundialização do capital, que obriga os lugares a se adequarem pelo simples uso do poder, considerado por Raffestin (1993, p.7) como chave dos processos, pois “em toda relação circula o poder que não é nem possuído em adquirido, mas simplesmente exercido”. Assim, a mundialização do capital fortalece a inserção desigual nos círculos de produção e altera diretamente a organização espacial.

Neste sentido, um apontamento interessante da dinâmica do polo comercial de CDE é apresentado Sahlins (2004) *apud* Pinheiro-Machado (2009, p.21) que atribuiu ao mercado cantonês, tanto do passado como o moderno, a habilidade de quebrar com a verticalidade “centro-periferia”, na medida em que a “rota China-Paraguai- Brasil e os bilhões de dólares que movimenta, portanto, envolve um percurso ‘sul-sul’ que não corre do centro hegemônico à periferia, mas produz um fluxo entre a própria periferia”. A teoria centro-periferia contribui com o entendimento do quão é necessário a soma das forças para lidar/lutar no sistema internacional (GUIMARAES, 2007).

Identificou-se que as relações bilaterais entre Paraguai e Brasil não se limitaram a construção da UHE Itaipu. O governo brasileiro colocou à disposição do Paraguai as instalações portuárias, o Paraguai abriu seu espaço para apropriação agrícola e, as relações translocais foram latentes. O Paraguai absorveu pessoas e gerou trabalhos mesmo que vinculados ao contrabando, gerou fluxos e junto com construção da UHE e consolidação do PNI promoveu alterações no território.

Gráfico 4- Evolução da população de Alto Paraná e CDE.



Fonte: Cardin, 2010.

Os dados mostram crescimento significativo da população de CDE e do Departamento, com maior variação nas décadas de 1972 a 1992, fase de consolidação do polo comercial da cidade. Para o autor a rota internacional que o país se inseriu para escoamento de seus produtos agrícolas, a construção da UHE Itaipu e crescimento acentuado do comércio internacional são os fatores responsáveis por essas variações. E pontua que as relações entre os países tiveram tamanha consistência e importância que influenciaram o crescimento populacional da região, sendo, portanto, “um fator nas variações demográficas” (CARDIN, 2010, p.6).

Conforme se dava o crescimento em Alto Paraná, identificou-se que 1982 o setor primário era o mais importante para população economicamente ativa, concentrando 46%, seguido de 25% do setor de serviços e 18% da indústria. Já em 1982, o setor terciário passa a responder por 43%, cresce para 58% em 2002 e 64% em 2002, enquanto o setor primário caiu para 13% em 2002⁹⁴.

Essas variações também ocorrem em Foz do Iguaçu. Na década de 70, o setor primário era responsável 45,9% da mão de obra empregada, seguido pelo setor terciário com 43,2% e secundário com 10,9%. Em 1980, com a construção da UHE Itaipu, ocorre a drástica redução do setor primário para 7,5%, aumento do setor secundário para 35,6% e do terceiro setor para 56,7%. Para Darcsouza (2009) o crescimento desses últimos também é atribuído a construção. O terceiro setor é registrado em 2003 com 59,9%.

O quadro abaixo mostra o acréscimo de habitantes em Foz do Iguaçu em função dos ciclos econômicos. Nota-se que a construção da UHE Itaipu entre as décadas de 70 e 80 foi expressiva, seguida da exportação e do turismo de compras

⁹⁴ Atlas Demográfico do Paraguai (2012).

(1980 a 1995) com crescimento e o aumento também expressivo entre 1995 a 2008, com solidificação dos serviços de turismo.

Tabela 5 - Acréscimo de habitantes em função dos ciclos econômicos.

Período	Ciclo econômico	Acréscimo Populacional
1870/ 1970	Extração de Madeira e Cultivo de Erva Mate	33.966
1970/ 1980	Construção da Usina de Itaipu	102.355
1980/1995	Exportação e Turismo de Compras	74.861
1995/2008	Comércio, Turismo de Compras e Eventos	108.007

Fonte: PMFI, 2011.

Assim, consolidou-se na fronteira trinacional, um espaço de fluxos, onde as confluências das inter-relações geraram um espaço urbano contínuo. Foz do Iguaçu e Ciudad del Este não estão diretamente ligadas e dependente da lógica de produção regional baseada no agronegócio⁹⁵. Puerto Iguazu tem uma economia voltada propriamente para o turismo que se nutre da interdependência da posição geográfica transfronteiriça uma vez que 69% do PIB da província de Misiones provém do setor de serviços, seguido de 22% do setor secundário e 9% do setor primário (DINREP, 2013).

É fato que o Parque Nacional do Iguaçu abriga uma paisagem natural única capaz de atrair muitas pessoas, no entanto, embora esteja na memória dominante o entendimento de que o turismo é atividade econômica mais importante da cidade, foram processos históricos anteriores que fecundaram o contexto para a convergência dos fluxos dessa atividade.

A construção da UHE Itaipu fortaleceu as condições da principal rota terrestre de acesso (BR 277), que servia de base para deslocamentos das peças da usina, obras de infraestrutura como a construção das pontes da Amizade e Fraternidade, bem como a formação do polo comercial de CDE que somada ao inchaço de crescimento urbano provocado por Itaipu influenciou na ampliação no número de voos diretos nas três cidades, as estradas de apoio e no sistema produtivo do turismo (hotéis, agências, restaurantes, entre outros).

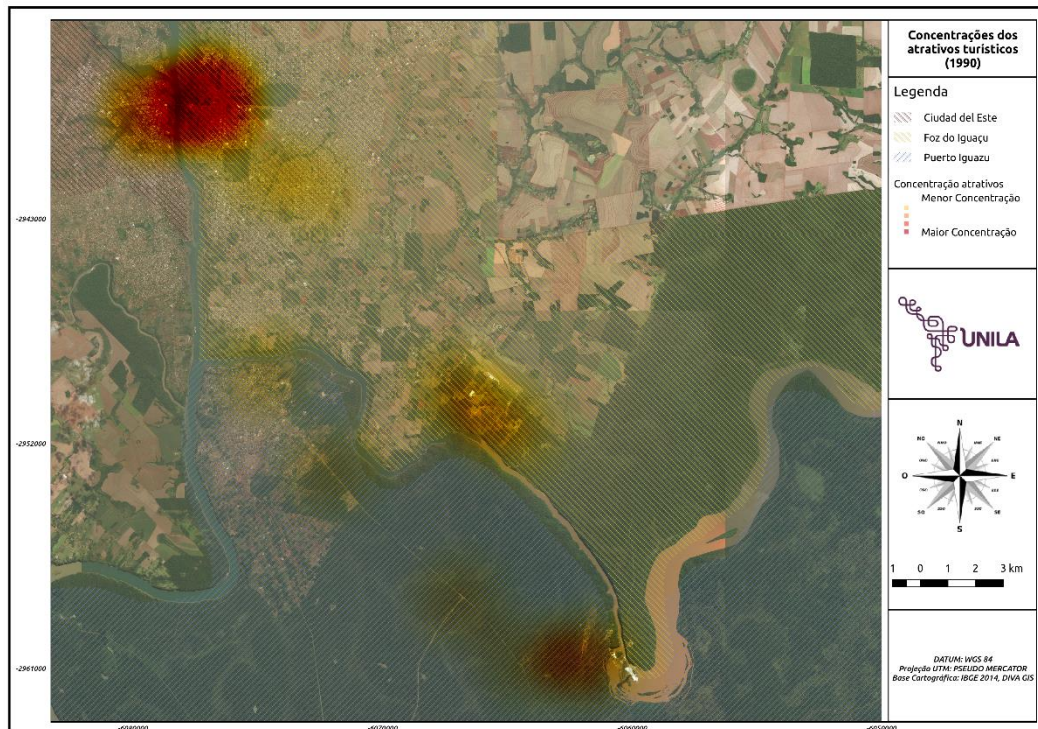
Os argumentos acima confluem com as considerações da autora Darc

⁹⁵ De acordo com estudos de Fabio Luis Barbosa dos Santos sobre a Problemática Brasileira e os Dilemas da Influência Regional Brasileira (2014) e artigo de Rosa Moura e Nelson Ari Cardoso sobre a aglomeração transfronteiriça: integração regional ou Constituição de um enclave.

Souza (2010) que ao analisar a importância do turismo para Foz do Iguaçu desconstruíram a ideia de vocação turística da cidade. Para ela, tal argumentação serviu para direcionar recursos públicos aos interesses dos empresários do setor. Ainda admite a relevância da atividade econômica do turismo na empregabilidade, mas alerta para os baixos salários praticados pela mesma. Em contato com o SINDHOTÉIS constatou-se a base salarial das seguintes profissões: R\$ 1.200,00 (Camareira); R\$ 1.400,00 (agente de viagens) e R\$ 1.500,00 (recepcionista). Estas, em comparação ao atual salário mínimo no Estado do Paraná (R\$ 1.223,20⁹⁶), são base salariais baixas.

Ainda olhando para os efeitos pode-se destacar a especialização do turismo da Fronteira Trinacional do Iguaçu materializada nos equipamentos turísticos das três cidades⁹⁷. O mapa abaixo (Figura 17) apresenta por onda de calor a concentração dos equipamentos turísticos na década 90. Considera-se os shoppings de CDE como atrativos.

Figura 11- Localização dos equipamentos turísticos na década de 90.

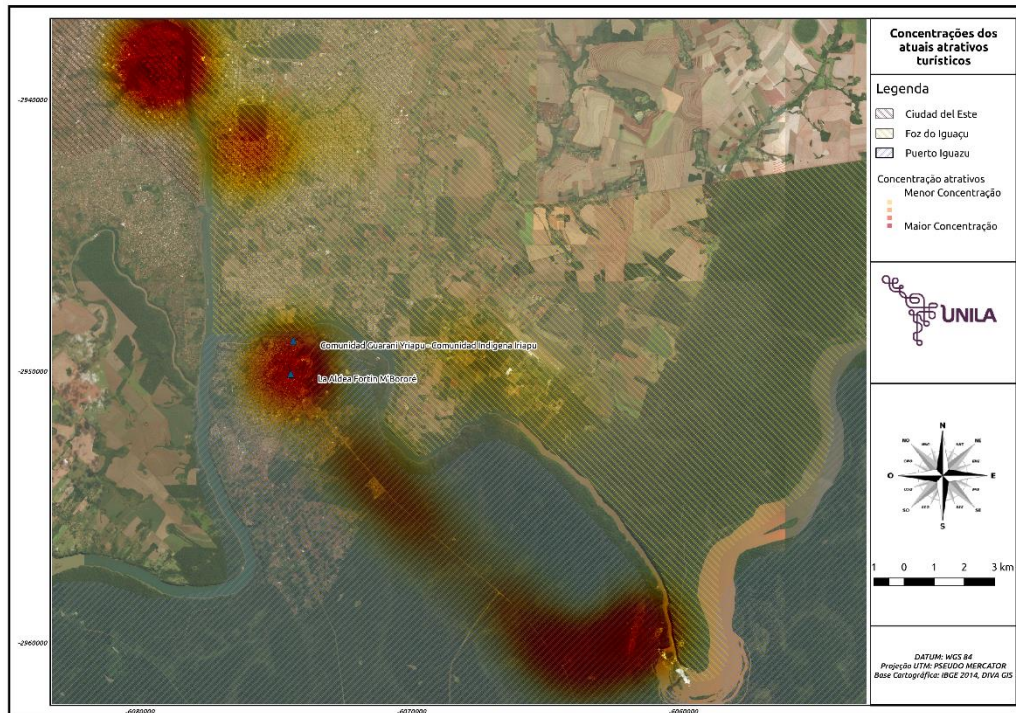


Fonte: Elaborado para a pesquisa

⁹⁶ Disponível em: salariminimo2018.com.br. Acesso de 01 de maio de 2018.

⁹⁷ Como pontuei, não obtive dados da oferta turística desvinculados de Misiones e Alto Paraná. Não obtive dados dos aeroportos de CDE e PI em anos anteriores.

Figura 12- Localização dos equipamentos turísticos em 2017.



Fonte: Elaborado para a pesquisa.

Em contraste, a Figura 18 mostra a atual concentração dos empreendimentos e sinaliza a localização de duas comunidades indígenas guaranis, localizadas em pleno espaço de interesse turístico. Abaixo seguem dados do número de equipamentos turísticos.

Tabela 6 -Equipamentos turísticos na Fronteira Trinacional do Iguazu.

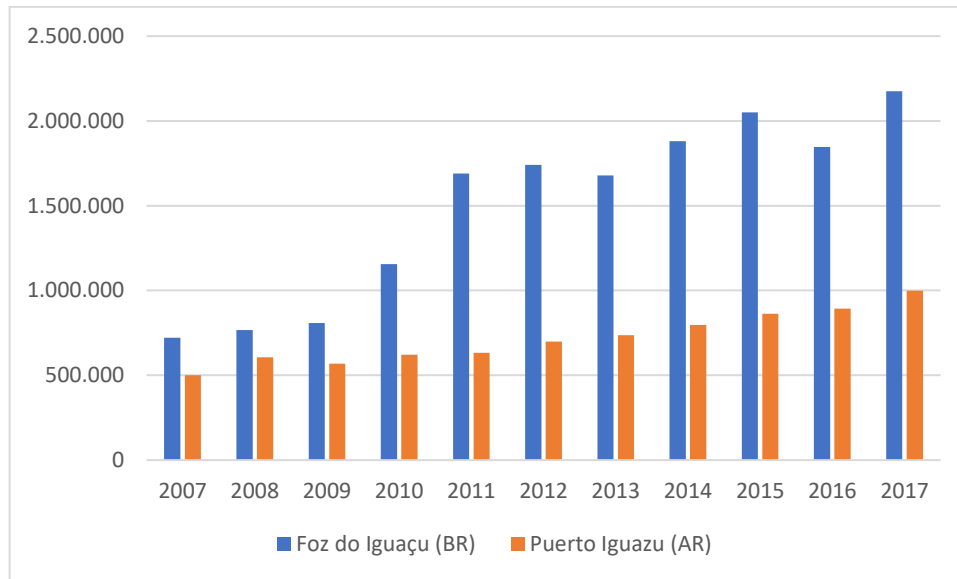
Empreendimentos	Foz do Iguazu	Puerto Iguazu	Alto Paraná
Hotéis	161	301*	76
Restaurantes e Bares	250	-	-
Agências de Viagens	232	104	49
Atrativos turísticos	50*	20	-
Empresas de Taxi	2	-	-
Shoppings Centers	2	-	30
Outros	0	33	-

*Em Puerto considera-se o número de 301 empreendimentos entre hotéis e restaurantes.
Fonte: PMFI, 2016; Ministério de Turismo de Misiones; ACATI; SENATUR.

Quanto aos fluxos dos aeroportos, observa-se que na atualidade, juntos os três aeroportos movimentaram em 2017, mais de 3 milhões de embarques e

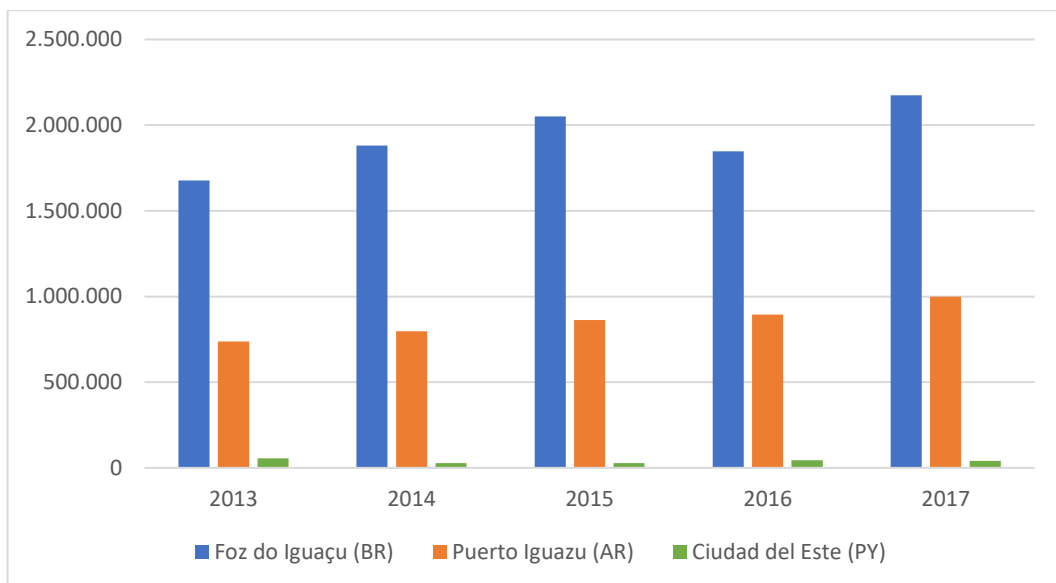
desembarques. Abaixo segue comparativo do período de 2007 a 2017, onde nota-se maior fluxo no aeroporto brasileiro. Vale dizer que o aeroporto de Puerto Iguazu está passando por reformas para captar novos voos e, inclusive estão usando a base do aeroporto de Foz para manter as operações⁹⁸.

Gráfico 5- Comparativo de fluxo do aeroporto Foz e PI (2007-2017).



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da PMFI, 2016; Ministério de Turismo de Misiones.

Gráfico 6- Comparativo de fluxo do aeroporto Foz, PI e CDE (2013-2017).



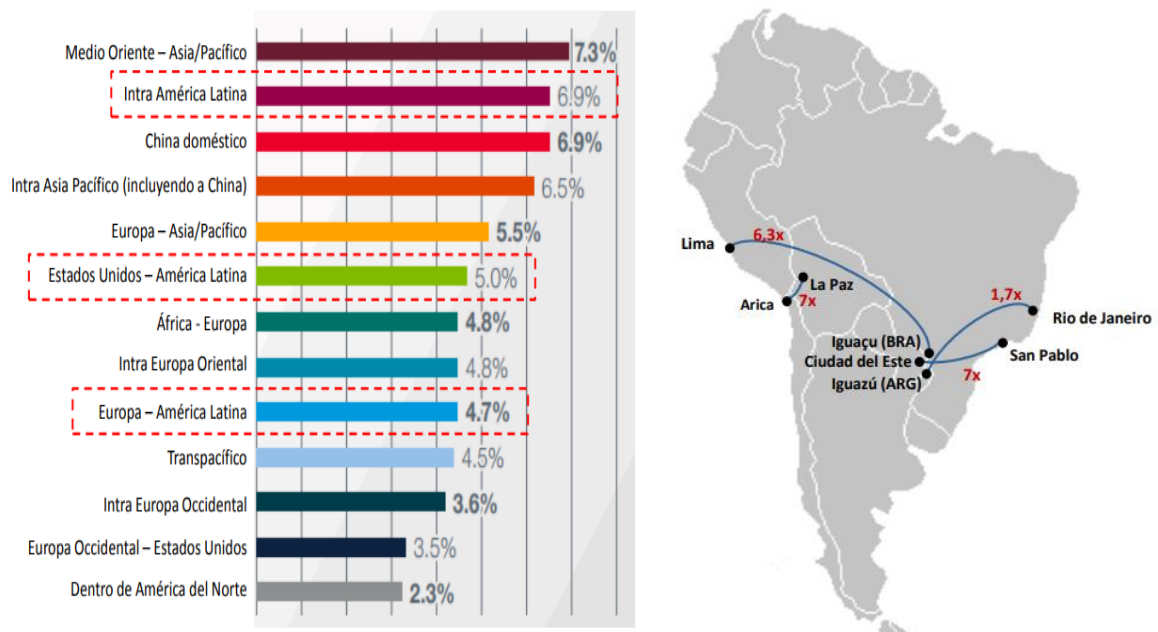
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da PMFI, 2016; Ministério de Turismo de Misiones.

⁹⁸ Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/curtas-do-mtpa/7026-aeroporto-de-foz-do-igua%C3%A7u-absorve-temporariamente-voos-de-puerto-iguaz%C3%BA,-na-argentina.html>. Acesso em 20 de maio de 2018.

A existência de três aeroportos próximos destaca-se como um ponto de deficiência da integração dos países, uma vez que para os autores, isso promove competição, como segue: “A triplicidade de infraestruturas, como rodovias paralelas, aeroportos (na região existem três aeroportos internacionais em um raio inferior a 70 km), hospitais, estabelecimentos de ensino, entre outras, é uma prova dessa concorrência, que resulta no desperdício de recursos públicos” (MACHADO, 2005 *apud* CARNEIRO, 2014).

Olhando para atual futuro dos fluxos aéreos na América Latina, a imagem do mapa ao lado representa os atuais aeroportos fronteiriços com voos regionais regulares (2014). Segundo estudo do BID (2014), a América Latina é a região com maior número crescimento de fluxos de voos esperados para os próximos 20 anos.

Figura 13- Aeroportos fronteiriços com voos regulares (2014) e perspectiva de voos (2013-2032).



Fonte: BID/IIRSA, 2012.

3 AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO

Todo esse contexto gerou uma ocupação do território voltada para a fronteira, configurando uma dinâmica própria que resulta da crescente interdependência entre os países, uma característica lida como *efeito-fronteira* (CLAVAL, 1979). Emerge desse efeito as interações espaciais, ampliadas nos ciclos econômicos da região, que aos poucos se materializaram no espaço. A produção do espaço urbano foi influenciada pelos três fatores de intersecção. Juntos produziram condicionantes que reverberam até hoje na dinâmica regional e são chaves para entender a integração, pois como esclarece Corrêa (1989, p.8): “o espaço da cidade é também uma condicionante da sociedade. O condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem desempenham na reprodução das condições de produção das relações sociais”.

As aglomerações urbanas que se formaram nas bordas não tiveram no turismo o principal indutor, esse se vinculou posteriormente, e chegou como indutor do ordenamento cunhado num forte senso comum onde entende-se que este é a “vocação da cidade”. A atividade passa a privilegiar espaç os. Por exemplo, Puerto Iguazu   a cidade mais depende da economia do turismo, e a partir da Lei de Invers es Estrangeiras (Lei 21.283 – Decreto 1853/93), que concedeu as empresas estrangeiras os mesmos direitos dados as empresas nacionais, houve aumento de empresas transnacionais instaladas no país. Essa foi uma prática estimulada para dar conta da conjuntura do país (pagamento da d vida externa, dinamizaç o da economia, etc). Em Puerto Iguazu:

Esta situación tiene su inicio en Puerto Iguazú con la adquisición del Casino Provincial, el primero en ser privatizado en la Provincia en 1994 y vendido posteriormente al grupo HCI S.A del empresario estadounidense James Sasha que amplio las inversiones al área hotelera. La venta en 1999 del emblemático Hotel Internacional Iguazú a la firma Stawood, cre  un enclave de exclusividad bajo dentro del Parque Nacional Iguazú. En el a o 2000, esta misma empresa obtuvo la adjudicación de explotación por 20 años del ex Hotel del Instituto de Previsión Social (IPS), localizado en un punto estratégico de la ciudad. (La Nación, 1999; La voz de Cataratas, 2011; La voz de Cataratas Turismo, 2015 *apud* GONZALEZ *et. al*, 2017).

A cidade enfrenta problemas de falta de espaç o. O crescimento considerável da população urbana que na década de 80 representava 89% com 9.151 pessoas, triplicou na década seguinte (27.984 pessoas), o que culminou em 96% da

população urbana. Esse número cresceu em 2001 para 98% (Tabela 7). Isto provocou a “*expansión desordenada y ocupación de áreas desfavorables, contaminación por falta de servicios básicos como agua potable, cloacas, desagües, servicio de recolección de basura*”. A Figura 22 evidencia as alterações no espaço, especialmente nas áreas de floresta. Segundo registros, grupos vulneráveis ocuparam terras de forma ilegal, diante da necessidade e da negligência do poder público (CAMARATA, 2008).

Tabela 7- População urbana e rural em Puerto Iguazú do período de 1980-2001

Censos Nacionais	Pop. Urbana	Pop. Rural	P U%	P R %
Puerto Iguazú 1980	9.151	1.147	89%	11%
Puerto Iguazú 1991	27.984	1.116	96%	4%
Puerto Iguazú 2001	31.515	523	98%	2%

Fonte: Cáceres, 2012.

Figura 14- Imagem área de Puerto Iguazu na década 1980, 1990 e 2010.



Fonte: Google Earth.

Os resultados desse processo geraram problemas básicos de acesso a água, energia elétrica e saneamento de esgoto, sentidos ainda hoje. Em época de alta temporada, os hotéis e outros equipamentos turísticos competem com os moradores pelos insumos básicos (CAMARATA, 2008). Essa situação de degradação ambiental de alguns pontos da população confronta o marketing propagado de um destino de ecoturismo (GONZALEZ *et al*, 2017). Além disso, a área do município é limitada pelo Parque Nacional do Iguazu.

Outro efeito que está associado a integração promovida pelo turismo é o impacto desse processo para as comunidades indígenas. O Projeto Iriapú 600 hectares em Puerto Iguazu, lançado em 2003, deu vazão para configurar um espaço de inversões globais do turismo pela hotelaria que se apoiam na argumentação da natureza como atrativo, e usufruem do acesso privilegiado ao Rio Iguazu, concedendo ao mercado a decisão sobre uso do espaço.

desde el punto de vista del inversionista, la provincia dispone de un área espectacular que se denomina 600 hectáreas, y que limita con el Parque Nacional Iguazú, el Río Iguazú y la ruta nacional N° 12. Dentro de ese espacio hay posibilidades para el sector privado. En función de una regulación que se realizó oportunamente, se puede optar por distintas opciones. Los requisitos son: el inversionista debe tener know how y presentar un proyecto realizable. Después la Provincia lo evalúa y aprueba. Cuando ya se completó la inversión, se otorga la propiedad del lugar. No son las únicas inversiones que admite la Provincia: en el centro de Iguazú, a 10 km de las Cataratas, también hay espacio para otros servicios, como centros de convenciones, canchas de golf, centros de gastronomía (DIECKOW *et al*, 2008 *apud* GONZALEZ *et al*, 2017).

Uma pesquisa realizada em 2012, aponta que os produtos turísticos mais vendidos são em Puerto Iguazu são: Cataratas (42,86%), Ecoturismo (26,19%), Turismo cultural (14,29%), aventura (9,52%), turismo rural (4,76%) e outros (CÁCERES, 2012).

Os equipamentos turísticos e as interações espaciais (sinapses) canalizadas pela atividade produziram um espaço hiperespecializado do turismo-Cataratas e turismo-Compras. Puerto Iguazu se conecta com o primeiro, associa fortemente o destino à ecologia e inclui as comunidades guaranis como atrativos turísticos. A cidade apresenta grande oferta de restaurantes e, especializou-se nesse nicho, tanto que é comum agência de viagens brasileiras venderem esse serviço (jantar na Argentina). O gasto do turista fica direcionado a hotelaria, restaurantes, atrativos e outros, conforme pontuado anteriormente.

A pesquisa realizada por telefone com cinco maiores agências de viagens receptoras⁹⁹ de Foz do Iguazu, apontam os passeios mais vendidos são o transporte de compras para o Paraguai, Cataratas Brasil e Cataratas Argentina e Parque das Aves. Essa informação chamou atenção uma vez que as compras no Paraguai têm forte representação comercial entre os passeios vendidos pelas agências. A pesquisa

⁹⁹ As empresas não serão identificadas. Não foi possível obter dados em percentuais de cada agência, todas elegeram a ordem de venda dos passeios.

da Secretaria Municipal de Turismo não traz clara a informação sobre a motivação de viagens, pois a dividem entre turismo e negócios, não apontando especificamente a motivação. Em 2016, registraram que 80,4% tinham como finalidade o turismo. Para complementar, uma pesquisa realizada pela UDC (2017), apontou que 42,5% dos visitantes indicaram como o maior motivo da viagem as compras no Paraguai, em seguida o turismo foi apontado contabilizando 37,9%.

Foz do Iguaçu se apropria da proximidade com os países vizinhos e vende essa localização como atrativo turístico (Compras Paraguai; Cataratas Argentina; Noite na Argentina). A cidade ainda serve como cidade dormitório aos turistas, uma vez que a prática de dormir em Foz para fazer compras no Paraguai ainda é expressiva, embora CDE venha se posicionando competitivamente neste setor, deixando claro que não quer ficar com os efeitos residuais da atividade. O gasto turístico é expressivo na hotelaria, na alimentação e nos atrativos, a maioria ainda se dá em Foz do Iguaçu, mas ocorre que o Paraguai (CDE) é tido como atrativo turístico, portanto, uma parte do gasto fica lá, mas ainda é residual.

CDE apresenta movimentos no sentido de sair dessa condição. E mais uma vez usa seu espaço como força centrípeta para atrair investidos estrangeiros. Neste sentido, as pessoas tornam-se mão de obra barata, pouco qualificada (45,2% da população tem escola primária e secundária do primeiro ciclo, se refere ao ensino fundamental no Brasil, seguido de 20% com ensino médio, apenas 8,5% tem ensino superior e 5,2% sem formação escolar). Essa fragilidade abriu espaço para que muitos brasileiros tomassem postos de trabalhos em CDE. Isto ocorreu em virtude da clientela ser em sua maioria brasileiros, e por que os brasileiros residentes em Foz do Iguaçu tinham maior escolaridade que os paraguaios. Portanto, era cômodo aos empresários estrangeiros contratarem brasileiros. Cardin (2010) aponta que na época muitos brasileiros largaram o benefício da carteira assinada e foram atuar em CDE, pois a remuneração oferecida era muito vantajosa. Conversei com um morador local¹⁰⁰ que trabalhou por 15 anos em CDE para empresários chineses. Ele contou que nenhum brasileiro na empresa que ele trabalhou (cerca de 100 funcionários) era registrado. Mais tarde, o município de CDE passou a fiscalizar as contratações ilegais e este morador fez a documentação paraguaia para se regularizar (ação precedente para contratação de brasileiros). No entanto, nem todos passaram por isso, então ele conta

¹⁰⁰ A identidade dele está sob sigilo.

que quando chegava a fiscalização, muitos corriam se esconder. Em entrevista com um gerente de uma grande loja de departamento em CDE, o qual também não será identificado, contou que é muito presente essa prática da fiscalização e que, por isso, todos os brasileiros que atuam na empresa são regularizados. Evidentemente, não dispõe dos mesmos direitos trabalhistas, como no Brasil.

No curso que participei do curso de formação em integração, o público era composto em sua maioria por gestores públicos e empresários. Porém, havia dois representantes de uma ONG's de CDE. Durante os debates sobre a integração trinacional, um desses representantes questionou: “¿Hasta cuándo vamos a permitir que los brasileños vengan aquí, sacar el empleo de los paraguayos?”. Em seguida, o representante por atuar numa ONG, embasou sua fala nas realidades que vivencia e deixou claro a emergência de não negligenciar mais o trabalho informal na cidade. Para Castells e Portes (1989) *apud* Masi (2002), a informalidade não meramente é um processo de sobrevivência estrutura-se como parte da sistematização da economia com foco em ampliar a acumulação de capital. O emprego precário se caracteriza por três fatores: “*perspectiva de la inseguridad, perspectiva de la inestabilidad, y perspectiva de la insuficiencia*” (GUERRA, 1994 *apud* MASI, 2002, p.5). Aspectos constantes na vida dos trabalhadores das vias públicas de CDE.

Esse contexto expressa os conflitos gerados por essa integração. Ressalta-se a problemática dos *mesiteros*, que são a representação de um sistema frágil e resultado de uma integração vertical. A *Asociación de trabajadores y comerciantes independientes* (ATRACI), liderada por Javier Miranda, reivindica um espaço adequado, uma espécie de shopping para os trabalhadores das vias públicas. Eles enfrentam problemas como a inflexibilidade do poder público com punições severas ao não cumprimento de medidas (por exemplo, usar o toldo. Essa ação desabilita o trabalhador por três anos). Além disso, aponta que se sentem ameaçados até mesmo para se organizarem por meio de uma manifestação¹⁰¹. O líder relata em reportagem que todo esse conflito começou em 2002 com a resolução N° 25/ 2002 de revitalização da zona central da cidade. Fica evidente que esse projeto negligenciou os trabalhadores das vias públicas e pautado pelo turismo, produziu o efeito de higienização, de retirar o que é feio, deixar o “belo”, maquiando o espaço, exercício puro de um território que se volta para fora.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.vanguardia.com.py/2017/07/19/piden-que-se-modifique-ordenanza-que-sirve-para-subyugar-a-mesiteros/>

O ordenamento territorial organizou numa rede transfronteiriça que deseja “empurrar” as aduanas, que vê o contato como ponto de partida da integração. Todavia, o crescimento considerável desses equipamentos turísticos nas três cidades contribuiu para produção de assimetrias espaciais e fomentou uma integração vertical que se materializa no próprio espaço fragmentado. O turismo, ao mesmo tempo em que atua como uma força centrípeta, aglutinadora, também tem o efeito de voltar-se para fora, ordenar o território para atender os comandos de fora, atender que vem de fora, como ratifica os autores:

nessa aglomeração, que se constrói fundamentalmente segundo interesses externos ao espaço urbano ocupado, evidencia-se a distância entre o planejamento desejado e o possível. Esses componentes exógenos dificultam ainda mais a ação do gestor público, o qual vê serem submetidas as metas e prioridades locais a controles e decisões decorrentes principalmente de interesses nacionais, macroeconômicos, de grandes grupos do comércio e do serviço, de grandes indústrias internacionais, da população flutuante e, mais recentemente, de acordos do Mercosul (KLEINKE et. Al, 2006, p.13).

Em Foz do Iguaçu, a fragmentação está representada em conflitos pouco mencionados que se dão pelos interesses econômicos e turísticos de determinados espaços. As áreas centrais estão ocupadas, embora informações do Plano municipal indique que há cerca de 30% da área central seja de espaços vazios (RIBEIRO, 2015). A cidade tem espaço para crescer apenas nas áreas rurais, isso explica a especulação nas áreas a beira do Rio Paraná, como exposto no Projeto Beira Foz. As áreas pretendidas pelo projeto na região da Ponte da Amizade são hoje periferias que servem ao tráfico e contrabando. Uma dessas regiões, a favela do Jupira, é altamente articulada, campo intenso do poder da ilegalidade consentida, ou seja, é um espaço já ocupado.

As ocupações são resultado de processo social e não meramente falta de planejamento. Costuma-se expressar que o crescimento das cidades se deu forma desordenada. Em todo o momento o espaço recebe ordens, a grande questão é identificar a origem dessas ordens, o próprio mercado é um grande regulador da “desordem”. Há registros de que em 1970, em Foz do Iguaçu, 70 famílias foram removidas do centro da cidade e inseridas em habitações populares no atual bairro chamado Porto Meira.

O porto Meira era habitado por pescadores, agricultores e muitos imigrantes paraguaios estes últimos chegados na região em 1940. A região não ficou imune às transformações desencadeadas na cidade após a década de 1970, (...) com o processo expressivo e contínuo de crescimento demográfico, período no qual foram ocupadas de forma sistemática várias áreas verdes reservadas para preservação ambiental, propriedades particulares e públicas, constituindo parte do cordão periférico que abraça a cidade através das margens dos rios Paraná e Iguaçu. O bairro passou a ser incluído em projetos de construção de casas populares, como os conjuntos Perfilurb45 I, II e III (1978/79- 1985, respectivamente), para dar vazão ao processo de desfavelização do centro (GONZALEZ, 2005, p.74)

Posteriormente outras localidades vivenciaram esse processo. Ressalta-se a especulação imobiliária e aumento do custo de vida produzidos no município já com a chegada UHE Itaipu, que reconfigurou o espaço empurrando as áreas rurais e valorizando o urbano, o turismo reforça isso, posteriormente. Em 2003, o município registrava 23 favelas. Em 2013, o maior assentamento urbano do Paraná se forma no Bairro Porto Meira em Foz do Iguaçu. Aproximadamente 1.200 famílias ocupam o espaço próximo ao corredor turístico (Av. das Cataratas) com área de 40 hectares. No documentário¹⁰², Elva Simões conta que estava sem condições de pagar aluguel, limpou um pedaço de terra do grande terreno e passou a ocupar. Após 9 meses, numa sexta-feira à tarde, as pessoas começaram a entrar e até domingo haviam mais de 1000 pessoas. Entre as famílias há paraguaios e argentinos. Em 2017, a justiça emitiu uma sentença indeferindo a liminar favorável à reintegração de posse e revogou a medida que determinaria a saída das quase cinco mil pessoas que vivem no local. No documentário, fica evidente na fala dos moradores a vontade pagar pelo espaço, “não queremos nem casa, só regularizar, ter água e luz”; “não queremos ficar fora do sistema, queremos fazer certo”.

¹⁰² Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/23/especial-or-bubas-5-anos-de-ocupacao-e-resistencia/>

Figura 15 - Imagem aérea da ocupação urbana - Bubas.



Fonte: <https://apublica.org/ensaio/>

Isso é uma demanda social não vista pelo poder público que constantemente canaliza recursos para fins de infraestruturas tendo o turismo como finalidade. A estrutura institucional do turismo no município está bem organizada (Secretaria, Conselho Municipal, Fundo Iguaçu, entre outros), por isso consegue articular-se para captação de recursos. Ocorre que é preciso romper com a velha argumentação da geração de empregos da atividade e começar a pensar propostas mais emancipatórias de inclusão das comunidades, por que senão, vamos continuar pensando a cidade para o turismo e não para as pessoas.

Outro dado dessa pesquisa que reforça esse contexto se refere as falas dos professores da rede pública municipal de ensino de Foz do Iguaçu. No dia 11 de abril de 2018 realizei duas oficinas com o tema - Turismo e suas dimensões – para cerca de 100 professores por meio do Programa de Educação Turística (PIET) do Instituto Polo Iguassu. Nesta, na aplicação de uma atividade onde os professores avaliaram o papel de cada ator na atividade turismo (governo, iniciativas privadas, comunidade local e turistas), vieram falas a respeito da relação da comunidade com o turismo, a saber: *Meus alunos não conhecem nem o centro da cidade, como vamos falar de turismo?; Temos que trazer investimento de lazer para os bairros, dar condições de bem estar as pessoas; O turismo fica muito distante do nosso dia-a-dia; Não é possível levar todos os anos para conhecer as Cataratas? Por que só o quinto*

ano?¹⁰³. Devido ao pouco tempo não foi possível aprofundar o debate com os professores, mas o que chama atenção é que essas falas vieram naturalmente após o estímulo para se pensar o papel de cada ator na atividade e, expressam a distância da atividade turística da realidade dos bairros. O PIET é uma iniciativa que busca aproximar essas realidades, mas ainda precisa ganhar força e investimento.

Ainda sob ótica da verticalidade, identificou-se que o circuito do turismo na Fronteira Trinacional do Iguaçu beneficiou grupos específicos. A região assistiu à inserção de seu território as múltiplas escalas advindas da globalização, abrindo-se seus recursos para exploração de investimentos estrangeiros. A ascensão das relações transnacionais produz cinco consequências para as relações interestatais: a promoção do pluralismo internacional através do relacionamento entre grupos de interesse nacionais e estruturas transnacionais; o advento da dependência e da interdependência com elementos que limitam a ação do Estado nacional; a criação de novos instrumentos de influência; o surgimento de atores com política externa privada e por fim, a mudança de atitude de atores dentro dos Estados (KEOHANE; NYE, 1981).

Tais consequências são vistas no território. Entre os novos instrumentos de influência podemos destacar o CODEFOZ, instituição criada pela governança local cuja a missão é “promover o desenvolvimento sustentável de Foz do Iguaçu, alinhando e integrando, democraticamente, os interesses da sociedade”¹⁰⁴. Recentemente, os três conselhos (CODEFOZ, CODELESTE e CODESPI) assinaram carta de intenções onde prospectam unificar as organizações para ganhar força política e institucional. Se a instituição se propuser a cumprir a missão e olhar aos reais interesses da comunidade, poderemos ter um instrumento significativo para a integração. No curso de formação de integração trinacional, as instituições manifestaram o interesse de propor o afastamento das aduanas, de criar um ambiente único. As argumentações se embasavam apenas no ordenamento econômico. No entanto, imaginemos o impacto disso para as pessoas que vivem do trabalho informal, do pequeno comércio de produtos do Paraguai e da Argentina em Foz do Iguaçu.

Ainda se ressalta a polêmica da atual da chamada lei dos *freeshops*. Foz

¹⁰³ O questionamento da professora se deve ao fato do PIET conseguir levar apenas os alunos dos 5º ano para conhecer as Cataratas do Iguaçu. O programa vem buscando por incentivos para ampliar suas atuações, onde pontuais.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.codefoz.org.br/institucional/orientacao-estrategica/>. Acesso em 10 de março de 2018.

do Iguaçu dispõe da lei Municipal nº 4.459/2016, a qual autoriza a instalação de *free shops* na cidade, em conformidade com a legislação nacional que criou as lojas francas de fronteira. No dia 19 de março de 2018, saiu a Instrução Normativa nº 1.799, que trata da regulamentação das lojas francas nas chamadas cidades-gêmeas de fronteira. A nova lei entra em vigor em julho de 2018 em 32 cidades brasileiras.

Na Fronteira Trinacional do Iguaçu esse contexto tem gerado debates uma vez que as lojas irão comercializar produtos importados bem como nacionais com a redução de impostos. Para não ficar para trás, o Brasil reforça a necessidade de implementar a lei sob o argumento de equilibrar e compensar atenção nesse segmento (*free shops*) que hoje existem nas cidades vizinhas de Puerto Iguazu, na Argentina, e Ciudad Del Este, no Paraguai. Os empresários brasileiros se preocupam e muitos consideram essa lei uma ameaça ao comércio local. Os paraguaios também estão receosos, segundo Juan Pablo Jaeggli¹⁰⁵, “os sindicatos afetados pela criação dos *Free Shops* no Brasil acreditam que ainda há tempo para agir ou para melhorar de tal maneira que o impacto da criação das lojas livres de impostos seja mais positivo do que negativo”.

A integração vertical posta na região blinda os grandes negócios, porque sua operação é comandada por grandes atores políticos e econômicos, além de criar processos de marginalização. Essa lei pode apenas reforçar isso. O potencial da cooperação das regiões fronteiras faz brotar elementos de integração e desintegração, como reiteram os autores:

As iniciativas de integração são, em muitas regiões fronteiriças, fruto do interesse de suas próprias elites e governos. E muitas vezes, os fatores que geram um afastamento são fruto de decisões tomadas a nível nacional, muito longe e sem conexão com as regiões de fronteira (MACHADO; STEIMAN, 2002).

No nível institucional a integração avançou, mas ainda há desafios a serem superados, alguns inclusive vinculados ao contexto histórico dos Estados que não deixam de lado antigos ressentimentos. Medidas que parecem dar vazão a fluidez e apoiar o crescimento do bloco apresentam problemáticas a serem debatidas, como no caso da entrada dos chamados *falsos turistas* na Argentina. O MERCOSUL postula

¹⁰⁵ Câmara de Importadores de Perfumes e Cosméticos (CAIMPECO). Disponível em: <http://noticias.comprasparaguai.com.br/paraguai-se-organiza-com-possivel-instalacao-de-free-shops-no-brasil/>. Acesso em 20 de maio de 2018.

a livre circulação de pessoas provenientes países membros e associados, ocorre que está havendo o movimento de pessoas que ingressam no país como turistas e fixam residência. O país avalia que a forma de punição desses casos conflita com os acordos do bloco, a saber:

Cómo es posible que se implemente el procedimiento de resolución de rechazo en frontera (Disposición DMN N° 4362/2014) para cuando “exista sospecha fundada de estar ante un falso turista” con personas de origen MERCOSUR que intentan ingresar al país, si Argentina integra instancias de decisión y articulación regionales en cuyo marco ha adherido a la facilitación de instrumentos y agilización de mecanismos que habiliten la regularidad migratoria”.

Segundo dados, no período de 2012 a março de 2013, a maior parte das pessoas punidas foram brasileiros, seguido dos paraguaios, bolivianos e colombianos, como exposto na tabela abaixo.

Tabela 8- Rechazos de falsos turistas

Nacionalidade	Quantidade rechazos	Quantidade de ingresos	% de rechazos
Brasileiros	7.236	4.014.385	0.18
Paraguaios	4.985	4.426.696	0.11%
Bolivianos	838	498.658	0.17%
Colombianos	772	238.964	0.32%
Dominicanos	381	9.988	3.81%
Chineses	285	58.368	0.49%
Estadounidenses	266	488.797	0.05%
Peruanos	163	278.323	0.03%
Chilenos	105	1.618.109	0.01%
Indianos	100	46.062	0.22%
Outras nacionalidades	1.245	5.217.313	0.02%
Total	16.376	16.895.658	0.10%

Fonte: Defensoría Pública del Pueblo, Argentina – 2018.

A inserção da integração na Constituição dos países, foi realizada no Brasil em 1988, em 1992 no Paraguai e em 1994 na Argentina. O texto da Constituição brasileira cita que o país “buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latinoamericana de nações”. O ponto que trago aqui é que é a integração é um processo de relação com variáveis de profundidade e proximidade, mas que não

exclui a essência e a conjuntura de cada membro que se integra. Lidar com as diferenças e superá-las é um desafio, mas é também um exercício de amadurecimento das relações.

3.1 Comparativo das iniciativas de Turismo Comunitário em Puerto Iguazu (AR)

Para finalizar esse capítulo é importante expor a relação das comunidades indígenas com o turismo. A fronteira trinacional do Iguazu nunca existiu para os povos guaranis. Os primeiros residentes desse espaço eram povos caminhantes que nutriam convivências no espaço, e por essa característica de circulação criaram um território circulante simbólico que se faz na relação com a natureza e com os próximos, esta última que formou uma rede de parentesco (SCHALLENBERGER, 1997), vivas ainda hoje.

Na década de 1930, a efetiva delimitação das fronteiras nacionais se visibilizaria com a constituição dos parques nacionais que cercariam as Cataratas do Iguazu como local nacional a ser preservado, tanto na Argentina em 1934 quanto no Brasil em 1939. As populações Guaraní que moravam nesta área foram retiradas forçosamente, sendo desconsideradas as relações profundas que tinham com este território. Além de um local de meio ambiental preservado, os parques nacionais do Iguazu tornar-se-iam num ponto de suma importância para a segurança nacional, e para a demarcação clara do território que pertenceria a cada país (CARDENAS, WEBBER, 2017, p. 7).

Apesar de ser comum na região símbolos, palavras e caracterizações provenientes da cultura Guaraní, evidenciados em nomes de ruas, bairros, rios, restaurantes, hotéis, artesanato, lendas, comidas e empresas públicas e privadas, os Guaraní são considerados reminiscências do passado, tendo assim sua presença ignorada. Mesmo que seja comum encontrar os indígenas em atrativos turísticos, vendendo artesanatos, pedindo esmolas, exibindo músicas, etc. No entanto, o que chama atenção é que em Puerto Iguazu (AR), três comunidades que vivem em área delimitadas do Parque Nacional do Iguazu estão diretamente ligadas a atividade do turismo, inclusive compõe oficialmente os atrativos da cidade.

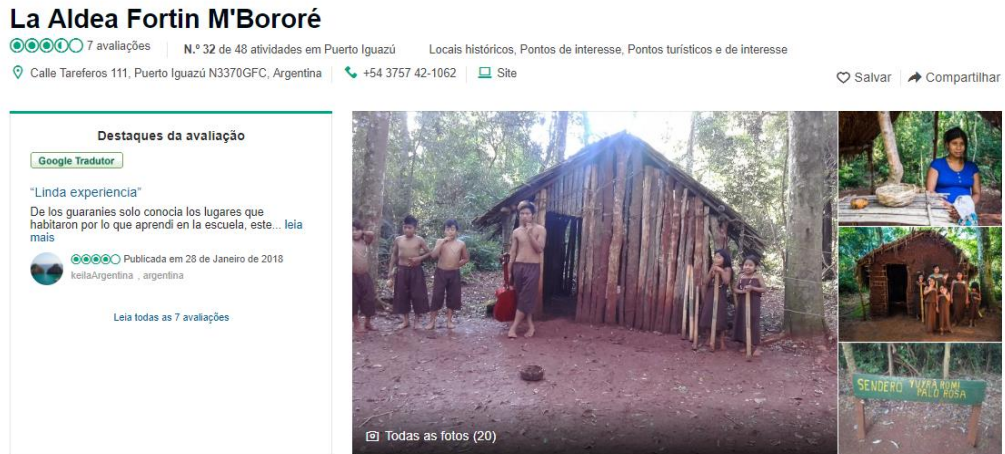
A Aldeia Fortin M´Borore atua no turismo há mais de 8 anos e em parceria com uma operadora de turismo local. O passeio tem duração de 02 horas e custa R\$ 75,00 por pessoa (P\$ 410,00), sendo comercializado pela operadora diretamente, por pacotes de viagens e por plataformas *on line* como *Tripadvisor*. A comunidade costuma receber duas visitas agendadas diariamente, ocorrendo uma pela manhã e

outra pela tarde. De acordo com relatos do guia, a operadora de turismo que trabalha com a comunidade realizou capacitações com as pessoas da comunidade para a formação dos guias, estruturação do roteiro do passeio, adequação de estruturas, ações precedentes para iniciar a comercialização.

A comunidade localiza-se a cerca de 800 metros da estrada principal que leva as Cataratas do Iguaçu, isto é, encontra-se no chamado corredor turístico. A operadora disponibiliza uma espécie de caminhão adaptado para o transporte de passageiros, veículo que leva os visitantes até a aldeia. O passeio consiste em uma trilha de aproximadamente 45 minutos de experiência, num trajeto circular que ao final haveria com uma surpresa cultural do grupo artístico da aldeia. Trata-se de um percurso em meio a mata desenhado para atender a atividade turística. No trajeto há paradas para explicar as armadilhas utilizadas na caça, construções típicas guarani, plantas e árvores, histórico e costumes da comunidade como o cumprimento Auyervete, degustação do pão típico chamado bojapé, apresentação do coral e venda de artesanato. Trata-se de uma trilha bem elaborada para atender as expectativas dos visitantes com interações, curiosidade e venda de “souvenires”. No entanto, a trilha não passa por áreas comuns da comunidade como o local sagrado da Casa de Reza, residência e outros.

O guia explicou que um percentual do ingresso fica para a comunidade e que esse recurso ajuda o cacique a manter a organização da comunidade. Também disse que há pessoas na comunidade que vivem da venda do artesanato nas proximidades, em empreendimentos do turismo como hotéis e no Parque Nacional do Iguazu. O turismo desenvolvido na comunidade M’Bororé depende essencialmente da comercialização das agências e operadoras, sendo que um percentual do ingresso fica na comunidade, portanto, a gestão não está sob total autonomia da comunidade, logo não se enquadra nos princípios do turismo comunitário.

Figura 16- Comunidade Fortin M'Borore.



Fonte: Tripadvisor, 2018.

A comunidade indígena Yriapu (Yriapu significa barulho das águas) vive numa área de 265 hectares assegurada para a comunidade e faz parte da área do Parque Nacional do Iguazu. Localiza-se em ponto estratégico para o turismo, isto é, a 500 metros da estrada principal de fluxo de turistas (Rodovia das Cataratas de Puerto Iguazu), características que facilita o acesso de visitantes. A comunidade está cercada por hotéis.

De acordo com o guia, na comunidade atualmente vivem 85 famílias, totalizando cerca de 500 pessoas. Cada família recebe do Estado Argentino o equivalente a seiscentos pesos de auxílio para alimentação. A economia da comunidade provém do artesanato e do turismo, também praticam a agricultura e a caça de animais com as armadilhas. Como a economia provém na maior parte do artesanato, o mesmo é comercializado em hotéis próximos e nos atrativos turísticos locais.

O guia relatou que o turismo já existia na comunidade, havia uma empresa que trazia visitantes, mas eles se sentiam abusados, pois apenas 20% do valor do ingresso ficava para a comunidade. A organização para a autogestão do turismo começou em 2005 através de um projeto chamado "Projecto Mate" - um modelo argentino para Turismo e Emprego, que atua com as frentes sociais. Uma de suas linhas de ação visa aumentar as oportunidades de emprego aos jovens em situação de pobreza. Trata-se de um caminho para a autogestão dos recursos turísticos e culturais da comunidade. O projeto foi desenvolvido pela Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional e que conta com apoio do Colégio Comunitário

Niagara College de Ontário (Canadá) e Instituto Tecnológico Iguassu (ITEC). Abaixo seguem explicação extraída do site do projeto (<http://www.proyectomate.org>):

El Modelo MATE apunta al desarrollo de la capacidad laboral potencial de las comunidades indígenas cercanas a las Cataratas del Iguazú, a través de la generación de actividades culturales y del ejercicio de un turismo justo, ambientalmente sustentable y socialmente responsable. La propuesta surgió de intensas consultas con líderes políticos y espirituales del pueblo Mbyá. Se basa en el principio de que la búsqueda del bienestar de las familias indígenas debe estar acompañada por el fortalecimiento de la vida comunitaria, el rescate de los valores culturales ancestrales y la preservación del ambiente selvático, condición esta última sin la cual es inviable la supervivencia del Nande Rekó, la manera de ser y de vivir de esta antigua nación originaria.

Os cursos ofertados na comunidade para organização do turismo comunitário tiveram o respaldo do Ministério de Educação e Cultura da província de Misiones e o aporte docente do ITEC, além de profissionais da Administração de Parque Nacionais, Fundação Vida Silvestre Argentina. O projeto encerrou-se em 2012 e seus resultados reverberam até hoje, pela sustentabilidade nutrida através do turismo comunitário desenvolvido pela comunidade. Além disso, durante o projeto foram realizados diversos vídeos com foco em salvaguardar a memória da comunidade guarani, com reportagens e aulas com os mais velhos indígenas. O projeto também contribuiu financeiramente com a construção do centro de visitantes.

O guia esclareceu que foi realizado um trabalho longo para que eles pudessem desenvolver essa habilidade de comunicação com o não-indígena (branco). Segundo ele, foram quatro anos de trabalho com oficinas para desenvolver a expressão e comunicação corporal e oral. Contou que haviam atividades onde eles tinham que trabalhar a projeção da voz, pois o guarani costuma falar baixinho e na condução de um grupo é necessário manter um tom de voz mais elevado. O projeto Mate também estruturou toda a comercialização e comunicação do projeto: logomarca, fanpage, fotografias, site, articulação para promoção do atrativo, entre outras.

A comunidade recebe visitantes todos os dias das 08h às 18h. Em baixa temporada costumam receber em uma semana cerca de 50 pessoas. As escolas costumam agendar as visitas. Essas ocorrem com maior frequência nos meses de agosto e setembro. O valor é diferenciado para esse público com pesos argentinos cada aluno (R\$ 20,00). Os demais turistas chegam sem agendamento. O guia contou que já atendeu grupos de 30 pessoas. O valor do ingresso é distribuído da seguinte

forma: 25% para a comunidade e 25% para o empreendimento para pagar quem faz a limpeza, molha as plantas e cuidada dos espaços. E 50% é dividido entre os guias/trabalhadores. Atualmente há três guias, um cobrador e um administrador. De acordo com o guia, todos os condutores são homens, pois as mulheres são mais tímidas, ficam com a parte do artesanato.

Se o visitante desejar ter outra experiência na comunidade, eles oferecem passeios com alimentação. Trata-se da opção de passeio 3 (completo) com comida típica, mas somente sob agendamento. Este tem o custo de trezentos pesos por pessoa (cerca de R\$ 60,00). A comida oferecida é: reviro feito com farinha de milho, galinha caipiria, chipa e bojapé (pãozinho guarani) e para beber é servido sucos de banana e de abacaxi, pois há muitas dessas frutas na comunidade. Toda a refeição é preparada e servida no centro de visitante.

Os visitantes não conhecem a casa de reza, o guia explicou que a trilha e o roteiro desenvolvido pela comunidade têm como objetivo permitir que o visitante esteja mais em contato com a natureza do que com as famílias. Na comunidade há 06 xamoios e apenas dois xamaios que recebem as pessoas que vem de fora para dar uma benção ou consulta, mas isso não é divulgado. Segundo o guia, a espiritualidade é sagrada e não pode ser comercializada.

A postura do guia demonstrava respeito e imprime com mais autenticidade o “jeitinho” Guarani. Perguntou nossos nomes, de onde viemos, interagiu com nossas reações e perguntas e se mostrou o tempo todo disponível. O guia comunicou-se bem em espanhol e quando não sabia uma palavra buscava explicar dando exemplos ou mesmo contava a palavra em guarani. Para o próximo ano irão organizar um novo empreendimento. Pretendem construir um Museu Guarani e expor peças antigas e próprias da cultura, bem como lendas outros. Também desejam reativar o coral e reunir cerca de 15 pessoas para resgatar danças.

Figura 17 - Divulgação da comunidade em site de turismo.

Comunidad Guarani Yriapu - Comunidad Indigena Iriapu

237 avaliações | N.º 13 de 48 atividades em Puerto Iguazú | Pontos de interesse, Pontos turísticos e de interesse

Selva Iriapu s/n, Puerto Iguazú, Argentina | + Incluir número de telefone | Site

Salvar | Compartilhar

Destaques da avaliação

"Aldeia Indígena"
Local inusitado para quem não conhece uma aldeia indígena legítima. Tem como comprar lembranças...
leia mais

Publicada em 28 de Fevereiro de 2016
Alinetomiasi · Foz do Iguaçu, PR

"Pequena comunidade indígena civilizada"
Esse passeio permite conhecer uma pequena comunidade de índios Guaranis, mas que já estão em...
leia mais

Publicada em 18 de Fevereiro de 2016
BiaPavan · Campinas, SP

Leia todas as 237 avaliações



Visão geral | Avaliações | Localização | Perguntas e respostas

Fonte: Tripadvisor, 2018.

A comunidade Jacy Porã localiza-se em Puerto Iguazu na Argentina atua com o turismo de outra forma. Diferente das comunidades M'Borore e Yriapu que recebem visitas in loco nas aldeias, a comunidade Jacy Porã integra o empreendimento turístico Parque das Aves, localizado próximo a entrada do Parque Nacional do Iguaçu do lado brasileiro. Trata-se de uma empresa privada que comercializa com passeios com foco na contemplação de aves. Como meio de inovação a empresa junto à comunidade desenvolveu um novo produto chamado Forest Experience. Consiste num encontro com os Guarani que preparam uma cerimônia receptiva para compartilhar com os visitantes. De acordo com a empresa, o encontro envolve "cerimônia de boas-vindas, que envolve dança, comida e o cerimonial do tabaco", também inclui jantar preparado pelos indígenas. O produto é comercializado duas vezes por semana e tem custo de R\$ 250,00 por pessoa, sendo restrito para maiores de 18 anos.

De acordo com informações divulgadas pela empresa promotora, Parque das Aves, o objetivo do produto Forest Experiencie é dar visibilidade a cultura Guarani e gerar fonte de renda para a comunidade, portanto, o empreendimento não visa obter lucro com a experiência, como declaram:

O dinheiro arrecadado retorna para a aldeia de duas maneiras: ao participar do Forest Experience, cada Guarani recebe um pagamento, e uma proporção do dinheiro arrecadado é depositado em um Fundo Guarani, especialmente desenvolvido para que o dinheiro seja empregado, por exemplo, na construção de fontes de água limpa, como um poço artesiano, na criação de abrigos para as reuniões da comunidade, ou até mesmo na compra de um carro para a aldeia. Os membros da aldeia tem autonomia total para determinar como o dinheiro do Fundo Guarani será utilizado. Além disso, os membros da aldeia são consultados para determinar o valor pago para cada participante e para o Fundo Guarani, como também o valor do ingresso. O Parque das Aves não visa lucro com esta experiência, e seu único objetivo é fortalecer a cultura, o orgulho e a saúde da comunidade Guarani (PARQUE DAS AVES¹⁰⁶, 2017).

Em resumo, as três comunidades ingressaram no turismo como uma forma de sobreviver. O entendimento de como essa atividade implica na condição e no futuro das comunidades tradicionais e indígenas frente ao capital e a globalização, é um tema a ser aprofundado.

Traçando um breve comparativo entre as diferentes experiências das comunidades indígenas guaranis com o turismo, identificou-se que a visita ofertada na Aldeia do Yriapu é mais autêntica, isto é, expressa com mais verdade o viver Guarani. Na comunidade M' Borore todo o passeio é desenhado para satisfazer o visitante, de forma mais comercial. Esse procedimento se justifica, visto que o grupo atende visitas agendadas em dois horários por dia em atendimento a operadora de turismo receptiva. Já a forma de inserção no turismo da Comunidade Jacy Porã ao compor um produto turístico em parceria com o empreendimento consolidado de turismo chama atenção visto que, embora não atenda aos princípios do turismo de base comunitária, ocorre que a comunidade concordou em desenvolver a parceria e demonstra a disposição em nutrir essa relação com o não-indígena.

Identifica-se que os resultados dessas interações sociais são fundamentados pela intencionalidade de quem o pratica, que pode variar da mera curiosidade em contemplar o diferente, até o interesse de partilhar e conhecer o universo do "outro". Também vem à tona a intenção das comunidades ao receber os visitantes, as quais podem ser motivadas pela sobrevivência, pela valorização da memória, afirmação da identidade, pois ao resgatarem algumas tradições e ao contar por diversas vezes sua história é comum manifestar-se o sentimento de orgulho, na medida em que ocorre uma valorização de suas práticas e costumes. Porém,

¹⁰⁶ Disponível em: <http://www.parquedasaves.com.br/xp/pacote/forest-experience>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

independentemente da intencionalidade, é inegável que as visitas geram mudanças nas comunidades. Ao compartilharem suas vidas com os turistas estão promovendo alterações no modo de vida. Também se identificou que alguns hotéis próximos as comunidades as usam para compor seu rol de atrativos. Isto é, associam as comunidades a divulgação/marketing dos empreendimentos.

Segundo Parsons (1999) a cultura é um sistema de símbolos e significados e intervir nesse processo requer cuidado, visto que não se pode mistificar ou recriar a cultura para enquadrá-la como produto/mercadoria, e tampouco criar adjetivos para tornar as comunidades atratividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração tem muitas faces, especialmente nas regiões transfronteiriças. É fundamentalmente um processo político que se pauta em objetivos comuns com vistas melhorar o posicionamento no sistema internacional. Ocorre que a integração vem junto, como se estivesse trajada com a globalização, e se insere em países periféricos. Por isso, a internacionalização das economias não se faz sem a formação dos blocos regionais.

No turismo, especialmente o apelo ao natural, ao “rústico”, ao exótico, características abundantes na América Latina, ganham atenção, justamente por representar uma escassez, uma singularidade. Entendimentos que se pautam nas críticas de Porto-Gonçalves (2006).

O desenvolvimento do turismo em qualquer localidade perpassa a dialética global/local, é por si só um processo integrador, que movimenta e gera fluxos, mas com a finalidade de sustentar sua natureza pautada no capital. Ao focalizar a Fronteira Trinacional do Iguaçu, entender os três fatores de intersecção entre os Estados e seus efeitos sob o território e na integração, ficou evidente que sobrepaira na localidade um entendimento de que a região vive para o turismo. Especialmente em Foz do Iguaçu, “absolutamente tudo parece girar em torno dessa atividade. As ocupações, os espaços, os monumentos e a própria história são apresentados como se estivessem, inevitavelmente, articulados a esta função” (DARCSOUZA, 2009, p.8). No entanto, a conjuntura da construção da UHE Itaipu foi o fator de maior impacto em nível estrutural na região e estava diretamente enraizado na conjuntura nacional. A formação do polo comercial de CDE é a expressão máxima do liberalismo e da baixa autonomia política. E, a criação do Parque Nacional do Iguaçu se deu no mesmo movimento.

Os três fatores somados aos estabelecimentos de fixos como os aeroportos, equipamentos turísticos, políticas locais, convergiram em interações a nível de sinapses que nutrem uma região hiperespecializada em turismo, uma rede transfronteiriça própria que confere a importância ao local como território *hub*. Em outras palavras, juntas as três cidades criaram mecanismos que configuram dinâmicas interdependentes com condições estruturais internas e externas. Os novos atores que surgem apoiados no discurso do turismo, pautam-se em projetar “o desenvolvimento”, mas precisamos avançar em pensar uma cidade para as pessoas que dela vivem.

O turismo contribuiu para inserir a região numa integração vertical expressamente materializada na fragmentação do espaço. Fragmentos claros na organização do espaço e mais sensivelmente expostos no cotidiano de comunidades indígenas em Puerto Iguazu na Argentina. Em contraste, as transnacionais na área do turismo instaladas na localidade, caem como uma luva ao sistema, uma vez que as grandes redes têm suas sedes nos maiores centros consumidores, fato que facilita a venda direta e o recebimento do recurso na moeda correspondente ao país (sede da empresa), permitindo a retenção de excedentes. Isto coloca em vulnerabilidade pequenas e médias empresas que dependem dos intermediários.

Reiterando os autores (MACHADO; STEIMAN, 2002) a questão crucial para as cidades e regiões de fronteira é: como se inserir nas diversas redes transnacionais que as atravessam, sem desempenharem o papel de mero ponto de passagem? A mais de 10 anos pesquisadores (KLEINKE et al, 1996) alertam para esse processo na região em estudo. De lá para cá, assistimos o aumento dos fluxos, o crescimento dos empreendimentos turísticos, o inchaço das áreas urbanas e, no contraponto, o alargamento das assimetrias. Mesmo assim, as possibilidades das regiões fronteiriças podem colaborar para pensar e construir propostas de integração mais emancipatórias.

REFERÊNCIAS

ABINZANO, R. C. **Las regiones de frontera**: Espacios Complejos de la Resistencia Global. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org). Território sem limites. Estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais**: a imigração brasileira no Paraguai. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ARGENTINA. **Observatorio turístico da ciudad de Buenos Aires. Primeiro Trimestre de 2014**. Junio de 2014. Disponível em:

<http://www.turismo.buenosaires.gob.ar/sites/turismo/files/Informe_1er_trimestre_an_o2014.pdf>. Acesso de 23 de out.2015.

_____. INDEC. Informes productivos provinciales Misiones año 1, n° 8. octubre 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de turismo de Misiones**, 2017. Disponível em: <https://issuu.com/mkt-mintur-misiones/docs/anuario-misiones-turismo-2016-web>. Acesso em 10 de abril de 2018.

_____. Defensoría Publica del Pueblo. **Rechazos en frontera**: la aplicación de la Categoría pseudo-turista en ciudadanos de países Mercosur. Informe – Outubro de 2016. Disponível em: <https://pt.calameo.com>. Acesso em 15 de maio de 2018.

_____. Parque Nacional do Iguazu. **Gestão**. Disponível em: <http://www.iguazuargentina.com/parques.php>. Acesso em: 01 ago. 2017.

_____. Parque Nacional do Iguazu **Gestão**. Disponível em: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br>. Acesso em: 01 ago. 2017.

ARROYO, M. **Território nacional e mercado externo**: uma leitura do Brasil na virada do século XX. Tese de Doutorado. USP, FFLCH, 2001

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal/C517**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BEYHAUT, G. **Dimensão cultural da integração da América Latina**. Estudos avançados. São Paulo., v. 8, n.20, p.183-198, 1994.

BNDES. **Concessão de serviços e atrativos turísticos em áreas naturais protegidas: o caso do Parque Nacional do Iguazu**. GORINI, A. P. F; MENDES, F. E; CARVALHO, D.M.P. 2006. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/>. Acesso em 01 set. 2017.

BONASSA, T. L. **Estrada do colono: ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguazu**. Universidade Federal do Paraná, 2004. (Dissertação de Mestrado).

BORDA, D. **Paraguay: resultados de las reformas (2003-2005) y sus perspectivas**. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Estudo de demanda turística internacional 2011**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/demanda_turistica/internacional/>. Acesso em 10 de out.2015.

BRASIL. **Ministério do Turismo. Frontur: turismo de fronteira 2004 – 2010**/Ministério do Turismo - Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo>>. Acesso em 20 de out.2015.

_____. **Pesquisa de demanda turística (2015)**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 01 ago. 2017

_____. Rádio Senado. CRE aprova Fundo de Promoção de Turismo no Mercosul. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/radio/1/noticia/cre-aprova-objetivo-de-trazer-mais-turistas-para-paises-do-Mercosul>>. Acesso em 25/10/2015.

_____. Lei Federal. Sistema de Unidades de Conservação. <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em 08 de agosto de 2017.

BRICEÑO R. J. **Autonomía y desarrollo en el pensamiento latinoamericano”, en Integración latinoamericana y caribeña**. In: Briceño R, J.; Rivarola Puntigliano, A.; Casas Gragea, A.M. Integración latinoamericana y caribeña: política y economía. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2012.

BRUNET-JAILLY, E. **Theorizing borders: an interdisciplinary perspective**. geopolitics. 2005.

CACÉRES, N.A. **El turismo generador de desarrollo lo: en caso de Puerto Iguazú y la influencia del de turístico iguazú cataratas (provincia de misiones, argentina)**. Universidad Internacional de Andaluz, Espanha. 2012.

CAMARATA, E.B. **Estudio Integral del Destino Iguazú-Cataratas: controversias y desafíos para el desarrollo Local II**. Informe Final. Universidad Nacional de Misiones, 2008.

CANDEAS, A.W. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.48, n.1, p. 178-213, 2005.

CARDEÑAS, G, L.; WEBBER, M.P. **Quando “o outro” está em casa: mobilidade guarani na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai**. Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales IX, pp. 39 - 54. 2018.

CARDIN, E.G. **A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira**. 2010. 195f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2010.

_____. Os trabalhadores das vias públicas de Ciudad del Este: considerações preliminares sobre os mesiteros e suas associações. *Revista História em Reflexão*: Vol. 4 n. 7 – UFGD - Dourados jan/jun 2010.

CATAIA, M. **Integração física, compartimentação e fragmentação política dos territórios, 2011**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=72&id=901>. Acesso em 15 de abril de 2018.

CATAIA, M.A; MARQUEZINI, A.T. **Cidades gêmeas de Foz do Iguaçu de Ciudad del Este: circuitos espaciais de fronteira**. UNICAMP.

CASTELL, M; CARDOSO, G. **A sociedade em rede do conhecimento à ação Política**. 2005. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf. Acesso em 23 de março de 2018.

CEPAL. **Perspectivas económicas de américa latina 2016: hace una nueva asociacion com China**. Disponível em: *Perspectivas económicas de américa latina 2016*. Acesso em 10 de out.2016.

CEPAL/UNASUL. UNASUL – **infraestrutura para a integração regional**. Santiago de Chile: CEPAL, UNASUL, 2012. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3045/1/S2012340_pt.pdf. Acesso em 15 de março de 2018

CERVO, A. L. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xanã, 1996.

CHIAPPINI, L. **Cultura fronteiriça do MERCOSUL: poderes dos sem poder**. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (Org). *Território sem limites. Estudos sobre fronteiras*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

CLAVAL, P. **Espaço e Poder**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

CODEFOZ (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu) - **Dados históricos**. Disponível em: <http://www.codefoz.org.br>. Acesso em: 01 ago. 2017.

CORRÊA, R. L. **Interações Espaciais**. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações Geográficas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

_____. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 2000.

CUISINIER-RAYNAL, A. **La Frontière au Pérou entre fronts et synapses**. *L'Espace Géographique* 3: 213-229, 2001. Disponível on line.

FURTADO, R. S. **As fronteiras no âmbito do Mercosul:** apontamentos sobre a formação da agenda política de integração fronteiriça. Univ. Rel. Int., Brasília, v. 9, n. 1, p. 371-381, 2011.

GARCIA R. **Economias externas e vantagens competitivas dos produtores** em sistemas locais de produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 301-324, out. 2006. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2120/2502>. Acesso em 15 de março de 2018.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GOMES, Paulo César da Costa. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

GONZALEZ, R.B; RAMPELLO, P; DOMINGUEZ, G.I. **Impactos socio-territoriales:** Puerto Iguazú y Reserva Iriapú, 600 hectáreas. Misiones, Argentina. Revista Periplo Sustentable. Universidad Autonoma del Mexico. 2017 Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-90362017000200363. Acesso em 10 de maio de 2018.

GONZALEZ, E. **Memórias que narram a Cidade: Experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC / SP, 2005.

GUIMARÃES, S. P. **O mundo multipolar e a integração sulamericana**. Comunicação & Política, v. 25, 2007. n. 3, p.169-189.

HAESBAERT, R. **Multi/transterritorialidade e “contornamento”:** do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteiriços. In: Territórios e Fronteiras: (re) arranjos e perspectivas. FRAGA, N. C. Florianópolis: Insula, 2011.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1989 (3. ed.)

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004

HARTSHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Edusp, 1978.

HOEKMAN, B.; MATOO, Aaditya. Services Trade and Growth. The World Bank, Development Research Group: Janeiro de 2008.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Resumo executivo do Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu (1999)**.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2.ed. São Paulo: Thompson, 2003.

ITAIPU BINACIONAL. **Mercosul declara região de fronteira como zona de interesse turístico.** Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia>> Matéria de 15/10/2015. Acesso em 20 de out.2015.

ITAIPU. **Índices de geração de energia.** Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br>. Acesso em: 01 ago. 2017.

IIRSA. **Estudio de Integración del Transporte Aéreo.** Disponível em: http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Integracion%20Aerea%20Andy%20Ricover.pdf. Acesso de 25 de março de 2018.

FALCÃO, J.A.G. **Turismo internacional do Rio de Janeiro: mecanismos e acumulação externa ao lugar.** Revista Turismo em análise. São Paulo. 1995.

KLEINKE, M.L.U.; CARDOSO, N.A.; ULTRAMARI, C.; MOURA, R. O paraíso dos outros. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 1, n. 88, p. 23-26, 1996.

KEOHANE, R.O; NYEJR.; J. S. **Transnational relations and world politics.** Cambridge: Harvard. University Press, 1971. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/364783/mod_resource/content/1/keohane-nye_1971.pdf. Acesso em 20 de maio de 2018.

KEATING, M. **Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estratégias.** In: ALDECOA, Francisco e KEATING, Michael (eds.) Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones. Madrid: Marcial Pons/Ediciones jurídicas y soviales, 2000.

KON, A. **Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil.** Rio de Janeiro. Campus/Elsevier, 2004.

LEFEBVRE, H. **La produccion del espacio.** Introducción y traducción de Emilio Martínez Gutiérrez. Capitán Swing Libros, S. L. Noviembre, 2013. (Tradução do texto original de 1974).

LIMA, P. **Foz do Iguaçu e suas histórias.** Foz do Iguaçu: Serzgraf, 2001.

MACHADO, L. O. **Limites, Fronteiras, Redes.** In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al. (Org.). Fronteiras e Espaço Global. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998

MACHADO, L. O.; STEIMAN, R. **Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MASI, F. **Sector informal y cuentapropismo en el Paraguay.** Economía & sociedad : revista de análisis no. 7. (2000). Asunción : DGEEC, 2002.

MARQUEZINI, A. C. T. **Circulação de mercadorias na fronteira entre Brasil e Paraguai: as cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS).** Universidade Estadual de Campinas, 2011. (Dissertação de Mestrado)

MENEZES, A. da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil – Paraguai 1995-1980**. Campinas: Papyrus, 1987.

MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) – **Tratado de Assunção**. Disponível em: <http://www.mercosur.int/>. Acesso em: 01 ago. 2017.

_____. **Protocolo de Montevideo**. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/protocolodemontevideo>. Acesso em 20 de out.2015.

_____. **Seminário comercio de servicios en el mercosur: estado actual y potencialidades**. 2009. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/464/2/innova.front/publicaciones>. Acesso em 10/10/2015.

_____. **Mercociudades: estatuto e regulamento**. Disponível em: <http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2272>. Acesso em 20 de out.2015.

MOURA, R.; CARDORO, N.A. **Aglomeración transfronteiriça: integração regional ou constituição de um enclave?** In: Colóquio de transformações territoriais. 7., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2008. p. Oikos, vol. 11, n.1, p 87-126, 2012.

MUNOZ. L. R. **O conceito de autonomia em Puig e Jaguaribe: uma análise comparativa**. DOI: 10.21530/ci.v11n2.2016.338

OLIVEIRA, T. C. M.. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (Org). **Território sem limites. Estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Panorama OMT del Turismo Internacional**. Edicion 2014. Disponível em: Acesso em 10 de out.2015.

ORTIZ, R.A.; MOTTA, R.S.; FERRAZ, C. **Estimando o valor ambiental do Parque Nacional do Iguaçu: uma aplicação do método de custo de viagem**. IPEA (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal/Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza), Rio de Janeiro, RJ, jan. 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0777.pdf. Acesso em: 01 ago. 2017.

PAASI, A. **Boundaries in a Globalizing World**. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile, & N. Thrift, *Handbook of Cultural Geography* (pp. 462-472). London: SAGE Publications, 2003. Acesso on line.

PARAGUAY. **Estatísticas del Alto Paraná**. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/dipticos2011/10%20Alto%20Parana.pdf>. Acesso em 02 set. 2017.

_____. **Atlas Demográfico del Paraguay, 2012**.

PARSONS, T. **El sistema social**. Madri: Alianza Editorial, 1999.

PENHA, W.B; DESIDERÁNETO, A. **As regiões de fronteira como laboratório da integração Regional no Mercosul**. In: O Mercosul e as regiões de fronteira/Organizadores Bruna Penha, Walter Antonio Desiderá Neto, Rodrigo Fracalossi de Moraes. – Rio de Janeiro: Ipea, 2017. 258 p.

PEREIRA, L.C.B. **O crescimento perverso dos serviços, resultado da estagnação industrial**. Jornal da Tarde, 16 de junho de 1989. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1138>. Acesso em: 21 de out.2016.

PEREIRA CARNEIRO, C. **Fronteiras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata**. Porto Alegre: Ideograf, 2016.

PERKMANN, M. **The construction of new scales: a framework and case study of the EUREGIO cross-border region Working paper**. Disponível em: <https://dspace.lboro.ac.uk/dspace-jspui/bitstream/2134/714/3/wp16505.pdf>. Acesso em 15 de março de 2018.

PFMI (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu) - **Dados socioeconômicos de Foz do Iguaçu – 2011**. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62501>. Acesso em: 01 ago. 2017.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Made in China: produção, circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil**. 2009. 332f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Traduzido por Fanny Wrabel. - 2.ed.- Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PRECIADO, J. **América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia**. Cad. CRH [online]. 2008, vol.21, n.53, pp.251-265. ISSN 0103-4979.

PNUD. **Evaluación del Desarrollo Humano en Paraguay en la década 2001-2011** Noviembre, 2012.

PRESCOTT, J. R. **The geography of frontiers and boundaries**. Chicago: Aldine Pub. 1965. Disponível *on line*.

PRESCOTT, J. R.; TRIGGS, G.D. **International frontiers and boundaries: Law, Politics and Geography**. Leindon, Boston, 2008. Disponível *on line*.

PUIG, J. C. **America Latina: políticas exteriores comparadas**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano (GEL), 1984.

RABOSSI, F. Ciudad del Este y los circuitos brasileños de distribución comercial. In: VEJA, C. A; RIBEIRO, G. L.; MATHEWS, G. **La globalización desde abajo – la outra economia mundial**. 1 ed. México: Fondo de cultura economia, 2015.

RABOSSI, F. **Nas ruas de de Ciudad del este: vidas e vendas num mercado de fronteira**. 2004. 318f. Tese (Doutorado em antropologia social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REALE, M. **A estrutura jurídica de Itaipu**. In: ITAIPU BINACIONAL. Natureza Jurídica da Itaipu. Foz do Iguaçu, [sn], 1978.

RIBEIRO, D. G. **Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu**. Dissertação de mestrado–UNIOESTE, Toledo, PR: 2015.

RICHARD, Y. **Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas**. Confins [Online]. a. 9, n. 20, 2014. Disponível em: <http://confins.revues.org/8939>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

RÜCKERT, A.; GRASLAND, C. **Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul-União Europeia**. Revista de Geopolítica, Natal - RN, v. 3, nº 2.

RIBEIRO, D.G. **Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu**. 2015. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2015.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 274p.

SANTOS, F. **Poder legislativo, exportação de serviços e seus benefícios para o desenvolvimento econômico**. In: Integração Regional, exportação de serviços e desenvolvimento econômico no Brasil. Caderno Núcleo de Estudos sobre Congresso. IEURJ, 2010.

SANTOS, F.L.B. A problemática brasiguai e os dilemas da influência regional brasileira. In: NETO, W.A.D. **O Brasil e novas dimensões da integração regional**. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2014.

SANTOS, M. **Ensaio sobre urbanização latino-americana: sociedade e espaços transnacionalizados na Venezuela atual**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre. Editora Artmed. 2010.

SCHALLENBERGER, E. **A integração do prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá**. Toledo: Editora Toledo, 1997.

SEBRAE. **Índice de competitividade**. Disponível em: <https://sebraeinteligenciasetorial.com.br/produtos/noticias-de-impacto/turismo-do-brasil-presente-em-encontro-do-mercosul/5acdfc5a0e0ffd1a003ed956>. Acesso em 20 de março de 2018.

SEOANE, A. F. Integración económica y Fronteras: bases para un enfoque renovado. In: SEOANE, A. F., ORIAS, R. A. e TORRES, W. A. Desarrollo Fronterizo: construyendo una nueva agenda. La Paz: Universidad de la Cordillera, 2009.

SILVAJUNIOR, R. F. **As três dimensões da fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina**: proposta de análise para a pensar a integração. In: Somos todos irmãos? Reflexões sobre a Percepção da Integração Regional na Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai. Gedai, 2016.

SILVA, M. A. **A Zona Franca e a visita do presidente do Paraguai ao Brasil**. Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=23890>. Acesso em 01 setembro de 2017.

SILVEIRA, M.L. **Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade**. Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro – 2011.

_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século 21: a história de um livro**. ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 5ª ed., São Paulo: Hucitec, ANPUR, 2002.

SOUZA, A. Darc de. **Formação Econômica e Social de Foz do Iguaçu**: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970 – 2008). (Tese de doutorado). Programa de pós-graduação em História da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo, 2009

SZEKUT, A. **Migrantes brasileiros no distrito de Santa Rita, departamento de Alto Paraná, Paraguai**: memórias, representações e territorialização. 2018. 344 f. TESE (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SCHLOGEL, D. A. **A influência do Mercosul na Região Trinacional do Iguçu.** Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2016. (Dissertação de Mestrado).

SOJA, E. **Geografias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, E.B.C. **Tríplice Fronteira: Fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina.** Terra Plural, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 103-116, 2009.

SOUZA, N. A. **América Latina: as ondas da integração.** Revista Oikos, Rio de Janeiro, vol. 11, n.1, p 87-126, 2012.

SOUZA. N.A. **Economia Internacional contemporânea:** a depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008. São Paulo. Editora Atlas, 2009.

UNIÃO DINÂMICA DE FACULDADES CATARATAS. Pesquisa sobre Tráfego de veículos e pessoas que atravessam a Ponte Internacional da Amizade. Junho/2017. Disponível em: <http://www.udc.edu.br/site/#/udc/galeriaderevistas/1>. Acesso em 10 de jan 2018.

_____. Pesquisa sobre Tráfego de veículos e pessoas que atravessam a Ponte Internacional da Fraternidade Junho/2017. Disponível em: <http://www.udc.edu.br/site/#/udc/galeriaderevistas/1>. Acesso em 10 de jan 2018.

ANEXO I
ESTRANGEIROS REGISTRADOS EM FOZ DO IGUAÇU - 2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJ - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO
 DIVISÃO DE CADASTRO E REGISTRO DE ESTRANGEIROS

Dados atuais da quantidade de registros de estrangeiros ativos, separados por nacionalidade
 em Foz do Iguaçu

Dados extraídos em 26/07/2017, do banco de dados da Polícia Federal.

Nacionalidade	Quantidade (em mil)
PARAGUAI	4.852
LIBANO	2.982
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	1.375
ARGENTINA	1.303
COLOMBIA	0.294
COREIA DO SUL	0.276
PERU	0.204
CHILE	0.178
SÍRIA	0.153
BOLÍVIA	0.149
PORTUGAL	0.132
URUGUAI	0.129
ÍNDIA	0.106
GRA-BRETANHA	0.096
BANGLADESH	0.081
ESPAÑA	0.076
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	0.072
EQUADOR	0.072
CANADA	0.067
REPÚBLICA DO HAITI	0.058
JORDANIA	0.058
VENEZUELA	0.053
JAPÃO	0.048
CUBA	0.048
ITALIA	0.047
ALEMANHA	0.042
FRANÇA	0.035
PALESTINA	0.028
REPÚBLICA DE EL SALVADOR	0.023
SUIÇA	0.022
MEXICO	0.02
PAQUISTÃO	0.015
MALÁSIA	0.013
PANAMA	0.009
SUECIA	0.009
COSTA RICA	0.009
POLÓNIA	0.008
REPÚBLICA ARÁBE DO EGITO	0.008
REPÚBLICA DOMINICANA	0.007
AUSTRÁLIA	0.007

IRAQUE	0.007
APATRIDA	0.006
HOLANDA	0.006
IRAN	0.006
MARROCOS	0.006
UCRANIA	0.005
ARGELIA	0.005
MOCAMBIQUE	0.005
FILIPINAS	0.004
AUSTRIA	0.004
ISRAEL	0.004
RUSSIA	0.003
REPUBLICA DA AFRICA DO SUL	0.003
HONDURAS	0.003
TURQUIA	0.003
NICARAGUA	0.003
BELGICA	0.003
NORUEGA	0.003
GRECIA	0.003
ROMENIA	0.003
COSTA DO MARFIM	0.002
HONG-KONG	0.002
GUATEMALA	0.002
MAURICIO	0.002
LIBIA	0.002
CABO VERDE	0.002
INDONESIA	0.002
SENEGAL	0.002
GUINE EQUATORIAL	0.002
NIGERIA	0.002
REPUBLICA DA SERVIA	0.002
CROACIA	0.001
HUNGRIA	0.001
REPUBLICA DO CONGO	0.001
GUINE BISSAU	0.001
TUNISIA	0.001
CHIPRE	0.001
REPUBLICA TCHECA	0.001
ETIOPIA	0.001
SERVIA	0.001
VIETNAM DO NORTE	0.001
GANA	0.001
BIRMANIA	0.001
REP DEM CONGO	0.001
BHUTAN	0.001
SINGAPURA	0.001
DINAMARCA	0.001
NEPAL	0.001
NOVA ZELANDIA	0.001
ARMENIA	0.001
VIETNAM DO SUL	0.001
ANGOLA	0.001
Total	13.292

ANEXO II
ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

ENTREVISTA 01

Data da entrevista: 24 de abril de 2018 (09h)
Local: Loja de Departamento - Ciudad del Este (PY)
Entrevistado: Não identificado. Homem, 42 anos, brasileiro.
Função: Gerente da unidade

- 1) Há quanto tempo atua na empresa? Iniciei no meu atual cargo a cerca de três anos. Já havia trabalhando com outras empresas aqui.
- 2) Como funciona a contratação de brasileiros aqui? Antigamente não havia fiscalização, era tudo muito informal, trabalhava-se sem registro. Hoje é comum bater a fiscalização nas lojas. Os brasileiros precisam tirar documentação Paraguaia para serem registrados, mas não temos direito a nada, não é como no Brasil. Só a remuneração acordada por mês.
- 3) Qual é o perfil do seu cliente? Maioria são brasileiros, que vem para turismo e atravessadores que fazem as compras maiores.
- 4) Qual percentual de brasileiros e paraguaios empregados pela empresa? Antes havia maior contratação de brasileiros em virtude da alta movimentação, com aumento da fiscalização, a mão de obra foi mesclando. Hoje temos mais paraguaios, eles se esforçam para falar português, mas ainda mantemos os brasileiros para fazer atendimento.

ENTREVISTA 02

Data da entrevista: 24 de abril de 2018 (14h)
Local: Ciudad del Este (PY)
Entrevistado: Não identificado. Homem, 35 anos, brasileiro. O contato feito com liderança local levou a indicação para realizar essa entrevista.
Função: mototaxista (atual função)

- 1) Conte um pouco de foi sua trajetória de trabalho em Ciudad del Este.
Comecei a trabalhar desde muito cedo no Paraguai, por que tenho só o estudo primário e lá sempre teve chance de ganhar mais. Antes de ser mototaxista trabalhei por volta de 10 anos, mas que 10, acho que quase 15 anos com chineses. Eles são bem exigentes, mas pagavam certinho. Minha principal tarefa era baixar caixas de mercadoria, depois conferir, tinha 15 minutos para comer, por que sempre tinha muita mercadoria.

- 2) Como funcionava a contratação de brasileiros? *Era no papo, no acordo que firmava com o patrão. Antes não tinha nada, eles faziam a gente assinar uma folha em branco para ter garantia, caso alguém quisesse processar eles. Depois mudei de patrão e a fiscalização do trabalho começou a bater, foi daí que fiz o documento paraguaio.*

- 3) Como foi essa experiência de trabalho? *Foi boa, tava para viver e teve épocas que ganhava bem melhor aqui do que no Brasil, ganhava em dólar que valia muito. Mas, muita coisa mudou e ainda é forte o trabalho dos companheiros na rua e sem carteira de trabalho.*

ANEXO III
PAUTAS DA XXXV REUNIÃO DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA
FOZ DO IGUAÇU- PUERTO IGUAZU

ANEXO IV
REGISTRO FOTOGRÁFICO DA OFICINA DE EDUCAÇÃO TURÍSTICA DO PIET

Data das oficinas: 11 de abril de 2018 (Manhã e tarde)

Promovida pelo Instituto Polo Internacional Iguassu e Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu (PR). Executada por Aracelli Bianchin e Patrícia Dutra Menezes.

